

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE
PROGRAMA DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO

O INGRESSO DO ESTUDANTE SURDO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS
E POSSIBILIDADES

MESTRANDA: SÔNIA MÁRCIA MARCILIO FAMBOMEL
PROFESSORA ORIENTADORA: SONIA MARIA RIBEIRO

JOINVILLE - SC

2019

SÔNIA MÁRCIA MARCILIO FAMBOMEL

O INGRESSO DO ESTUDANTE SURDO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS
E POSSIBILIDADES

Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE – como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, sob orientação da Professora Dra. Sonia Maria Ribeiro.

JOINVILLE - SC

2019

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

F198i Fambomel, Sônia Márcia Marcilio
O ingresso do estudante surdo na educação superior: desafios e possibilidades / Sônia Márcia Marcilio Fambomel; orientadora Dra. Sônia Maria Ribeiro. – Joinville: UNIVILLE, 2019.

124 f. : il. ; 30cm

Dissertação (Mestrado em Educação - Universidade da Região de Joinville).

1. Estudantes surdos. 2. Surdos – Educação – Joinville. 3. Educação inclusiva. I. Ribeiro, Sonia Maria (orient.). II. Título.

CDD 379.26

TERMO DE APROVAÇÃO

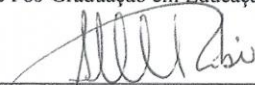
Termo de Aprovação

“O Ingresso do Estudante Surdo na Educação Superior: Desafios e Possibilidades”

por

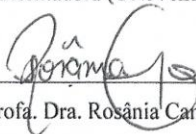
Sônia Márcia Marcílio Fambomel

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestra em Educação, aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Educação.



Prof. Dra. Sonia Maria Ribeiro

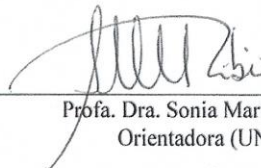
Orientadora (UNIVILLE)



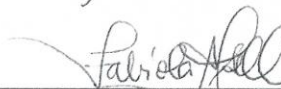
Prof. Dra. Rosânia Campos

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação

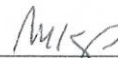
Banca Examinadora:



Prof. Dra. Sonia Maria Ribeiro
Orientadora (UNIVILLE)



Prof. Dra. Fabiôla Sucupira Ferreira Sell
(UDESC)



Prof. Dra. Marly Krüger de Pesce
(UNIVILLE)

Joinville, 27 de fevereiro de 2019.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho para minha família, que percorreu esse caminho ao meu lado em todos os momentos, os felizes, os angustiantes, os gratificantes, enfim, vocês são tão Mestres quanto eu!

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta intensa jornada de estudos e aprendizados, chega o momento de agradecer àqueles que contribuíram para a realização desse sonho, que me acompanharam na construção desta pesquisa e contribuíram para sua conclusão.

Agradeço a Deus, por sua presença constante que contribuiu para que chegasse até aqui, por me conduzir segundo a sua obra, sempre em busca da verdade e da justiça, por um mundo melhor.

Neste momento o agradecimento é para meu esposo Nilson, aquele que me completa e me faz cada dia melhor. Querido, seu apoio, carinho e compreensão nestes últimos dois anos fizeram-me sentir segura para a realização desta pesquisa. Obrigada por estar ao meu lado, me apoiando e vibrando com mais essa conquista, que também é sua. TE AMO!

Aos meus filhos, Diandra e Julio Cesar, a minha neta Maria Luiza, genro Luiz Fernando, nora Amanda, que por muitas vezes compreenderam a minha ausência nesse período e sempre me apoiaram em meus projetos.

A minha família: em especial minha mãe que me amparou, aconselhou, motivou, enfim, esteve de mãos dadas comigo sempre, a você tenho os meus maiores agradecimentos, as minhas irmãs Elisangela e Raquel com quem sei que posso contar em todos os momentos, pois estão sempre ao meu lado.

A minha sogra, sobrinhos, cunhados, tios e primos, que mesmo a distância sempre estiveram presentes, com seu apoio. Vocês são muito importantes em minha vida.

As equipes gestoras das unidades pesquisadas e principalmente aos professores, intérpretes e estudantes Surdos participantes da pesquisa, que aceitaram o desafio de desvelar suas concepções e percepções sobre a educação da pessoa com surdez, e a sua perspectiva de ingressar na Educação Superior.

À minha orientadora, Professora Sonia Maria Ribeiro, que leu e releu meus emaranhados de ideias, e conseguiu, com seu conhecimento, experiência e dedicação, organizar de forma escrita as ideias muitas vezes soltas que eu colocava na forma gráfica... Foi difícil! Eu sei!

À professora Dra. Marly Krüger de Pesce, que tão paciente e sabiamente contribuiu na construção desse trabalho. Gratidão pela compreensão e apoio durante toda essa trajetória. Seu exemplo já é uma referência para mim.

À professora Dra. Fabíola Sucupira Ferreira Sell, que prontamente aceitou o convite para participar da banca examinadora desta pesquisa. Obrigada !!! por contribuir com seu conhecimento sobre a educação da pessoa com surdez.

À professora Dra. Adriana Thoma (in memoriam), obrigada pelos ensinamentos e por acreditar nas minhas escolhas, guardarei eternamente seu sorriso contagiante.

Às professoras do Mestrado em Educação da Univille que, com maestria, conduziram nossas aulas, por ter me oportunizado vivenciar as experiências incríveis do Mestrado e ter dividido comigo o seu conhecimento e sabedoria.

Aos colegas da turma VII, com quem eu vivi momentos de desafios, mas também de muito aprendizado e alegrias, obrigada pela parceria e incentivo, em especial a minha amiga Maria Isabel Tromm que sempre esteve disponível para ajudar, contribuir teoricamente e dialogar sobre as questões da Educação. Orgulho-me em ser sua amiga. A você Jéssica Gomes, querida, obrigada pelos momentos em que rimos juntas, és uma amiga inestimável, um ouvido para todas as horas (quantas mensagens de Whatsapp) sempre pronta para me apoiar nos diversos momentos dessa caminhada. Quero ter você sempre por perto.

Aos meus companheiros de trabalho de longa data da Escola Municipal Professora Maria Regina Leal, onde esse sonho começou a se concretizar, obrigada por terem me apoiado e incentivado na busca pelos meus sonhos, saibam que vocês sempre marcarão a minha história.

Em especial as minhas amigas: Jaqueline Vanderlinde e Kariny Von Dentz, Jaque obrigado por ensinar-me sobre ir em busca dos sonhos. Seu otimismo, alegria e perseverança me fazem acreditar que dias melhores sempre estão por vir, Kariny obrigada por sua bondade, doçura e sua encantadora simplicidade, seu engajamento, resistência e coragem me inspiram a não desistir jamais das lutas da vida.

Aos meus colegas da Escola Municipal Professor Sylvio Sniecikovski, por todo apoio, compreensão e incentivo ao longo desses dois anos. Pois conciliar esse processo com a docência na educação básica não foi tarefa fácil, porém as palavras de incentivo que recebi de vocês foram fundamentais para me manter resistente e

chegar até aqui, a equipe administrativa, que esteve pronta a me apoiar nos momentos em que precisei.

Ao apoio financeiro que recebi do FUMDES para conseguir me manter como mestranda.

Enfim, agradeço a todos os amigos, companheiros de trabalho, colegas do curso, familiares, a todos que a memória não permitiu lembrar, que estiveram comigo nesse caminho, sou eternamente grata a todos que de uma forma ou outra contribuíram para a realização deste sonho.

A todos vocês meu muito obrigado de todo o coração!

RESUMO

A trajetória metodológica percorrida para o desenvolvimento desta pesquisa que tem como tema o ingresso do estudante Surdo na educação superior: desafios e possibilidades constituem-se a partir do objetivo: compreender o processo de escolarização do estudante Surdo do ensino médio da Rede Estadual de Joinville (SC) e sua percepção para ingressar na educação superior. Esta pesquisa aproximou-se do materialismo histórico-cultural, que nos leva a pensar sobre as produções subjetivas e nas situações vividas no ambiente escolar, nos diversos espaços por onde transitar este estudante Surdo, assim como a pensar em produções subjetivas requer romper com o modo determinista de considerar a pessoa com surdez de modo similar e hegemônico. Optou-se pela pesquisa qualitativa cuja análise dos dados foi inspirada na análise de conteúdo de Bardin (1996, 2011), Franco (2012), além de técnicas das comunicações. Na análise dos dados, buscou-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliaram na compreensão do que não está explicitado nos enunciados. Para obtenção dos dados foram aplicados questionários com vinte e seis docentes e quatro intérpretes, bem como entrevistas com sete estudantes Surdos. Quanto ao referencial teórico desta pesquisa temos as contribuições de André (2012), Vygotski (1996; 1998), Quadros (2007; 1997; 2008; 2004), Tardif (2014), Gesser (2008; 2009), Skliar (1997; 1999; 2013; 2003), Perlin (2015), Fernandes (2006), Strobel (2009; 2006; 2016), Thoma (2006; 2010), entre outros. A análise aponta que em relação ao trabalho docente faz-se necessário investimentos na formação do professor que atua com o aluno Surdo, e ir além de reconhecer as experiências vividas em sala de aula. O docente necessita de formação específica em Libras, para que possa tornar o conhecimento acessível ao estudante. Quanto à figura do profissional tradutor e intérprete de Libras mesmo que este tenha ganhado mais visibilidade e espaço no cenário educacional, ainda há necessidade de investimentos na formação desse profissional, políticas públicas que promovam uma contratação efetiva dos mesmos. Refletindo sobre a educação dos Surdos, nota-se que ainda acontece de maneira frágil, pois demanda ajustes linguísticos, já que eles não fazem uso da língua oral, mas, sim, da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Corroborando com o objetivo dessa pesquisa observa-se que há lacunas existentes para uma efetiva inclusão escolar dos alunos Surdos, que estão relacionadas à falta de formação dos intérpretes, à falta de informação e o desconhecimento dos professores a respeito da surdez e de como se deve proceder junto ao aluno Surdo, é preciso produzir avanços significativos nas tentativas de inclusão escolar deste aluno.

Palavras-chave: Estudante Surdo. Ensino Médio. Trabalho docente. Educação Superior.

ABSTRACT

The methodological trajectory pursued for the development of this research, –whose theme is the entry of the deaf student into higher education: challenges and possibilities, was constituted based on the objective: to understand the schooling process of the deaf student of the high school of the State Network of Joinville (SC) and their perception to enter higher education. This research has as an epistemological approach the historical-cultural materialism, which leads us to think about subjective productions and situations lived in the school ambiance, in the several places through which this deaf student lives, so to think about subjective productions demand to break with the deterministic model of considering the deaf person in a similar and hegemonic way. In order to, was opted for the qualitative research inspired by the content analysis Bardin (1977, 1996), Franco (2012), as well as communication techniques, to reflect on what was said in interviews and questionnaires of surveys. In data analysis, it was sought to classify them in themes or categories that helped to understand what is not explicit in the statements. To obtain the data were applied survey forms with 26 teachers and four interpreters, as well as interviews with seven deaf students. Regarding the theoretical reference of this research, there are contributions of: André (2012), Vygotski (1996; 1998), Quadros (2007; 1997; 2008; 2004), Tardif (2014), Gesser (2008; 2009), Skliar (1997; 1999; 2013; 2003), Perlin (2015), Fernandes (2006), Strobel (2009; 2006; 2016), Thoma (2006; 2010), among others. The results related to the teaching work points out that is necessary to invest in the teacher education who works together with the deaf student and going beyond recognizing the experiences lived in the classroom. The teacher needs specific training in Libras (Brazilian sign language of the deaf communities), so to be able to make the knowledge accessible to the student. Regarding the professional translators and interpreters of Brazilian signs language (LIBRAS), it is getting evident that they get more places in educational scenery, but there is still need for more investment in training these professionals, public policies that promote an effective hire of them. Reflecting on the education of the, it is realized that there is still a fragile way, because it demands linguistics adjustments, once they do not use the oral language, but the Brazilian signs language (LIBRAS) and use the Portuguese language in written form with difficulty of perception. Contemplating the goal of this research, it is noted that there are gaps for an effective school inclusion of deaf students, the gaps are related to the lack of interpreters education, the lack of information and knowledge of the teachers about deafness and how to deal with the deaf student, it is necessary to produce significant improvements in the attempts to include this student in school.

Keywords: Deaf student. High school. Teaching work. Higher education.

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|----|
| Quadro 1 - Levantamento de dados com base na Anped. | 24 |
| Quadro 2 - Levantamento de dados com base no SciELO. | 25 |
| Quadro 3 - Levantamento de dados com base da CAPES | 25 |
| Quadro 4 - Levantamento de dados com base no BDTD..... | 26 |
| Quadro 5 - Trabalhos selecionados que apresentam aproximação com o tema da pesquisa..... | 26 |
| Quadro 6 - Estudantes Surdos matriculados no ano de 2017 nas redes de ensino de Joinville | 57 |
| Quadro 7 - Apresentação das categorias de análise..... | 71 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|---|----|
| Gráfico 1- Faixa etária..... | 73 |
| Gráfico 2- Qualificação dos professores | 75 |
| Gráfico 3 - Tempo de experiência como docente de estudante com deficiência auditiva e/ou surdez. | 76 |
| Gráfico 4 - Na sua formação inicial (graduação), você recebeu informações e orientações sobre o ensino para o estudante com deficiência auditiva e/ou surdez?..... | 79 |
| Gráfico 5 - Você possui conhecimentos sobre surdez e ou Libras?..... | 80 |
| Gráfico 6 - Durante a interpretação dos conteúdos você percebe que há a compreensão por parte o aluno com deficiência auditiva e/ou surdez | 85 |
| Gráfico 7 - Há algum incentivo ao estudante com deficiência auditiva e/ou surdez por professores, gestores e colegas que o estimulem para seu ingresso na educação superior. | 87 |
| Gráfico 8 - Você acredita que este estudante tem possibilidades de ingressar com êxito na Educação Superior | 88 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

| | |
|-----------------|---|
| AEE | Atendimento Educacional Especializado |
| ANPED | Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Educação |
| APAE | Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais |
| BDTD | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| BIAP | <i>Bureau International d' Audiophonologie</i> |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| FENEIDA | Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos |
| FENEIS | Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos |
| FURB | Universidade Regional de Blumenau |
| GETRAFOR | Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e Formação Docente |
| GU | Universidade Gallaudet |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IES | Instituições de Ensino Superior |
| INES | Instituto Nacional de Educação de Surdos |
| KCC | Faculdade Comunitária Kapiolani (KCC) |
| LIBRAS | Língua Brasileira de Sinais |
| MEC | Ministério da Educação |
| NPI | Núcleo Pedagógico Integrador |
| SCIELO | Biblioteca Científica Eletrônica Online |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| UCP | Universidade Católica Portuguesa |
| UDESC | Universidade do Estado de Santa Catarina |
| UFC | Universidade Federal do Ceará |
| UFSC | Universidade Federal de Santa Catarina |
| UNIVALI | Universidade do Vale de Itajaí |
| UNIVILLE | Universidade da Região de Joinville |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 16 |
| 1 CAMINHOS DA PESQUISA | 22 |
| 1.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA..... | 31 |
| 1.2 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA..... | 36 |
| 2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO ALUNO SURDO: AVANÇOS E RETROCESSOS | 43 |
| 2.1 REFLEXÕES EM TORNO DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA | 48 |
| 2.2 A ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM SURDEZ EM JOINVILLE (SC): COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO NESTE MUNICÍPIO | 53 |
| 3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA SURDA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA À EDUCAÇÃO SUPERIOR | 60 |
| 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM SURDEZ NA EDUCAÇÃO SUPERIOR | 63 |
| 4 ANÁLISE E DISCUSÃO DE DADOS | 70 |
| 4.1 TRABALHO E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DO ESTUDANTE SURDO EM INGRESSAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR..... | 72 |
| 4.2 TRABALHO E FORMAÇÃO DOS INTÉRPRETES NA CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DO ESTUDANTE SURDO EM INGRESSAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR..... | 83 |
| 4.3 A PERSPECTIVA DE INGRESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTUDANTE SURDO DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE JOINVILLE – SC: DESAFIOS E POSSIBILIDADES ENCONTRADAS..... | 90 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 97 |
| REFÊRENCIAS | 103 |
| APÊNDICE | 111 |
| APÊNDICE I | 112 |
| APÊNDICE II | 113 |
| APÊNDICE III – CARTA DE APRESENTAÇÃO E QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES | 114 |
| APÊNDICE IV - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DOCENTES | 115 |

| | |
|---|------------|
| APÊNDICE V | 116 |
| APÊNDICE VI - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA INTÉRPRETES | 118 |
| APÊNDICE VII | 119 |
| APÊNDICE VIII – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTE SURDO..... | 121 |
| APÊNDICE IX | 122 |
| APÊNDICE X | 123 |
| APÊNDICE XI | 124 |
| ANEXO A- PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA..... | 125 |

INTRODUÇÃO¹

É saber sonhar... E, então, fazer valer a pena cada verso daquele poema sobre acreditar (Ana Vilela).

Com a intenção de situar o leitor da minha trajetória de estudos e desenvolvimento profissional, bem como os objetivos que motivaram minhas escolhas e caminhos, registro minhas memórias em um percurso existencial e histórico, no intuito de explicitar o “lugar de onde falo”. Recordar as experiências profissionais e acadêmicas configura-se como uma oportunidade de refletir sobre o percurso trilhado, e uma possibilidade de compreender o presente e projetar o futuro a partir das experiências do passado.

Minha trajetória formativa foi em escola pública, desde o ensino fundamental e médio, bem como na educação superior. O ingresso na Universidade, no Curso de Graduação em Pedagogia-Licenciatura, com habilitação em Séries iniciais do Ensino Fundamental, na Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), deu-se no ano de 2002.

Neste mesmo ano iniciei como professora na rede estadual de Joinville, inicialmente com alunos do 2º e 4º ano. Senti ali que estava na profissão que eu realmente amava, abandonando a ideia de muitos anos em que me neguei a atuar na área da educação. Logo a seguir, em 2003, recebi um convite mais que especial: assumir uma turma de alunos com surdez. No primeiro momento, fiquei apavorada, achando que não conseguiria, mas, o tempo foi passando, e então senti que poderia realizar um trabalho adequado à Educação Inclusiva, em especial na área da surdez. Nela estou até hoje, procurando sempre ter como norte a referência da citação em epígrafe, no início desta Apresentação: *fazer valer a pena cada verso daquele poema sobre acreditar*.

Ademais, visando intensificar minha qualificação profissional, ao finalizar a faculdade iniciei uma pós-graduação *lato sensu* em Especialização em Pedagogia da Infância

¹ Para a escrita da apresentação, adotou-se o tempo verbal em primeira pessoa, por tratar da formação pessoal e acadêmica da pesquisadora.

– Educação Infantil e Séries Iniciais, concluído no ano de 2006, na Associação Educacional Frei Nivaldo Liebel – Faculdade de Ciências Sociais Aplicada - FACISA.

Trabalhei por sete anos na rede estadual de ensino em Joinville, como professora de Sala de Recursos e na APAE. Também exerci a função de intérprete de Libras², tanto na rede estadual e como na particular. No ano de 2007 passei no concurso público da Secretaria de Educação do município de Joinville, assumindo, em 2008, uma turma de 4º ano.

Entretanto, não parei de estudar e me aperfeiçoar na área da educação especial. Como assumi somente 20 horas na rede municipal, continuei como intérprete na rede particular de ensino. Assim, dando prosseguimento ao processo de formação continuada que venho percorrendo, cursei, de 2010 a 2011, uma Pós-graduação em Especialização em Educação Especial – Formação Continuada de Professores para o Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Em 2011 fui uma das professoras indicadas pela Secretaria de Educação do município de Joinville para atuar na Sala de Recursos Multifuncional, com o Atendimento Educacional Especializado (AEE). Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da educação especial que, “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008). O público alvo desse serviço são os alunos com deficiência, os com Transtornos Globais do Desenvolvimento, os com altas habilidades/superdotação.

Exerci a função mencionada no parágrafo anterior até o ano de 2016. Neste mesmo ano, atuei como tutora do Curso de Graduação em Letras-Libras (Língua Brasileira de Sinais), na modalidade à distância, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que teve início no ano de 2006 sendo este o primeiro curso oferecido no Brasil, tornando-se um centro nacional de referência na área de Libras.

² A Língua Brasileira de Sinais (Libras) através da Lei nº 10.436/2002, foi reconhecida como a língua das pessoas surdas. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002a).

Na vida precisamos fazer muitas escolhas, assim, no momento em que decidi fazer o processo seletivo para ingressar no mestrado decidi abrir mão de algumas atividades como a sala do AEE (Atendimento Educacional Especializado), e a tutoria do curso Letras-Libras, uma vez que optei por continuar apenas com minha atividade de docente no ensino fundamental na rede pública de Joinville (SC), com uma turma de 4º ano do Ensino Fundamental I, e como docente do ensino superior na Universidade da Região de Joinville (Univille), nos cursos de Pedagogia, lecionando as disciplinas de Práticas Educativas Integradoras no Mundo Digital, Educação Tecnologia e Mediação Pedagógica. As disciplinas de Diversidade e Educação Inclusiva, Libras- Código de comunicação atuo no NPI³ (Núcleo Pedagógico Integrador), com todas as turmas de licenciatura da Universidade.

Como docente no ensino superior, com apoio da Universidade da Região de Joinville (Univille), surgiu à oportunidade de participar e apresentar o início da minha pesquisa em importantes eventos como: 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre Transtornos do Espectro do Autismo e Educação Inclusiva⁴, XIII EDUCERE, IV SIRSSE, VI SIPD – Cátedra UNESCO, I Seminário Letra/Libras: Aspectos Linguísticos, Pedagógicos, Sociais, Culturais e Tradutórios da Libras, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina, XV Simpósio Integrado de Pesquisa UNIVILLE/FURB/ UNIVALI, entre outros.

Em 2017, ao ingressar no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville (Univille), na linha de pesquisa Trabalho e Formação Docente, na turma VII, muitas eram as dúvidas e as incertezas. Porém, a intencionalidade sempre foi de pesquisar e compreender a educação da Pessoa com Surdez, no sentido em que Campos (2014, p. 48) define o Surdo como: “[...] aquele que apreende o mundo por meio de contatos visuais, que é

³ As disciplinas comuns dos cursos de licenciatura que compõem o NPI incorporaram em suas ementas conteúdos de formação docente para atender ao perfil do egresso, com o objetivo de integrar disciplinas, alunos e professores. Incluíram-se as disciplinas optativas, flexibilizando ao acadêmico a escolha das disciplinas nos cursos de licenciatura da Univille (UNIVILLE, 2017).

⁴ O Centro de Investigação em Educação (CIEd - Instituto de Educação, UMinho) organiza, em parceria com o Núcleo de Estudo e Pesquisa em Cognição e Aprendizagem (NEPCA, Universidade Federal de Pelotas - UPFEL, Brasil), o 1º Congresso Luso-Brasileiro sobre Transtornos do Espectro do Autismo e Educação Inclusiva (CONLUBRA). O evento decorre entre 5 e 7 de abril no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense – UPFEL, Pelotas - RS, Brasil.

capaz de se apropriar da língua de sinais e da língua escrita e de outras, de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento cognitivo, cultural e social”.

Essa inquietação está relacionada à minha atuação, por mais de quinze anos, como educadora na função de intérprete, e como professora alfabetizadora de alunos com surdez, atuando em sala de recursos com aluno Surdo, bem como sala comum com alunos com deficiência. Logo, o ingresso no Mestrado em Educação da Univille foi motivo de grande emoção e alegria por ter conseguido essa vitória, com a certeza de que estaria iniciando um novo e grande desafio.

Já no primeiro semestre de 2017, num encontro com minha orientadora, foi definida a temática da minha investigação: O Ingresso do Estudante Surdo na Educação Superior⁵: desafios e possibilidades. Aceitei prontamente, visto este se tratar de um tema que compõe as discussões do meu cotidiano, inquieta-me profundamente, possibilitando a realização de novas reflexões através da pesquisa.

Nesse sentido, o ingresso no mestrado me possibilitou o encontro com diferentes autores que contribuíram de maneira significativa para a (re)construção de saberes. A referida pesquisa tem como base a teoria da subjetividade na perspectiva histórico-cultural, sendo que Silva (2007, p. 75) nos diz que “a palavra subjetividade se refere ao processo pelo qual algo se torna constitutivo e pertencente ao indivíduo; ocorrendo de tal forma que esse pertencimento se torna único, singular”. Desse modo, encontro-me em outro momento sócio, político e econômico, com inquietações e curiosa para me perceber compreendendo o mundo com outras lentes, independente do quão difícil possa ser.

[...] gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (FREIRE, 2013, p. 33).

Por conseguinte, pesquisar sobre o ingresso do estudante com surdez na educação superior configurou-se como uma oportunidade de pesquisa vinculada a um projeto mais amplo, o Projeto de Pesquisa em Educação Inclusiva no Ensino Superior - PROINAD, coordenado pela Professora Dr^a Sonia Maria Ribeiro. Por sua

⁵ Optou-se por privilegiar a adoção do termo “educação superior” em detrimento de “ensino superior” com base na Lei 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

vez, o PROINAD está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho e Formação Docente – GETRAFOR, da linha de pesquisa Trabalho e Formação Docente do Mestrado em Educação da Univille.

Destaco o fato de que com o ingresso no mestrado passo a desempenhar um papel ainda não vivenciado em minha trajetória acadêmica: o de pesquisadora. Pesquisar é produzir conhecimento sobre um determinado tema ou área, gerando avanço científico e desenvolvimento social, pensamento este ratificado pelos dizeres de Demo (2000, p.33): “na condição de princípio científico, pesquisa apresenta-se como a instrumentação teórico-metodológica para construir conhecimento.” Sob esse ponto de vista, a condição de pesquisadora, aliada às minhas reflexões, instigou-me a investigar como o estudante Surdo se percebe no ingresso na educação superior.

Seguindo em minha caminhada como pesquisadora, busquei, sob orientação de minha orientadora novas interlocuções para o aporte teórico-metodológico desta pesquisa, e encontramos Skliar (1997; 1999), Quadros e Perlin (2007), Strobel (2006) e Gesser (2009). Respaladas, também, por documentos internacionais importantes na defesa de direitos humanos, como é o caso da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2007), dentre outros, os quais fomos entrelaçando na compreensão das leituras, dos estudos, das discussões em grupo, das reflexões realizadas, bem como nos momentos de orientação.

Os diálogos e questionamentos a respeito desta temática com os colegas de pesquisa, e com a orientadora, contribuíram para a elaboração das questões de estudo que norteariam o caminho da investigação. As questões de pesquisa foram assim estruturadas:

- Quais perspectivas têm o aluno com surdez, matriculado no ensino médio da Rede Estadual da cidade de Joinville, para ingressar na Educação Superior?
- Quais ações os professores do ensino médio proporcionam ao aluno Surdo durante o seu processo de escolarização visando estimulá-lo a ingressar na Educação Superior?

O delineamento destas questões visa atender ao objetivo geral da investigação que tem como enunciado: compreender o processo de escolarização

do estudante Surdo do ensino médio da Rede Estadual de Joinville e sua perspectiva de ingressar na Educação Superior.

A partir deste foram estruturados os seguintes objetivos específicos desta investigação que serão apresentados a seguir:

- Traçar as contribuições do processo de escolarização e desenvolvimento do estudante Surdo;
- Identificar como o estudante Surdo, que frequenta o ensino médio, percebe a possibilidade de ingresso na Educação Superior;
- Investigar o que dizem professores, intérpretes na construção do desejo do estudante Surdo em ingressar na Educação Superior;
- Conhecer os desafios encontrados pelo estudante Surdo na educação básica diante da possibilidade de ingressar na Educação Superior;

Visando atender aos objetivos explicitados, a pesquisa teve a participação de estudantes Surdos⁶ do ensino médio, da Rede Estadual da cidade de Joinville (SC), bem como professores e intérpretes de Libras.

Com a definição das questões de pesquisa e os objetivos traçados, busquei conhecer a produção científica em torno da temática, bem como apresentar um levantamento dos trabalhos acadêmicos existentes, de modo a subsidiar teoricamente a pesquisa que foi desenvolvida e serão apresentados no capítulo a seguir.

⁶ Woodward (1972) utiliza o termo “Surdo”, com letra maiúscula, diferenciando-o dos termos “deficiente auditivo” e “surdo”. Para o autor, o termo “Surdo” refere-se ao indivíduo que, tendo uma perda auditiva, não é caracterizado pela sua deficiência, mas pela sua condição de pertencer a um grupo minoritário, com direito a uma cultura própria e a ser respeitado na sua diferença. A utilização de “Surdo” refere-se à condição audiológica de não ouvir. Nesta dissertação vamos adotar o termo Surdo.

1 CAMINHOS DA PESQUISA

Visando compreender, inicialmente, como este tema vem sendo abordado pelas pesquisas realizou-se uma investigação em alguns bancos de dados como: o Banco de Teses e Dissertações do Comitê de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e as bases de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), alguns artigos publicados no site da Biblioteca Científica Eletrônica Online (SciELO) e também uma busca no *site* da Associação Nacional de Pós graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd).

Com o objetivo de identificar a quantidade, as características temáticas e metodológicas dos trabalhos, para contextualizar a pesquisa em questão, foram consultadas bases de dados para averiguar o que já havia sido produzido até o momento. De acordo com André (2009, p. 43):

[...] estudos do tipo “estado do conhecimento”, que fazem uma síntese integrativa da produção acadêmica em uma determinada área do conhecimento e em um período estabelecido de tempo, têm sido muito úteis ao revelar temáticas e metodologias priorizadas pelos pesquisadores, fornecendo importantes elementos para aperfeiçoar a pesquisa num determinado campo do saber.

A primeira base a ser consultada foi os anais científicos da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), verificando as publicações em âmbito nacional, do ano de 2000 até a última edição. Foi escolhido este período por ser o que está disponível para busca no site oficial da Anped, em cada edição verificada foi pesquisado o grupo de trabalho Educação Especial, que até o momento é o GT15 - Educação Especial.

Na busca por trabalhos relacionados ao tema desta pesquisa, inicialmente verificou-se trabalhos que abordavam descritores e expressões como “Surdos”, “Pessoa com surdez”, “Acadêmicos com surdez” e “Surdo no ensino médio”, visto que o site não proporciona a opção de busca por descritores.

Assim sendo, a consulta realizada partiu de um contexto geral, ou seja a educação do estudante Surdo no ensino fundamental, médio e superior, com a ferramenta localizar no windows, fiz a seleção dos trabalhos mais próximos da pesquisa, no caso utilizando-se das palavras e expressões já citadas, e, na

sequência, filtrando somente para o estudante Surdo no ensino médio, na sequência para a Educação Superior.

Dando continuidade, foram encontrados trabalhos que envolviam: a Língua Brasileira de Sinais – Libras, a educação de Surdos, os Surdos no ensino regular, a tradução e interpretação de Libras, as políticas públicas para inclusão do estudante Surdo, além de outros.

Foi realizada, então, uma triagem para identificar os trabalhos com a temática compatível com a pesquisa. O trabalho de Thoma (2006) nos apresenta uma reflexão sobre: “A inclusão no ensino superior: - *ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial*”. Tal pesquisa objetiva pensar o atual contexto educacional brasileiro, tendo IES's como campo investigativo, pois tem sido crescente o número de alunos nomeados “com necessidades especiais” que concluem o ensino fundamental e médio e chegando ao ensino superior.

Na sequência Franco e Cruz (2008) apresentam um artigo sobre “Surdez e Educação Superior: que Espaço é esse?” no qual os autores fazem um apontamento das legislações e dando continuidade às discussões, apresentam a criação de cursos voltados aos estudantes Surdos como Letras/Libras ou Letras-Libras/Português e Pedagogia Bilíngue.

Os autores apontam também para a inclusão da Libras, como disciplina obrigatória, nos cursos de licenciatura. Com o reconhecimento oficial desta língua, fica assegurada aos Surdos a presença de intérpretes em espaços formais e instituições em geral e tornando obrigatórios os requisitos de acessibilidade à comunicação, previstos pelo Decreto nº. 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

O trabalho citado traz ainda resultados preliminares sobre o surgimento e o funcionamento do primeiro Curso Bilíngue de Pedagogia Libras-Português do Brasil, no Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Nos registros disponíveis da Anped foram encontrados um total de 56 trabalhos (Quadro 1), não incluindo pôsteres, e, deste total, dois têm relação com a pesquisa, destacando o estudante Surdo no ensino superior.

Quadro 1 – Levantamento de dados com base na Anped.

| BASE | NÚMERO DE TRABALHOS | PROXIMIDADE | TÍTULO DO TRABALHO | AUTOR (es) COAUTOR(es) |
|--------------------|---------------------|-------------|---|--|
| 37ª ANPEd Nacional | 4 | 0 | - | - |
| 36ª ANPEd Nacional | 2 | 0 | - | - |
| 35ª ANPEd Nacional | 3 | 0 | - | - |
| 34ª ANPEd Nacional | 7 | 0 | - | - |
| 33ª ANPEd Nacional | 3 | 0 | - | - |
| 32ª ANPEd Nacional | 1 | 0 | - | - |
| 31ª ANPEd Nacional | 4 | 1 | Surdez e educação superior: que espaço é esse? | Monique Mendes Franco; Maurício ; Rocha Cruz |
| 30ª ANPEd Nacional | 5 | 0 | - | - |
| 29ª ANPEd Nacional | 4 | 1 | A Inclusão no Ensino Superior: "- Ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso certamente exige uma política especial..." | Adriana da Silva Thoma |
| 28ª ANPEd Nacional | 6 | 0 | - | - |
| 27ª ANPEd Nacional | 1 | 0 | - | - |
| 26ª ANPEd Nacional | 6 | 0 | - | - |
| 25ª ANPEd Nacional | 2 | 0 | - | - |
| 24ª ANPEd Nacional | 5 | 0 | - | - |
| 23ª ANPEd Nacional | 3 | 0 | - | - |
| TOTAL | 56 | 2 | - | - |

Fonte: Primária

A próxima base pesquisada foi os artigos publicados no site da Biblioteca Científica Eletrônica Online (SciELO). Neste site, utilizou-se a pesquisa com descritores específicos, que foram: “inclusão/ surdez/ ensino superior”. Com estes três descritores, utilizados nesta ordem, não foram obtidos resultados que contemplassem a temática da pesquisa. Obteve-se um retorno para a busca apenas com os descritores “inclusão/ Surdos/ ensino superior”. Também ao se utilizar os descritores “inclusão/ ensino superior”, foram identificados seis trabalhos que não se aproximavam da pesquisa, bem como as próximas palavras “inclusão/ Surdo” e “inclusão/ Surdos”, que são descritores quase idênticos, trouxeram um retorno de onze e vinte trabalhos, respectivamente, mas ambos sem relação com a temática de interesse. Já quando preenchemos o campo com “surdez/ ensino superior”, apenas um trabalho apresentava pontos em comum com o interesse da pesquisa. Tal trabalho aborda a trajetória de um estudante Surdo no ensino superior, sendo este trabalho o mais próximo da temática, porém ao ser consultado identificou-se que o conteúdo deste não auxiliaria nas nossas reflexões. O Quadro 2, a seguir, resume as informações anteriormente descritas.

Quadro 2 – Levantamento de dados com base no SciELO.

| Base | Descritores | Resultados | Relação | Observações |
|--------|---------------------------------|------------|---------|---|
| SCIELO | Inclusão/Surdez/Ensino superior | 0 | 0 | |
| | Inclusão/Surdos/Ensino superior | 1 | 0 | Perfil do intérprete Libras |
| | Inclusão/Ensino Superior | 6 | 0 | Temas variados sobre surdez, interpretação, libras |
| | Inclusão/surdo | 11 | 0 | Temas variados sobre surdez, interpretação |
| | Inclusão/surdos | 20 | 0 | Temas variados sobre surdez, interpretação |
| | Surdez/ensino superior | 1 | 1 | Trajectoria do aluno surdo no ensino superior (não relevante para pesquisa) |
| TOTAL | | 39 | 1 | |

Fonte: Primária

Para expandir o campo de busca, pesquisou-se em mais dois sites de base de dados, sendo eles: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – (CAPES), e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). No primeiro, foram registrados cerca de quinze artigos quando filtrado pelos descritores “inclusão/ Surdos/ ensino superior”; nove trabalhos foram identificados nesta pesquisa, sendo três deles em aproximação com nossa temática. Já quando utilizados os descritores “surdez/ ensino médio”, a devolutiva foi de vinte artigos, dos quais apenas um enquadrou-se no esperado, como segue no Quadro 3:

Quadro 3 – Levantamento de dados com base da CAPES.

| BASE | DESCRITORES | RESULTADOS | PROXIMIDADE | OBSERVAÇÕES |
|--|---------------------------------|------------|-------------|--|
| CAPES | Inclusão/Surdos/Ensino Superior | 9 | 3 | |
| | Surdez/Ensino médio | 20 | 1 | Alunos surdos no ensino superior: uma discussão necessária |
| TOTAL ARTIGOS ENCONTRADOS: 29. Proximidade com o tema: 4 (1 deles bem específico). | | | | |

Fonte: Primária

Em outro banco de dados consultado, o BDTD, foram encontrados quarenta e cinco Dissertações e Teses, sendo dois com aproximação maior com a temática “inclusão/ Surdo/ ensino superior” e outro para “surdez/ ensino superior”. Estes três trabalhos têm proximidade com o tema da pesquisa proposta. Segue Quadro 4 para verificação.

Quadro 4 – Levantamento de dados com base no BDTD.

| Base | Descritores | Resultados | Proximidade | Observações |
|---------------------------------------|--------------------------------|------------|-------------|-------------|
| BDTD | Inclusão/surdo/ensino superior | 24 | 2 | |
| | Surdez/ensino superior | 21 | 1 | |
| TOTAL: 45. Proximidade com o tema: 3. | | | | |

Fonte: Primária

Por meio do levantamento das produções, verificou-se que a ciência brasileira vem trilhando um caminho promissor nas pesquisas sobre a pessoa com surdez, pois indicam que o Surdo está em diversas pesquisas envolvendo pessoas com deficiência.

De acordo com o levantamento de dados realizado, segue o Quadro 5, com os trabalhos que contemplam a temática específica desta pesquisa.

Quadro 5 - Trabalhos selecionados que apresentam aproximação com o tema da pesquisa.

| TÍTULO | AUTOR | ANO | INSTITUIÇÃO | BASES DE DADOS | TIPO DA PESQUISA |
|---|---|------|-------------|----------------|-------------------------|
| A Inclusão no Ensino Superior: "- Ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso certamente exige uma política especial..." | Adriana da Silva Thoma | 2006 | UNISC | ANPED | ARTIGO |
| Surdez e educação superior: que espaço é esse? | Monique Mendes Franco; Maurício Rocha Cruz | 2008 | UERJ-FFP | ANPED | ARTIGO |
| A inclusão do aluno surdo no ensino médio | Ademar Miller Junior | 2013 | UFES | CAPES | DISSERTAÇÃO DE MESTRADO |
| Acesso ao ensino superior: a expectativa do aluno surdo do ensino médio | Adelso Fidelis de Moura | 2016 | UNESP | BDTD | DISSERTAÇÃO DE MESTRADO |

Fonte: Primária

Aproximar-se destas produções possibilitou compreender como a inclusão de estudantes com surdez na educação superior ainda é um grande desafio ao trabalho docente. Neste caso a questão da língua para os professores ainda é uma barreira na comunicação, não havendo acessibilidade linguística para o estudante Surdo, revelando a falta de cumprimento das políticas públicas no contexto da educação inclusiva.

Buscando aproximar o leitor das discussões realizadas nestas pesquisas, a seguir destacam-se alguns pontos nos quais elas divergem e/ou convergem no que tange ao ingresso do estudante com surdez na educação superior.

O trabalho de Thoma (2006) nos faz refletir sobre as principais questões que se apresentam diante da inclusão de sujeitos com as chamadas necessidades especiais em todos os níveis de ensino. Segundo a autora, os problemas estão na formação docente, nos discursos e representações sociais sobre aqueles a serem incluídos.

Conforme a autora, como trazer essa discussão para o contexto das Instituições de Ensino Superior (IESs), espaço esse de formação profissional que deve ter como compromisso pensar formas menos excludentes e discriminatórias de educação?

De acordo com Thoma (2015, p.2): “Somos ‘hospedeiros’, ou seja, as IES são como casa que não se encontra em condições de receber culturas, identidades e alteridades distintas do modelo de normalidade constituído social, cultural, linguística e historicamente”. Segundo a autora, para o Governo Federal, as IESs devem assumir um papel significativo na proposta de educação inclusiva, pois, “a formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente” (Brasil/MEC/SEESP, 1998, p12).

Segue nos relatando a autora “que a exclusão de alguns e a inclusão de outros sempre foi uma marca da instituição escolar moderna, mas, somente nos últimos anos, isto deixa de ser naturalizado, passando a ser problematizado, tendo em vista as pesquisas que vêm sendo realizadas neste âmbito”.

A autora ainda acrescenta, que: “partindo do entendimento de que as invenções modernas têm se encarregado de classificar/nomear/narrar/incluir ou excluir os sujeitos, em um mundo cada vez mais difuso e fragmentado” (THOMA, 2015, p.1), numa forma de justificar o cenário que se encontra nas instituições escolares.

Sua pesquisa objetiva pensar o atual contexto educacional brasileiro, tendo IESs como campo investigativo, pois tem sido crescente o número de alunos nomeados “com necessidades especiais” que concluem o ensino fundamental e

médio. Compreende-se que a pesquisa mencionada tende a convergir com esse estudo, pois o jovem Surdo também chegará à educação superior.

Em seguida temos outros dois trabalhos selecionados, o artigo de Franco e Cruz (2008), trazendo a discussão: “Surdez e Educação Superior: Que Espaço é Esse?”. Aqui, conforme desenvolvem as autoras, o processo da inclusão educacional e social de portadores de necessidades especiais, de minorias étnicas e/ou identitária, intensificou-se nos últimos anos. Pode-se identificar a crescente visibilidade de indivíduos que anteriormente estavam localizados à margem do processo social. Potencializados, esses indivíduos são objeto de políticas públicas, ganham notoriedade na mídia e passam a ocupar, paulatinamente, o espaço do exercício da diferença, criando demandas e deixando transparecer a gama de enfrentamentos ainda necessários à perspectiva da inclusão como espaço da liberdade.

No caso da comunidade surda, não poderia ser diferente. Aqueles que ao longo de séculos tiveram seu processo de comunicação oprimido e sua língua, muitas vezes, proibida de ser expressa, ganharam o direito de serem educados a partir da Língua Brasileira de Sinais (Libras), agora reconhecida e oficializada como uma língua. Podemos observar que as autoras, neste artigo, apresentam-nos uma discussão sobre as leis e políticas sobre a educação de Surdos e a formação de professores, como o Decreto nº. 5.626, que prevê a inclusão de uma disciplina de Libras em todos os cursos de licenciaturas no Brasil. Investigar tais estudos possibilitou identificar semelhança nos elementos legais utilizados para apoiar as discussões realizadas nesta pesquisa envolvendo a inclusão do aluno com surdez na educação superior.

O terceiro trabalho selecionado, a dissertação de Miller (2013), tem como objetivo investigar a inclusão de alunos Surdos no Ensino Médio, no estado do Espírito Santo, apresentando-nos uma reflexão sobre quanto o Governo Federal tem avançado na definição e implementação de uma política educacional para os sujeitos Surdos, criando leis e programas para implantar essa política. Assim, é importante acompanhar as ações desenvolvidas em nível estadual e municipal pelas secretarias de educação, de forma a discutir as contribuições da legislação para a educação de sujeitos Surdos e os desafios que atravessam as ações desenvolvidas.

O trabalho foi desenvolvido mediante uma pesquisa do tipo qualitativa, voltada para as narrativas de nove sujeitos Surdos que frequentam ou frequentaram o Ensino Médio recentemente. As narrativas dos sujeitos pesquisados mostraram a importância de discutir três aspectos: a escolarização dos jovens Surdos antes do Ensino Médio; as condições de escolarização no Ensino Médio na escola regular; e a escolha da profissão e a atuação profissional nos projetos de vida mencionados por esses sujeitos. Tais narrativas nos contam suas histórias de vida na escola regular com as políticas inclusivas dos últimos anos. Fazendo relação com a presente pesquisa, é esse estudante Surdo que tem o grande desafio de ingressar na educação superior.

Com os dados da pesquisa, Miller (2013) conclui que é urgente uma reorganização da política de educação inclusiva para os Surdos. Há que se entender que o foco não deve ser a surdez e o desenvolvimento na área, mas, sim, entender o sujeito Surdo, a identidade e a cultura surda, bem como as implicações que a perspectiva da surdez causam nesses sujeitos e em sua educação escolar.

Finalmente, na dissertação de Moura (2016), que nos apresenta uma proximidade maior com a nossa pesquisa, o autor traz para a análise e a discussão as condições deste acesso e a permanência deste público na Universidade, considerados importantes para a efetivação desse direito. A pesquisa buscou levantar as expectativas relacionadas às condições de acesso e permanência do estudante Surdo no Ensino Superior, subsidiada pelos relatos e apontamentos desses estudantes Surdos matriculados no Ensino Médio, da rede estadual de ensino, no município de Bauru (SP).

Conforme o autor, com a pesquisa buscou-se a coleta de informações que indicassem quais são as dificuldades e os anseios dos alunos Surdos quando se deparam com a possibilidade do ingresso ao Ensino Superior. O pesquisador obteve como resultados que, embora as condições de acesso ainda lhes sejam difíceis, os alunos Surdos que estão no Ensino Médio têm o desejo de ingressar na Universidade e de continuar seus estudos. No entanto, falta preparo e orientação da escola básica em formá-los, para que possam adquirir conhecimentos necessários, a fim de cursar o Ensino Superior.

Outro fator relevante que marca a pouca expressividade de Surdos na Universidade, ocorre fortemente em função da ausência de intérpretes. As

contribuições dessa análise vão além da educação formal, passando pela significação da aprendizagem e da possibilidade de ampliação do acesso e das condições de permanência no contexto universitário.

Salienta-se que esta pesquisa assim como outros mencionados acima (THOMA, 2006; FRANCO e CRUZ, 2008; MILLER, 2013; MOURA, 2016), procuraram refletir acerca de propostas de escolarização do sujeito com surdez, das leis e das políticas públicas de educação inclusiva que envolvem esse aluno, da formação continuada para os professores, considerando que estes não se percebem preparados para atuar no que tange aos saberes relativos à educação especial.

Sobre o último ponto, cabe ressaltar que o discurso da falta de preparo para o trabalho junto às pessoas com surdez constitui-se uma barreira para a inclusão. O medo e o “despreparo”, a falta de comunicação por desconhecer a língua materna do Surdo, provoca no professor resistência no processo de inclusão. Mittler (2003, p. 181) afirma que os professores já possuem conhecimentos e habilidades frente ao processo de inclusão, “o que lhes falta, muitas vezes, é a confiança em sua própria habilidade”.

De acordo com as pesquisas relacionadas ao trabalho docente no GT15 da ANPEd, o trabalho de Thoma (2006) analisou discursos sobre os “sujeitos incluídos”, seus direitos, suas demandas e sua presença nas instituições de ensino, pelas vozes dos docentes. A partir de uma reflexão sobre o acesso das pessoas com deficiência nos diferentes níveis de ensino, e no entendimento deste acesso como um direito, a autora fez a seguinte consideração:

[...] as instituições de ensino e os docentes necessitam, para além de uma postura política de aceitação das diferenças, conhecimentos técnicos para saber trabalhar com aquelas relacionadas às necessidades educacionais especiais decorrentes de problemas de aprendizagem, de deficiências mentais, físicas ou sensoriais, de altas habilidades, de síndromes, condutas típicas ou outras. (THOMA, 2006, p. 16)

Nesse sentido, acreditamos que os professores, a gestão acadêmica e os serviços de apoio ao atendimento a esses alunos devem estar frequentemente colocando sob suspeita as queixas em relação aos acadêmicos com necessidades especiais em situação de inclusão, bem como seus próprios enunciados sobre esses sujeitos.

A partir da síntese da pesquisa realizada por Thoma (2006), evidencia-se no relato dos docentes, que responderam o questionário dessa pesquisa, que a ausência de formação continuada, de recursos físicos e pedagógicos, é que dificultam um trabalho docente pautado em uma concepção de educação como direito fundamental e de todos.

Em síntese, pode-se dizer que, por meio do balanço das produções, foi possível identificar a existência de um debate que vem se consolidando com mais frequência como fonte de pesquisa, acerca da inclusão de pessoas com deficiência na educação superior, seja com surdez e/ou outra deficiência.

Considerando o levantamento realizado compreende-se que a pesquisa que ora passaremos a apresentar pode somar informações que possibilitem ampliar a compreensão de como vem ocorrendo à educação do estudante com surdez, a partir da dialética que se estabelece no campo teórico das políticas educacionais e das práticas educativas.

Ao identificar, descrever e analisar os facilitadores e/ou as barreiras reconhecidas por estes alunos para o seu ingresso na educação superior, com base em seus próprios relatos através de entrevistas, o estudo pretende dar voz ao Surdo, apresentando a perspectiva deste estudante sobre a sua admissão na Universidade.

1.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A trajetória metodológica percorrida para o desenvolvimento desta pesquisa constitui-se a partir do objetivo estabelecido que é de: compreender o processo de escolarização do estudante Surdo do ensino médio da Rede Estadual de Joinville (SC) e sua percepção para ingressar na educação superior. Vale mencionar que optamos por uma abordagem qualitativa, por sua crescente utilização em pesquisas na área da Educação, bem como por trazer reflexões inspiradas no materialismo histórico cultural⁷ portanto, falar em percurso histórico e cultural dos jovens Surdo que frequentam o ensino médio da Rede Estadual do município de Joinville (SC),

⁷ Como nos dizem: Freitas e Ramos (2010, p. 8), sobre está perspectiva que busca “a compreensão dos sentidos que são construídos e compartilhados por indivíduos socialmente relacionados. Por isso [...] nos empenhamos todos na produção e na partilha dos sentidos que deles emergem”.

como propõe esse trabalho, requer pensar em suas produções subjetivas nas situações vividas no ambiente escolar, nas situações relacionais nos diversos espaços. Para refletir e pensar em produções subjetivas requer romper com o modo determinista de considerar a pessoa com surdez de modo similar e hegemônico. Em concordância, Santos (2016) nos diz: “Cada situação de dificuldade de comunicação vivida por uma pessoa surda em algum momento ou espaço será subjetivada por ela de modo singular”. Sob essa perspectiva, as pessoas com surdez são constituídas por processos subjetivamente produzidos em caráter simbólico, emocional e cultural, que se configuram em cada momento.

A partir dessa reflexão é importante considerar e lembrar que a área da educação é um campo marcado por um processo histórico constituído por múltiplas dimensões, resultante de forças contraditórias, como apontam Ludke e André (1986, p.30): “pelas quais mudanças são produzidas constantemente, haja vista que são os seres humanos, em suas relações sociais, os seus protagonistas”. Ou seja, no decorrer da construção da pesquisa, o pesquisador deve assumir uma postura comprometida com o objetivo a ser discutido, assim, a definição do percurso metodológico é imprescindível.

Segundo Gatti (2002, p. 12), “[...] pesquisar em educação significa trabalhar com algo relativo a seres humanos ou com eles mesmos, em seu próprio processo de vida”. Diante do exposto, optou-se por delinear a pesquisa em um percurso investigativo de abordagem qualitativa, que segundo Gatti e André (2013, p. 30-31):

[...] se consolidou para responder ao desafio da compreensão dos aspectos formadores/formantes do humano, de suas relações e construções culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais. [...] passa-se a advogar, na nova perspectiva, a não neutralidade, a integração contextual e a compreensão dos significados nas dinâmicas histórico-relacionais.

Utilizamos a abordagem qualitativa para caracterizar de forma ampla o percurso metodológico desta dissertação, partindo-se de uma compreensão que, “[...] quantidade e qualidade estão intimamente relacionadas” (ANDRÉ, 2002, p. 24).

Contribuindo com essa questão, Gatti (2004, p.13) defende que determinados aspectos derivados da realidade “[...] necessitam ser qualificados através de dados quantitativos”. “[...] os métodos de análise de dados que se traduzem por números

podem ser muito úteis na compreensão de diversos problemas educacionais” (GATTI, 2004, p. 13).

Observando isso, entendeu-se que a abordagem qualitativa seria a mais adequada para atender aos objetivos da presente pesquisa que, segundo Gatti e André (2010, p. 30):

[...] essa modalidade de pesquisa veio com a proposição de ruptura do círculo protetor que separa pesquisado e pesquisador, separação que era garantida por um método rígido e pela clara definição de um objeto, condição em que o pesquisador assume a posição de ‘cientista’, daquele que sabe, e os pesquisados se tornam dados - por seus comportamentos, suas respostas, falas, discursos, narrativas etc. traduzidas em classificações rígidas ou números -, numa posição de impessoalidade. Passa-se a advogar, na nova perspectiva, a não neutralidade, a integração contextual e a compreensão de significados nas dinâmicas histórico-relacionais.

Cabe destacar que o pesquisador carrega marcas de sua época, de seu tempo e de sua sociedade e, segundo Ludke e André (1986, p.30), “[...] a sua visão de mundo, os pontos de partida, os fundamentos para a compreensão e explicação desse mundo irão influenciar a maneira de como ele propõe suas pesquisas”.

Já Minayo, (1996, p.10), define:

[...] o método qualitativo como aquele capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações, e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas tanto no seu advento quanto na sua transformação, como construções humanas significativas.

Optamos pela análise de conteúdo conforme Bardin (2006, p. 38), “técnica das comunicações, para refletir sobre o que foi dito nas entrevistas e questionários. Na análise do material, busca-se classificá-los em temas ou categorias que auxiliam na compreensão do que está por trás dos discursos”. Essa escolha deu-se pelo interesse de ouvir os sujeitos pesquisados, para melhor compreendê-los. Nesse caso, o que está em pauta é conhecer, a partir dos sujeitos com surdez, suas representações, ideias e sobre sua inserção no cotidiano da educação superior. Isso implica conhecer as tramas sociais que eles viveram, nos diferentes momentos ligados aos níveis de ensino pelos quais passaram, conhecendo os limites e as possibilidades de comunicação e aprendizagem no âmbito da sua escolarização. Para isso, como já foi mencionado, optamos pela análise de conteúdo, por entender que esta “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se

debruça” (BARDIN, 2011, p. 50). Esta autora ainda complementa dizendo que análise de conteúdo é:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadas (quantitativas ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (BARDIN, 2011, p. 48).

Entendemos que pesquisar o que dizem, professores, intérpretes e os estudantes Surdos, do Ensino Médio, da Rede Estadual de Joinville (SC), sobre suas trajetórias escolares e suas expectativas de ingresso na educação superior tem um compromisso com a realidade histórica e um papel social importante, pois discute um tema com muitas fragilidades e que necessita de investimento no âmbito das pesquisas para que a partir destas possamos compreender as situações que emergem deste processo.

A coleta de dados para o desenvolvimento desta pesquisa teve início a partir da aprovação do projeto de pesquisa pelo parecer nº 2.172.145, do Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE (Anexo A), de acordo com a Resolução nº 466/12. Uma vez aprovado o projeto, começou-se o processo de coletar os dados da pesquisa mediante um questionário estruturado para docentes (Apêndice V). O questionário, tem o intuito de obter informações dos intérpretes e docentes da Rede Estadual do município de Joinville (SC) que trabalham com alunos com surdez no ano de 2017. Já com os alunos Surdos, realizamos entrevistas, elaboradas pela pesquisadora com a participação dos intérpretes de Libras.

Porém, no processo de análise do conteúdo das falas, a busca pelo(s) sentido(s) implícitos ou explícitos nos textos se dá a partir de indícios como recorrência, complementaridade e contradição que, conforme forem observados, poderão constituir indicadores que poderão fundamentar o processo de criação de categorias. Dentro dessa perspectiva, a Análise de Conteúdo mostra-se como um método que valoriza a comunicação humana e parte dela para buscar compreender questões de pesquisa. Ao valorizar o conteúdo da fala humana, Franco (2012, p.29) enfatiza que esta:

[...] é tão rica que permite infinitas extrapolações e valiosas interpretações. Mas, é dela que se deve partir (tal como manifestada) e não falar “por meio dela”, para evitar a possível condição de efetuar uma análise baseada, apenas, em um exercício equivocado e que pode redundar na situação de uma mera projeção subjetiva.

Tendo como base estes pressupostos, após a aplicação dos questionários, estes foram organizados em planilhas de Excel, sendo que para cada pergunta do questionário foi criada uma aba separada nas planilhas, contendo as respostas dos participantes da pesquisa. Através dessa organização foram realizadas as primeiras leituras para formar uma compreensão inicial dos dados. As consultas no material de análise foram constantes, para a apropriação devida, a partir de leituras flutuantes, objetivando a familiarização com os conteúdos. Esse primeiro momento, de contato com as respostas dos questionários e entrevistas, é chamado no método de Análise de Conteúdo de pré-análise.

Neste sentido, na etapa da pré-análise desta pesquisa, as respostas dos professores, intérpretes e Surdos foram digitadas no programa Excel, sendo que em cada pergunta foi aberta uma nova planilha no mesmo documento. Em cada planilha, foi digitada a pergunta do questionário, uma lista com o código das participantes, de P1 a P26, que correspondem ao total de professores da pesquisa, I 1 a I 4 referente aos intérpretes, S1 a S 7 para os alunos Surdos, e as respostas de cada entrevistado. Esse procedimento foi feito tanto com as perguntas abertas, quanto com as fechadas. Na mesma planilha, foram elaborados os gráficos que seriam necessários para ilustrar as informações indicadas pelos dados. Ainda nesta etapa, foi feita a leitura flutuante das respostas dos professores, intérpretes e dos alunos Surdos, buscando identificar as aproximações e divergências entre as opiniões.

Na etapa seguinte que é a da interpretação, é importante enfatizar que a análise precisa buscar as informações que os dados apresentam além do que está escrito. Neste sentido, “[...] o analista de conteúdo exercita com maior profundidade este esforço de interpretação e o faz não só sobre conteúdos manifestos pelos autores, como também sobre os latentes, sejam eles ocultados consciente ou inconscientemente pelos autores” (MORAES, 1999, p. 8).

Cabe ressaltar que, para a construção desta pesquisa, foi realizado um levantamento das produções que se aproximaram do tema, conforme foi

demonstrado na apresentação inicial desta dissertação. Igualmente, efetuamos uma pesquisa bibliográfica, buscando autores que auxiliassem na fundamentação teórica, realizando-se, também, um estudo sobre a legislação vigente na área de inclusão na educação superior.

Com base na concepção de pesquisa adotada, e nas opções metodológicas citadas, segue o próximo subcapítulo, no qual serão apresentados os critérios de escolha dos professores, intérpretes e estudantes com surdez da pesquisa em questão.

1.2 OS PARTICIPANTES DA PESQUISA

A seleção dos participantes da pesquisa deu-se a partir de alguns critérios, em se tratando dos estudantes com surdez estes deveriam estar matriculados e frequentando o ensino médio da Rede Estadual de Joinville (SC) no ano de 2017, e ter um laudo indicando algum grau de surdez.

No sentido de entender as diferenças, segundo o grau de perda auditiva, o *Bureau International d' Audiophonologie* (BIAP) e a Portaria Internacional nº 186, de 10/3/1978, caracterizam os indivíduos como parcialmente Surdo ou Surdo, conforme a seguinte classificação:

- **Surdez leve:** sujeito que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis (40 dB). A perda impede que o estudante perceba igualmente todos os fonemas da palavra. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida. Tal perda auditiva não impede a aquisição normal da linguagem, mas poderá ser a causa de algum problema articulatório ou dificuldade na leitura e/ou escrita.

- **Surdez moderada:** sujeito que apresenta perda auditiva entre 40 dB e 70 dB. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida. O estudante tem maior dificuldade de discriminação auditiva em ambientes ruidosos. Em geral, ele identifica as palavras mais significativas, tendo dificuldades em compreender certos termos de relação e/ou frases gramaticais complexas. Sua compreensão verbal está intimamente ligada à sua aptidão para a percepção visual.

- **Surdez severa:** sujeito que apresenta perda auditiva de 70 dB a 90 dB. Esse tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e perceba

apenas a voz forte, podendo chegar até quatro ou cinco anos sem aprender a falar. A compreensão verbal vai depender, em grande parte, de aptidões para utilizar a percepção visual e para observar o contexto das situações.

• **Surdez profunda:** sujeito que apresenta perda auditiva superior a 90 dB. A gravidade dessa perda é tal que o priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir naturalmente a linguagem oral. As perturbações da função auditiva estão ligadas tanto à estrutura acústica quanto à identificação simbólica da linguagem.

• **Deficiência auditiva:** termo definido pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação (MEC), nas diretrizes curriculares do ensino especial, como perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido. Manifesta-se como: surdez leve/moderada: perda auditiva de até 70 dB, que dificulta, mas não impede o indivíduo de se expressar oralmente, bem como de perceber a voz humana, com ou sem a utilização de um aparelho auditivo; ou, surdez severa / profunda: perda auditiva acima de 70 dB, que impede o indivíduo de entender, com ou sem aparelho auditivo, a voz humana, bem como de adquirir, naturalmente, o código da língua oral.

De acordo com o levantamento de dados realizado nessa fase, totalizou-se oito alunos Surdos. Desses, um foi desconsiderado para nossa pesquisa, por não se encaixar dentro dos critérios de inclusão acima estabelecidos, o estudante tem deficiência múltipla, ou seja, surdez e deficiência intelectual não se encaixando nos critérios da pesquisa. Os demais poderiam compreender o universo de participantes da pesquisa. Como esses alunos com surdez estavam matriculados em quatro escolas diferentes da Rede Estadual da cidade de Joinville (SC), tivemos como participantes, também, quatro intérpretes que atuam com esses estudantes. No que se refere ao profissional intérprete, adotamos o seguinte critério: ser intérprete de Libras, contratado ou efetivo, da Rede Estadual de Joinville (SC) no ano de 2017.

Os docentes convidados a participar deste estudo deveriam: ser professor efetivo ou contratado da Rede Estadual de Ensino de Joinville (SC), lecionar ou ter lecionado para estudantes Surdos no ano de 2017, totalizando trinta e seis docentes, que ministram disciplinas no 1º e 2º ano do ensino médio. Vale destacar que os professores e intérpretes participaram da pesquisa respondendo um questionário com perguntas semiestruturadas.

Após a estruturação do projeto de pesquisa oficializamos o pedido junto à Instituição de Ensino visando obter a carta de aceite para a realização do trabalho. Com a aprovação deste pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), deu-se início ao trabalho de campo propriamente dito.

Inicialmente, foi realizada uma busca acerca da quantidade de alunos com surdez matriculados no Ensino Médio, da Rede Estadual de Joinville (SC). Para a realização desse levantamento foi agendado um horário, via telefone, com a responsável pela Educação Especial da Gerência Regional de Educação (Gered). No dia em questão, levamos para a assinatura da gerente de ensino, da Rede Estadual de Educação, a Declaração de Instituição Coparticipante (Apêndice I). Neste mesmo dia, agendamos um encontro para semana seguinte com a coordenadora da educação especial, com a qual obtivemos as informações necessárias para dar continuidade à pesquisa com a realização das entrevistas semiestruturadas.

Para Szymanski (2002), entrevista semi estruturada, como um instrumento de pesquisa, é uma situação de interação humana. O pesquisador já possui informações e procura por outras; está querendo conhecer mais. Assim como o entrevistado possui um conhecimento que talvez nunca tenha sido exposto numa narrativa, nunca tenha sido tematizado.

A partir da definição dos sujeitos deu-se início ao processo de coletar os dados da pesquisa mediante um questionário estruturado para docentes (Apêndice V). Esse questionário, com o intuito de obter informações dos docentes da Rede Estadual do município de Joinville (SC) que trabalham com alunos com surdez, conjugava 23 questões, sendo 7 fechadas, 7 abertas e 9 abertas e fechadas. Para os intérpretes, o questionário conjugava 14 questões: 8 fechadas, 3 abertas e 3 abertas e fechadas.

Primeiramente, empreendeu-se uma pré-testagem do instrumento, com o objetivo de verificar possíveis críticas e sugestões para posterior adequação do questionário. O tempo médio de aplicação foi estimado em cerca de 20 minutos. Após essa aplicação-piloto, o questionário foi adequado de acordo com as sugestões das professoras que participaram voluntariamente do processo.

Após o contato da pesquisadora com os diretores das escolas, deu-se início a entrega dos questionários em cada unidade escolar para os professores e

intérpretes, com a apresentação dos documentos estabelecidos pelo comitê de ética, cuja adesão foi confirmada por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice II), bem como a anuência da gerente de ensino da Rede Estadual.

No momento da entrega, ficou estabelecido que os professores e intérpretes poderiam deixar os questionários com as professoras do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que gentilmente os recolheram. No dia estabelecido, a pesquisadora foi nas unidades escolares para recolher os questionários. Os quatro intérpretes devolveram os questionários que lhe foram entregues, totalizando 100%. No entanto, dos trinta e seis (36) questionários entregues aos professores, vinte e seis (26) retornaram, representando um total aproximado de 75%.

Os participantes da pesquisa, no processo de análise dos dados, receberam identificações como P1, P2, P3 e assim sucessivamente até P26 para professores; os intérpretes I1, I2, I3, I4, a fim de preservar sua identificação nominal. Após tal explanação, no próximo tópico será apresentado o percurso de análise desses dados coletados.

Já com os alunos, realizamos entrevistas individuais, como mencionado anteriormente, com a participação dos intérpretes de Libras para a tradução oral das entrevistas com cada aluno Surdo, as quais foram filmadas e gravadas conforme autorização assinada no TCLE.

Na escolha metodológica, podemos dizer que buscamos “ver a voz” dos alunos Surdos. Em relação à expressão “ver a voz”, entendemos que, por ser uma língua gestual, é através dela que os Surdos se comunicam e expressam suas ideias e opiniões. Utilizamos este termo com base em um dos livros consultados, **Vendo vozes**, de Oliver Sacks (1989), em que o autor se refere às comunidades surdas e sua forma de comunicação. Ver as vozes é uma forma de caracterizá-los e reconhecê-los como sujeitos de um grupo diferente, que faz uso da Libras para se comunicar. “Ver as vozes” deste grupo é não mais falar por eles, é oportunizar a estes o direito de opinião e juntos com eles pensar em uma educação menos excludente. Nas narrativas sinalizadas, buscamos a “escuta” que, para além da sonoridade inexistente, exige do pesquisador o conhecimento de Libras para estabelecer a comunicação entre Surdos e ouvintes.

Foi à proficiência em Libras, resultado de experiências profissionais e cursos de capacitação em língua de sinais, que me propiciou entrevistar os sujeitos da pesquisa, juntamente com os intérpretes da escola. Este saber também facilitou a interpretação das narrativas e análise de dados. Já a presença do intérprete, mesmo a pesquisadora tendo domínio da Libras, justifica-se pelo fato deste trazer mais segurança para os alunos. Assim, acredita-se que a presença do intérprete traria segurança aos entrevistados, evitando algum tipo de inibição que poderia influenciar na participação destes.

As informações significadas pelos Surdos em suas narrativas caracterizam-se por práticas individuais e coletivas, apresentando direta ou indiretamente valores, definições e atitudes do grupo ao qual eles pertencem. Para Glat e Freitas (2009) a forma como as pessoas atuam no mundo do qual fazem parte, as transformações e experiências individuais das autobiografias, geram um conhecimento científico por serem histórias particulares de práticas sociais;

[...] cada narração autobiográfica conta, seja corte horizontal ou vertical, uma prática humana. Uma vida é uma prática que se apropria das relações sociais (as estruturas sociais), as interioriza e as transforma em desestruturação-reestruturação. [...] nosso sistema social está inteiro contido em nossos atos. A história desse sistema está inteira na história de nossa vida individual. (FERRAROTTI, 1993 apud GLAT; FREITAS, 2009, p. 32).

A história de cada um nos apresenta oportunidades de reflexão, e para o próprio entrevistado, possibilitando, por meio da memória narrada, identificar as mudanças de comportamento, mudanças sociais, numa dialética de passado/presente. As possibilidades narradas no presente são elaboradas nas experiências individuais e coletivas. O percurso de vida nos leva a estudar o sujeito com surdez que viveu/vive em determinado tempo social que o isolou(a), estigmatizou(a) e, de acordo com suas experiências, analisar o momento atual, que está para além do estigma⁸ biológico da surdez.

⁸ Para Goffman, o estigma apresenta evidências significativas de exclusão: Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...] (Goffman, 1975:12).

Seguindo a metodologia apoiada nos depoimentos dos entrevistados, e de acordo com as questões da pesquisa, buscamos conhecer as principais características sociais dos estudantes Surdos e saber sobre seus percursos escolares com vistas ao ingresso na Educação Superior. Seus relatos foram obtidos a partir de um roteiro de temas organizados para esta pesquisa. Esse roteiro era flexível, dando oportunidade para que o entrevistado pudesse resgatar suas memórias e o que realmente desejaria nos comunicar, proporcionando ao entrevistado um resgate de suas experiências e dos acontecimentos sociais dos quais participou/a, seja no grupo de amigos Surdos e/ou ouvintes, família e/ou níveis de ensino.

Para a realização das entrevistas usamos o recurso de filmar, possibilitando assim documentar a entrevista que se dá em uma língua viso-gestual. Como a pesquisadora tem fluência em Libras, esse recurso torna a comunicação mais acessível, permitindo "ver a voz" sobre o que está sendo "sinalizado", o que não ocorreria se ela tivesse que desviar o olhar para fazer registros escritos.

Vale reforçar que a entrevista é uma “[...] técnica que acima de tudo é uma conversa [...]” (MINAYO, 2010, p. 64); neste diálogo, ao entrevistado é permitido “narrar” sobre o assunto de forma a repensar suas “experiências” ao discorrer sobre o tema. O entrevistador, durante o processo, tem a necessidade de conhecer o tema, para que não haja um desvio por parte do investigado, retomando sempre que necessário à centralidade da pesquisa.

Manzini (1990/1991, p. 154) acrescenta que esse tipo de entrevista pode fazer emergir informações de forma mais livre, e as respostas não estão condicionadas a uma padronização de alternativas. Assim, identificamos a necessidade de um roteiro com perguntas básicas principais, de forma a organizar a coleta de dados e alcançar os objetivos pretendidos na pesquisa.

Após a coleta dos dados, a fase seguinte consistiu-se na transcrição das entrevistas, da seguinte forma: como as entrevistas foram realizadas com a colaboração dos intérpretes, a transcrição foi na língua portuguesa, respeitando a estrutura gramatical da língua de sinais, garantindo assim a fidedignidade destas.

Foi preciso, durante todo o processo de transcrição e de análise, muitas vezes recorrer aos vídeos das entrevistas para não perder de vista o “corpo

sinalizante” dos sujeitos, suas mensagens, suas expressões, suas ideias e suas representações semânticas.

Em seguida, apresentamos alguns aspectos que são pertinentes quanto às reflexões das políticas nacionais de educação inclusiva, gerados a partir de um movimento mundial, que visa oportunizar o acesso à educação para todos.

2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DO ALUNO SURDO: AVANÇOS E RETROCESSOS

A vivência humana é cultural, determinando, assim, diferentes formas de pensar e julgar dentro de um contexto social. Nesse sentido, valores são categorias socialmente compartilhadas, e o mundo educacional é visto com as lentes da cultura, mesmo que as diversidades de nossas condições de ouvintes e Surdos estabeleçam experiências diferenciadas. Nas antiguidades da humanidade, quando o homem se tornou civilizado, havia uma busca incansável pela perfeição. Assim, as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência ou que fugissem da normalidade pré-estabelecida pela sociedade, poderiam ser sacrificadas, abandonadas nas ruas e/ou instituições chamadas de asilos (STREIECHEN, 2013).

Nesse contexto, por muitos anos os Surdos foram vistos como anormais e inferiores, sendo privados do direito à educação, ao casamento e ao recebimento de heranças, pois eram considerados seres incapazes de exercer as funções sociais existentes. Um agravante significativo é que o Surdo, não tendo uma língua para se comunicar, e sem o acesso básico a quaisquer direitos como cidadãos, tornavam-se seres isolados.

A partir do século XVI, surgiram os primeiros professores de Surdos, os quais aplicaram diferenciadas metodologias de ensino com um objetivo comum de fazer com que os Surdos desenvolvessem a fala (por meio da oralidade), para que pudessem ser integrados à sociedade, e visto dentro de uma normalidade.

Nos registros históricos, encontramos que, em 1855, Eduardo Huet, professor Surdo com experiência de mestrado e cursos em Paris, chega ao Brasil sob consentimento do imperador D. Pedro II, com a intenção de abrir uma escola para pessoas surdas, tendo como modelo o Instituto Nacional de Paris. Portador de uma carta de apresentação do ministro da instrução pública da França, Huet não teve dificuldade em obter a aprovação imperial para a criação da entidade (ROCHA, 2007).

No ano de 1857, foi fundada a primeira escola para Surdos no Rio de Janeiro – Brasil, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos” – INES, criado pela Lei nº 939, no dia 26 de setembro, por ter está concedido subvenção anual e pensões aos alunos Surdos pobres (BRASIL,

1857, p. 70). Foi nesta escola que surgiu, da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos Surdos de várias regiões do Brasil, a Libras (Língua Brasileira de Sinais), (STROBEL, 2009, p. 24-29).

Em 1977 foi criada a FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos), composta apenas por pessoas ouvintes envolvidas com a problemática da surdez. Anos mais tarde, em 1987, foi fundada a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, no Rio de Janeiro, sendo reestruturada da antiga FENEIDA.

A FENEIS conquistou a sua sede própria no dia 8 de janeiro de 1993, no ano de 1999 foi lançada a primeira revista da FENEIS, com capa ilustrativa do desenhista Surdo Silas Queirós.

No ano de 2005, com a criação do curso Letras Libras, que foi aprovado em todas as instâncias da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi decidido então que o projeto seria submetido para o oferecimento do curso na modalidade à distância, com o apoio do Ministério da Educação. Neste mesmo ano, foi publicado o Decreto nº 5.626, que regulamentou a Lei de Libras sob o 10.436/2002. Entre as várias ações previstas neste decreto, constava a criação de cursos que proporcionasse a formação de professores de Libras. O Curso de Letras Libras Licenciatura, vinha, naquele momento, atender diretamente a esta demanda legal, passando, portanto, a ser apoiado pelo Ministério da Educação (LETRAS LIBRAS, 2015, p.10). Outro dado que nos faz refletir sobre aquele momento em que o curso de Letras Libras foi implementado, é que:

O ingresso de Surdos na educação superior era muito baixo (0,94%) em comparação aos ouvintes (17,8%), mesmo assim se percebeu uma vertiginosa inserção dos Surdos neste sistema de ensino no período de 2003 a 2005. Isto é, quando comparamos os dados de 2002 (344 alunos) com os de 2005 (2.428) tem-se um aumento de 705% de Surdos nas universidades brasileiras (LETRAS LIBRAS, 2015, p.10).

Faz-se necessário lembrar que, em abril de 2002, foi aprovada a Lei nº 10.436, dispendo sobre a Libras, o que, provavelmente, gerou esse crescimento.

Refletindo sobre a importância de se construir espaços universitários capazes de gerar o desenvolvimento cognitivo e sócio inclusivo que visem à formação e à atuação deste indivíduo Surdo no contexto social e profissional, assegurando seus direitos à educação enquanto cidadã, Quadros (2008, p. 32), reforça que:

Em observância ao Decreto 5626/2005, o curso de Letras Libras busca garantir a inclusão social de Surdos na sociedade por meio de formação acadêmica, abrindo espaços para a sua inclusão no mercado de trabalho. Os professores formados neste curso atuam na formação de professores em nível universitário, na formação de fonoaudiólogos e na formação básica de alunos Surdos e ouvintes.

Entendemos que a ideia de uma instituição inclusiva, que proporcione meios para atender alunos público alvo da educação especial que apresentam situações diferenciadas de aprendizagem, é altamente desafiadora. Somente uma ação conjunta que envolva os alunos com surdez, as famílias, os professores, a equipe pedagógica, demais funcionários e gestores, pois somente a participação de todos é necessária para que a inclusão se torne possível.

Percebe-se também durante as pesquisas que no ano de 2007, um movimento de candidatos ouvintes reivindicando a formação para os tradutores e intérpretes, fez com que a UFSC abrisse o Curso de Letras Libras Bacharelado, atendendo a essa demanda de profissionais que buscavam a formação, para uma melhor atuação junto ao aluno com surdez.

Observamos uma breve síntese desse importante curso de formação, tanto na licenciatura para Surdos, quanto no bacharelado para ouvintes. Conforme letras libras (2015, p.11):

O Curso de Letras Libras, Licenciatura e Bacharelado tornou a Universidade Federal de Santa Catarina em um centro de referência na área de Libras, pois criou o primeiro Curso de Letras Libras do país e tem formado pesquisadores nas áreas da Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística, dos Estudos da Tradução pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução e em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, com pesquisas específicas envolvendo a Libras e a educação de Surdos. Formou as primeiras turmas deste curso em 16 estados brasileiros, totalizando 767 licenciados e 312 bacharéis em Letras Libras. A UFSC, atualmente, conta com 12 professores concursados para atuarem no Curso de Letras Libras presencial e mais dez professores concursados para atuarem no ensino de Libras nos cursos de licenciatura e fonoaudiologia da universidade. Essas contratações fazem parte do Programa REUNI de expansão da universidade brasileira. Além dessas vagas, a UFSC está integrando o “Programa Viver sem Limites” que inclui mais sete professores para atuar nos cursos na modalidade à distância, de forma regular. Assim, a equipe de professores da UFSC fortalece esse centro de referência em Libras com projetos voltados para o ensino, pesquisa e extensão na área de Letras Libras. Os Cursos de Letras Libras EaD da UFSC foram avaliados pelo MEC com nota máxima (cinco), legitimando todo o processo de criação, implementação e avaliação desses cursos.

A proposta do Letras Libras, portanto, objetivou oferecer um curso específico para a formação qualificada destes profissionais (professores, tradutores e intérpretes de língua de sinais) aberto para todo o Brasil. A UFSC se propôs a oferecer vagas em polos específicos, atendendo as demandas prioritárias, em diferentes partes do Brasil, especialmente, em estados nos quais não havia formação em nível formal, (LETRAS LIBRAS, 2015, p.15).

A implementação do curso Letras Libras deu-se a partir do Decreto nº 5.626, o qual regulamentou a Lei de Libras nº 10.436/2002, tratando-se de um importante documento que aborda os diversos aspectos relacionados a Libras, desde sua inclusão como disciplina curricular, até o papel do poder público na responsabilidade de difusão desta língua na formação de professores tradutores e intérpretes de língua de sinais.

Salientamos que durante a implementação do curso, vários projetos e parcerias foram firmados entre UFSC e demais universidades, como a Universidade Católica Portuguesa (UCP), que tem como objetivo realizar atividades de pesquisas conjuntas, troca de materiais didáticos e o intercâmbio entre os professores. Já a parceria entre a Universidade de Vigo (Espanha) e a UFSC, buscou uma interação entre os professores do Letras Libras, tendo como objetivo o intercâmbio de alunos do curso.

Com a Universidade Gallaudet (GU), e a Faculdade Comunitária Kapiolani (KCC), Havaí / Estados Unidos, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade Federal do Ceará (UFC), firmaram um consórcio de quatro anos para aprimorar e expandir esforços cooperativos na educação, com o intuito de fortalecer os programas que já existiam e ampliá-los, proporcionando trocas educacionais diversificadas entre os alunos dos Estados Unidos e do Brasil, através de intercâmbios de alunos nas áreas afins com a Educação de Surdos, Ensino de Língua Americana de Sinais (ASL) e Língua Brasileira de Sinais (Libras), Estudos Surdos, Tradução e Interpretação, e Linguística (LETRAS LIBRAS, 2015, p.30).

As universidades firmaram essas parcerias para contribuir e ampliar as pesquisas no desenvolvimento de teorias linguísticas, de estudos nas interfaces com outras áreas de estudo, e aplicá-las à educação bilíngue e à inclusão social de Surdos, proporcionando o acesso à pesquisa para os alunos de graduação e pós-

graduação, com o objetivo de investir na formação de pesquisadores. O Curso de Letras Libras EaD foi apresentado em diferentes países como:

África do Sul, Chile, China, Costa Rica, Colômbia, Equador, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos, Holanda, Portugal e França. A maioria das universidades onde existe pesquisa de línguas de sinais gostaria de implementar o curso, mas o custo alto, os entraves burocráticos e as dificuldades de sistematização da instituição impedem em muitos casos (LETRAS LIBRAS, 2015, p.33).

O Curso de Licenciatura Letras Libras oferece uma formação na qual os Surdos são os atores da educação de Surdos, ou seja, os primeiros Surdos com formação para atender e decidir a educação dos próprios Surdos.

Portanto esses Surdos que estão devidamente qualificados, que integram o movimento dos Surdos e, a partir daí surgem às propostas sobre o que eles querem para a Educação de Surdos juntamente aos órgãos que definem as políticas de educação no país (LETRAS LIBRAS, 2015, p.34).

Para desenvolver as propostas relacionadas à educação do aluno Surdo, com foco no bilinguismo, como na elaboração do Plano Nacional de Educação, Lei 13.005 (BRASIL, 2014b). Um grupo de trabalho, designado pelas Portarias nº 1.060 e nº 91, do Ministério da Educação, e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), produziu o Relatório Sobre a Política Linguística de Educação Bilíngue – Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. O documento indica a criação de escolas regulares, tendo a Libras como primeira língua e a Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita (BRASIL, 2014b).

Para o cumprimento das novas orientações do MEC, que determina a inclusão de todos os alunos Surdos na escola regular demanda, mais do que nunca, a preparação de educadores Surdos que sejam atuantes nas escolas inclusivas com conhecimentos de como se dá a aquisição das línguas, em especial, da língua de sinais em um nível mais elevado do que aquele que visa apenas a comunicação, entra em ação o professor Surdo como instrutor e responsável por ensinar nas escolas a Libras (LETRAS LIBRAS, 2015, p.34).

Neste sentido, ao papel da escola como espaço do saber, além do que já foi dito sobre o trabalho com a diferença, inclui-se: informar, problematizar, debater os

diferentes questionamentos sociais e preconceitos; contribuir para eliminar a seletividade social; agir rumo à transformação da sociedade, ou pelo menos, instrumentalizar o Surdo para competir em iguais condições com os ouvintes.

Contudo, apesar do atendimento educacional integrado, os serviços educacionais existentes ainda estão distantes de promover com qualidade a real inclusão do Surdo no sistema regular de ensino. Esse fato decorre, sobretudo, das inúmeras dificuldades encontradas no processo educativo desse aluno, principalmente no que se refere à utilização da língua portuguesa escrita, da língua de sinais – Libras, sua interpretação e recursos específicos necessários para o acesso ao saber pedagógico e, conseqüentemente, para o progresso e sucesso na educação acadêmica (MEC/SEESP: 2001), percebe-se que investimentos ainda precisam ser implementado para que acontece a inclusão de fato da pessoa com surdez. Tendo em vista que ao mesmo tempo em que a escola tem como função a formação cultural e científica, devendo assegurar a todos o direito à educação, ela, contraditoriamente, mantém e perpetua essa sociedade que atende aos interesses capitalistas. Nesse tipo de sociedade há um distanciamento da perspectiva de uma educação emancipatória, que deveria ser o compromisso da escola, como direito fundamental e de todos, incluindo o direito linguístico da pessoa com surdez.

2.1 REFLEXÕES EM TORNO DA IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE NO ESTADO DE SANTA CATARINA

O processo educacional inclusivo nacional está permeado por experiências fragmentadas e descontínuas, responsáveis pelos altos índices de evasão, repetência e exclusão dos alunos da Educação Especial. Estes índices, muitas vezes, na visão social e da cultura escolar, são relacionados à incompetência escolar de certos alunos (pobres e deficientes), e à exigência imposta pela estrutura da escolaridade regular. Em relação à Educação Especial, as pesquisas têm destacado a inclusão dos alunos com deficiência em escolas de ensino regular. Isso tem se dado porque, a Constituição Federal de 1988, estabeleceu que a educação para esses alunos "[...] é dever do Estado e será efetivada mediante a garantia de atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede oficial de ensino" (BRASIL, 1988, p. 35). Conseqüentemente, considerando este contexto, o

aprimoramento da qualidade de ensino é de suma importância diante das peculiaridades linguísticas e culturais do Surdo. Como o sujeito principal de nossa investigação é o aluno Surdo, passaremos a identificá-lo do ponto de vista legal e social. Segundo o ponto de vista legal a surdez é a incapacidade de audição. De acordo com o Decreto nº 5.626, no artigo 2º:

[...] considera-se pessoa surda àquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005, p. 1).

Ainda, em conformidade com o Decreto supracitado: “considera-se pessoa surda àquela que, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Libras” (BRASIL, 2005, p.1). Segundo Quadros (2004, p.84), “o Surdo se comunica usando uma linguagem visual-gestual, e, para que este consiga comunicar-se com os ouvintes que usam a linguagem oral auditiva, é necessário que o intérprete atue como uma ponte entre o Surdo e o ouvinte”. Para tanto, de acordo com o Decreto 5.626/05 (2005, p.6), “é direito do aluno com surdez possuir um intérprete que o acompanhe no ambiente escolar”. A propósito, podemos relatar que a presença do intérprete na escola ocorreu quando os Surdos começaram a frequentar as salas de aula, movimento esse que se deu em virtude da política de educação inclusiva. Igualmente, a Lei Federal nº 12.319/2010 regulamenta a Profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais, conferido ao tradutor e intérprete a competência para realizar a interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva, bem como proficiência em tradução e interpretação tanto em Libras como em Língua Portuguesa. Analisando o processo histórico da educação dos Surdos em Santa Catarina verificam-se poucos avanços, tanto do ponto de vista acadêmico quanto social. Esse fato é confirmado, inclusive, na pesquisa: “Avaliação do processo de integração de alunos com necessidades especiais na rede estadual de ensino de Santa Catarina no período de 1988 a 1997”, realizadas pela Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, sob a perspectiva dos educadores, educandos e famílias envolvidas nesse processo: (FCEE, 2002). A pesquisa conclui, através dos resultados obtidos, que são preciso produzir avanços nas tentativas de inclusão,

resultando na assimilação de novos valores e princípios, bem como na construção de novos conceitos. Constatou-se, também, que muitos aspectos influenciaram negativamente o processo de apropriação do conhecimento por parte do educando Surdo, aproximadamente vinte anos se passaram, e percebe-se que pouco se evoluiu conforme o que a pesquisa destaca: o preconceito, a falta de capacitação dos profissionais que trabalham com os Surdos, a rotatividade destes profissionais e a desarticulação entre as instituições envolvidas neste processo (POLÍTICA PARA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2004.p.11). Destarte que as reflexões apresentadas apontam para complexidade que há na inclusão de estudantes com surdez, sendo este um grande desafio do trabalho docente. Neste caso a questão da língua para os professores ainda é uma barreira na comunicação, assim a não acessibilidade linguística para o estudante Surdo, torna visível a falha das políticas públicas sobre inclusão, a barreira comunicativa tem evidenciado esse distanciamento entre os professores e os estudantes Surdos, com dificuldade na sua interação e comunicação por desconhecimento da Libras.

Dando continuidade observa-se que a década de 90 como o período de consolidação dos direitos humanos, desencadeando vários movimentos de emancipação nas mais diversas áreas, baseados nos fundamentos da democracia. Nessa perspectiva, as políticas educacionais desenvolvidas mundialmente continuam a se articular, desde então para promover ações que garantam o cumprimento dos princípios democráticos, com vistas ao exercício pleno da cidadania a que todas as pessoas, indistintamente, têm direito. Um exemplo disso é o movimento organizado pela comunidade surda, buscando aperfeiçoar, com políticas sociais, a educação de Surdos em Santa Catarina através do Fórum em Defesa dos Direitos dos Surdos. Ademais, a política para educação de Surdos no Estado de Santa Catarina, devido aos constantes depoimentos dos professores de Salas de Recursos e do Ensino Regular sobre a ausência de um sistema linguístico compartilhado capaz de transformar a atividade educativa de sala de aula em um importante processo interativo de difusão do conhecimento, levou a equipe da área da surdez da FCEE a perceber a necessidade de ressignificar o atendimento dos alunos Surdos matriculados no sistema regular de ensino. Nesse sentido, o trabalho foi efetivamente organizado a partir do uso de duas línguas, Libras como (L1) e a língua portuguesa como (L2) na modalidade escrita.

Diante do exposto, a Proposta de Educação para o educando Surdo em Santa Catarina (2003, p. 25) discorre que a educação formal naquele período atravessava um momento crítico, isto é, a escolaridade desses alunos está defasada tomando como parâmetro os educandos ouvintes. Isto deve-se em função de um fator agravante, que é a língua. Entretanto, para que o Surdo possa ascender social e profissionalmente, é necessário seu acesso à educação e, se o português for à única língua a ser utilizada em sua escolarização, este já tem bloqueados seus direitos de cidadão.

Com a intenção de transformar esta realidade, a FCEE, juntamente com a Secretaria de Educação e Inovação, apresentou a nova Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina, elaborada em 2009. Essa política abarcou a Política de Educação de Surdos, que havia sido publicada em 2004. É importante salientar aqui que a Política de Educação de Surdos está pautada no oferecimento de uma educação bilíngue, em conformidade com o Decreto nº 5.626, de 2005. Pesquisando a trajetória da educação bilíngue em nosso Estado até o presente momento, observamos que a partir de março de 2004 o Estado de Santa Catarina, através da FCEE, juntamente com a Secretaria de Estado da Educação/SEE, deu início à reestruturação das Políticas Públicas de Educação de Surdos.

A reestruturação tinha como proposta a mudanças em quatro áreas: criação das funções de professor bilíngue, instrutor e monitor de Língua Brasileira de Sinais e professor intérprete de Libras/Português/Libras⁹, oferecendo formação continuada aos profissionais que ocupariam os novos cargos; criação de turmas bilíngues e

⁹ Numa breve reflexão sobre o intérprete e/ou professor intérprete, percebe-se que no Brasil, há disparidade no perfil do intérprete para isso temos uma justificativa, ele é uma figura nova na escola, e está em processo de formação. Mesmo que os documentos orientadores no Ministério da Educação o definam como intérprete, sua prática no dia a dia o define como professor. Por esse motivo ainda são necessários debates e discussões sobre o seu trabalho, para obter avanços significativos no que diz respeito à sua atuação na sala de aula. Nos dias atuais algumas secretarias os tem nomeado como professor-intérprete, justificando que o intérprete extrapola a função de interpretar na sala de aula, e frequentemente circula entre o campo tradutório e o campo pedagógico. Mas os que o nomeiam de intérprete de Libras fazem críticas à falta de formação específica que resulta em falhas, e capacitação sobre a tradução e a interpretação. Quadros (2004), Pedroso (2006), Costa (2008), Miranda (2010), Araújo (2011), Oliveira (2012) e Guimarães (2012) "são unânimes em afirmar um ponto importante. Para que de fato a sua função seja instituída é necessário que a escola entenda o real papel deste personagem. Precisa ficar esclarecido para toda a equipe pedagógica quem é este personagem, e o que exatamente ele faz, quais são os limites da sua atuação, seus direitos e deveres, pois muitos confundem o trabalho do intérprete com a do professor e chegam a chamá-lo como tal" (SUZANA,2014.p.3).

salas de recursos nas escolas que foram denominadas como polos; a proposta projeta a reorganização do espaço físico dessas escolas, a fim de adequar-se às turmas implantadas e ao trabalho dos novos profissionais. Os custos seriam subsidiados por um projeto de pesquisa/acompanhamento nos dois primeiros anos de implantação da nova política de educação de Surdos no Estado.

Porém, a falta de recursos foi uma das explicações para a descontinuidade das assessorias técnico-pedagógicas, ação essa que tinha a função de dar suporte teórico prático para os profissionais e observar o desenvolvimento da política. Somente nos anos de 2005 e 2006 foram realizadas assessorias em todas as regiões; em 2008 foram retomadas algumas assessorias, mas somente em algumas regiões. Poucas capacitações aconteceram; porém, o atendimento não foi suspenso. Ao contrário, em algumas regiões houve a necessidade de ampliar o número de turmas, bem como a implantação de outras tantas, em regiões que antes não faziam parte da política, devido ao aumento de matrículas de alunos Surdos.

Propõe-se então a partir do projeto das Políticas Públicas de Educação de Surdos, que objetiva implementar a educação bilíngue no Estado, com acompanhamento da FCEE, desta vez não somente com a criação de turmas ou classes de educação bilíngue, mas com a criação de escolas bilíngues, fundamentadas na filosofia da educação bilíngue e no respeito ao estado de direito do cidadão Surdo, resguardado por todas as conquistas legais já alcançadas pelo movimento Surdo até o presente instante. A criação de uma educação bilíngue também está presente na atual Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação/MEC. (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2011).

Para realização do projeto, mencionado anteriormente, três escolas da rede pública estadual de Santa Catarina foram selecionadas sendo estas localizadas nas cidades de Chapecó, São José, e uma delas localizada em Joinville, a Escola de Ensino Fundamental Rui Barbosa. Na seleção das escolas, observou-se o número de alunos Surdos e modalidade de atendimentos existentes nesses estabelecimentos de ensino. Além desses critérios, todas as escolas selecionadas já haviam implantado a política de educação de Surdos, proposta em 2004, pelo Estado de Santa Catarina.

Apesar de o projeto estar restrito a três escolas, o objetivo deste era o de reunir elementos que subsidiassem ações para a inclusão de Surdos na perspectiva bilíngue em todas as regiões do Estado.

2.2 A ESCOLARIZAÇÃO DA PESSOA COM SURDEZ EM JOINVILLE (SC): COMPREENDENDO A EDUCAÇÃO NESTE MUNICÍPIO

Para compreensão do processo histórico escolar da pessoa com surdez na cidade de Joinville (SC), fomos à busca de dados que fossem relevantes ao nosso trabalho. Apesar de algumas conquistas, a educação de Surdos no município ainda apresenta práticas excludentes, embora ela não seja mais orientada pelas práticas de oralização (oralidade, comunicação total), e sim para uso da Libras.

Porém, podemos dizer que continuamos presenciando a imposição da língua e da cultura ouvinte, e o não atendimento do que determina a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que contempla a garantia de acesso à língua de sinais pelas crianças, jovens e adultos Surdos, a presença do instrutor Surdo e do tradutor-intérprete. Essas prerrogativas não são garantidas, tendo em vista a descontinuidade entre as políticas para educação do Surdo e a aplicação prática destas.

Dando continuidade às discussões sobre a educação para a pessoa com surdez da cidade de Joinville (SC), destacamos que este município está localizado na região nordeste do estado de Santa Catarina, situada ao lado da Baía da Babitonga. Está distante apenas 180 km da capital, Florianópolis, e 120 km da cidade de Curitiba, tornando a cidade, devido a sua proximidade com a BR 101, de muito fácil acesso. Também conhecida como a Cidade das Flores, Manchester Catarinense, Cidade dos Príncipes e Cidade da Dança, Joinville (SC) é considerada a maior cidade catarinense. É o terceiro polo industrial da região sul do país, e o primeiro do Estado de Santa Catarina, com aproximadamente 2.093 indústrias de transformação e 76.200 trabalhadores, somente nesse setor, figurando entre os quinze maiores arrecadadores de tributos e taxas municipais, estaduais e federais. A economia predominantemente é movimentada pela indústria, e conta com uma população de 569.645 pessoas (IBGE, 2010). Desse total, a cidade conta com aproximadamente 20.000 pessoas surdas, considerando os indivíduos que tenham

alguma dificuldade, grande dificuldade ou que não consegue de modo algum ouvir, deste total, 5000 pessoas encontram-se em idade de escolar.

Diante desses números, que são significativos, consideramos pertinente verificar o processo histórico da educação dos estudantes Surdos no Município. Para tal, fizemos um recorte dos últimos 20 anos, período no qual encontramos a educação das pessoas com surdez em um momento de integração então desencadeado na Rede Estadual de Joinville.

Aproximadamente desde o ano de 1997 esse movimento veio constituindo uma trajetória pontuada por vários movimentos, sustentados na prática cotidiana da escola por diferentes concepções de aprendizagens. Havia o entendimento, então, que, com a garantia do acesso e estruturação paralela de serviços de educação especial (sala de recursos, classes especiais de apoio pedagógico), estaria assegurada a integração plena da pessoa com surdez. Contudo, apesar do princípio da educação para todos, a cultura escolar, mediante suas práticas e conteúdos tradicionalmente estabelecidos, tem apresentado dificuldades em abrir espaços para a diversidade do alunado, incluindo o estudante com surdez.

A partir das últimas décadas, o processo de integração, analisado através de um prisma dinâmico e multidimensional, fruto da reflexão teórico-prática e do aprofundamento da concepção histórico-cultural, com ênfase nas contribuições de Vygotsky, sofre mudanças sustentado por uma concepção de integração não mais centrada no indivíduo, mas nas interações sociais. Isso significa:

Dentre outros aspectos, que o objeto focalizado não era compreendido numericamente, senão o “o outro modo” de desenvolver-se, a “peculiaridade qualitativa” desse desenvolvimento que se traduz pela especificidade da estrutura orgânica e psicológica do indivíduo, e pela especificidade do tipo de desenvolvimento e de personalidade que nesse caso se desenvolve, de maneira qualitativamente distinta. (VYGOTSKY, 1997, p. 11).

Desta forma, as possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem dos alunos com surdez no município foram ampliadas, buscando-se compreender o aluno não mais como uma pessoa menos desenvolvida, mas que se desenvolve de maneira diferente de acordo com o seu ritmo e potencial. No final dos anos 90 inicia-se, então, uma nova etapa na educação para pessoas com surdez na Rede Estadual, com a implantação da educação bilíngue no Estado de Santa Catarina,

levando em consideração a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação/MEC.

Neste processo, o município de Joinville (SC) foi selecionado com uma escola para que o projeto fosse implantado, como mencionamos anteriormente. A instituição relacionada foi a Escola de Ensino Fundamental Rui Barbosa, além de apresentar um espaço adequado à implantação do projeto possuía uma adequação dos espaços como: uma biblioteca ampla e organizada, sala de informática toda equipada, sala do SAEDE (Serviço de Atendimento Educacional Especializado).

As salas nesta escola eram organizadas da seguinte maneira:

- Ensino fundamental I, do 1º ao 5º ano, com cinco salas, e um número aproximado de 60 alunos com surdez, matriculados somente nesta unidade escolar. Nessas salas, os professores desenvolviam seus planejamentos dentro de uma perspectiva da educação bilíngue, com um trabalho em conjunto com o instrutor Surdo para o ensino da Libras.

- Ensino fundamental II, 6º ao 9º ano, os alunos com surdez estavam junto com os ouvintes, em sala comum, porém, acompanhados dos intérpretes e instrutores. Estes desenvolviam um trabalho paralelo para o ensino da Libras aos alunos Surdos que estavam matriculados nesta instituição.

Precisamos lembrar que a inclusão do aluno Surdo deve acontecer desde a educação infantil até a educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional e usufruir seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país. Considerando o projeto de escola bilíngue desenvolvido em Joinville pode-se dizer que os direitos dos Surdos estavam sendo respeitados.

Neste mesmo contexto da Política da Educação Especial de Santa Catarina, os alunos do ensino médio que estavam matriculados na rede estadual tinham acompanhamento do profissional intérprete em sala durante as aulas. Já no contraturno tinham um professor bilíngue que fazia o atendimento na sala de recursos SAEDE. Foram concentradas as matrículas nas escolas Polos de Joinville (SC) por ser de fácil acesso a todos que necessitavam de ônibus para vir à escola.

Vale salientar que na região onde não está implantada turma bilíngue ou disponibilizado professor intérprete, o atendimento era realizado pelo SAEDE/DA

para a aquisição da língua de sinais (Libras) como primeira língua, e língua portuguesa, como segunda. O SAEDE oferecido em horário oposto à frequência do aluno no ensino regular, o professor do SAEDE/DA tinha como função orientar tecnicamente a escola da rede regular de ensino. Algumas fragilidades eram perceptíveis na escola alvo desta pesquisa, como a ausência de constar no Projeto Político-Pedagógico da escola a formação continuada dos professores e curso contínuo de Libras a todos os funcionários. Também não havia, por exemplo, a construção efetiva de um ambiente bilíngue, (FCEE, 2011.p.48 a 54). Porém, com todas as fragilidades, a escola funcionou por mais de 15 anos dentro dessa estrutura, desenvolvendo, da melhor forma que lhe era possível, a educação bilíngue para os estudantes Surdos.

Segundo Quadros (1997, p.54), quando se fala sobre o bilinguismo, “[...] não está se estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos Surdos, ou seja, a Libras e o português no contexto mais comum do Brasil”. O cenário bilíngue se concretiza dentro da escola na utilização conjunta das duas línguas, como afirma Quadros (2006, p.13):

O contexto bilíngue configura-se diante da co-existência da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa. No cenário nacional não basta simplesmente decidir se uma ou outra língua passará a fazer ou não parte do programa escolar, mas sim tornar possível a co-existência dessas línguas reconhecendo-as de fato atentando-se para as diferentes funções que apresentam no dia-a-dia da pessoa surda que se está formando.

Se considerarmos que a perspectiva da educação bilíngue vem se constituindo como o discurso hegemônico nas políticas de educação de Surdos, esse desafio torna-se cada vez mais emergencial, uma vez que é nessa etapa de escolarização que se recomendam as práticas favoráveis para aquisição e desenvolvimento da língua de sinais como primeira língua dos Surdos.

Infelizmente, dentro de um cenário político de falta de investimento em diferentes setores, inclusive na educação, no ano de 2012, depois de 73 anos de funcionamento, a escola em questão, uma das mais tradicionais de Joinville (SC), foi interditada pela vigilância sanitária, fazendo com que os que nela estudavam fossem transferidos para outras unidades escolares da Rede Estadual, e alguns para Rede Municipal. Conforme Schmidt (2017, p.39):

A proposta inicial era de que no ano de 2013 a escola passaria por reformas e no ano seguinte, em 2014, passaria a atender, também, o Centro de Educação de Jovens e Adultos – CEJA, que está localizada ao lado do Rui Barbosa (A NOTÍCIA, 2013a). Tal promessa não se concretizou, pois no ano de 2014 a escola foi fechada e deu lugar a Companhia de Patrulhamento. Tático e o grupo de paramédicos da Polícia Militar, transferindo por definitivo os alunos que ali estudavam (A NOTÍCIA, 2013b).

Voltando nosso olhar para o momento atual o estudante Surdo de Joinville, matriculado na escola comum, e considerando que o número de pessoas com surdez em idade escolar chega a 5.000 indivíduos, conforme mencionado anteriormente, o quadro 6 a seguir apresenta dados significativos e preocupantes no contexto da educação e inclusão da pessoa surda.

Quadro 6 – Estudantes Surdos matriculados no ano de 2017 nas redes de ensino de Joinville.

| REDE DE ENSINO | NUM. DE ESTUDANTES |
|---|---------------------------|
| Pública Municipal (Educação infantil e ensino fundamental I e II) | 20 |
| Pública estadual (Ensino fundamental I, II e médio). | 21 |
| Federal (IFC) Ensino médio | 1 |
| Particular (Ensino fundamental e médio) | 9 |
| TOTAL | 51 |

Fonte: Schmidt, (2017, p.35).

A partir destes dados quantitativos vale mencionar que os estudantes com surdez matriculados na Rede Municipal de Joinville (SC) frequentam sala comum com o acompanhamento do profissional intérprete (quando há esse profissional), caso contrário é um auxiliar de educador, com certo domínio em Libras, que faz o trabalho de intérprete; assim como é oferecido o atendimento do AEE nas salas de recursos multifuncionais para os estudantes com surdez.

Na Rede Estadual os estudantes estão matriculados em sala comum, com o acompanhamento¹⁰ do intérprete; do instrutor e do professor bilíngue; considerando

¹⁰ Considerando o nível linguístico do aluno com surdez, o profissional que o acompanha é designado da seguinte forma, para o aluno que possui domínio da Libras o intérprete o acompanha em sala, já o aluno que ainda não possui um desenvolvimento linguístico com possibilidade de acompanhar os conteúdos na sua língua materna (Libras), o professor bilíngue é quem realiza o acompanhamento desse aluno dando a ele todo o suporte linguístico tanto na Libras quanto na língua portuguesa.

a necessidade do desenvolvimento linguístico do aluno com surdez a escola comum deve viabilizar sua escolarização em um turno, e o AEE no contraturno, contemplando o ensino de Libras; o ensino em Libras e o ensino da Língua Portuguesa. Segundo a Política Nacional de Educação Inclusiva:

Ao optar-se em oferecer uma educação bilíngue, a escola está assumindo uma política linguística em que duas línguas passarão a co-existir no espaço escolar. Além disso, também será definido qual será a primeira língua e qual será a segunda língua, bem como as funções em que cada língua irá representar no ambiente escolar. Pedagogicamente, a escola vai pensar em como estas línguas estarão acessíveis às crianças, além de desenvolver as demais atividades escolares. As línguas podem estar permeando as atividades escolares ou serem objetos de estudo em horários específicos dependendo da proposta da escola. Isso vai depender de “com”, “onde”, e “de que forma” as crianças utilizam as línguas na escola. (MEC/SEESP, 2006).

Inúmeras são as polêmicas que têm se formado sobre a educação escolar para pessoas com surdez. A proposta de educação escolar inclusiva é um desafio que para ser efetivada faz-se necessário considerar que os alunos com surdez têm direito de acesso ao conhecimento, ou seja, “acessibilidade ao conhecimento”.

Considerando os números apresentados no Quadro 6, quando comparados aos dados do IBGE (2010), revelam que muitos estudantes com surdez encontram-se fora da escola. Vale mencionar que as pessoas com qualquer tipo de deficiência enfrentam muitas dificuldades, em maior ou menor grau, no acesso e no processo de aprendizagem. Para Carvalho (2011, p.53):

As barreiras para a aprendizagem não existem, apenas, porque as pessoas sejam deficientes ou com distúrbios de aprendizagem, mas decorrem das expectativas do grupo em relação às suas potencialidades e das relações entre os aprendizes e os recursos humanos e materiais, socialmente disponíveis, para atender às suas necessidades.

Ressalta-se que, embora a maioria dos estudantes com surdez frequente a escola, a efetiva escolarização se encontra comprometida a partir da existência de diferentes barreiras, a iniciar pelo acesso à educação que garanta ao estudante o direito de comunicar-se na sua língua (Libras), e o de ter um intérprete ou tradutor acompanhando-o em suas aulas.

Esta situação demonstra que no município de Joinville (SC), mesmo com o avanço nas políticas educacionais, a pessoa surda está sendo cerceada do direito

de acessar o conhecimento transmitido na escola. Logo, a inclusão escolar para estas pessoas merece mais atenção por parte dos órgãos competentes, uma vez esta é que garantirá a possibilidade de ascensão a outros níveis de ensino, como a educação superior, almejada por muitos pelo fato de oportunizar uma qualificação profissional.

3 POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA COM FOCO NA PESSOA SURDA: DA EDUCAÇÃO BÁSICA À EDUCAÇÃO SUPERIOR

A situação atual da inclusão nas IES, quando falamos do estudante Surdo, leva-nos a pensar em propostas institucionais de inclusão que, para além da acessibilidade, tenham em seus PPI (Projeto Pedagógico Institucional) articulado com o PPC (Projeto Pedagógico de Curso), um acompanhamento que permita identificar as necessidades educacionais específicas de cada estudante com deficiência. Nesse contexto, deve-se pensar na eliminação de barreiras, para além das arquitetônicas, investindo também na acessibilidade atitudinal assim como no desenvolvimento de abordagens didático-pedagógicas específicas que contemplem as especificidades na comunicação.

Com vista a discutir especificamente o ingresso da pessoa surda na educação superior, e considerando que o paradigma da inclusão orienta-se a partir do movimento de democratização da educação, apresentamos nesta pesquisa os movimentos que impulsionaram a luta pela educação inclusiva e alguns dos eventos internacionais que fundamentaram legalmente as políticas de educação na perspectiva da inclusão com destaque em alguns momentos para a pessoa surda. Reconhecendo a importância deste movimento nos valem das palavras de Freire (2005):

O que nos parece indiscutível é que, se pretendemos a libertação dos homens não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é mitificante. É práxis, que implica a ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 2005, p.77).

Lembramos que o percurso histórico da educação de pessoas com deficiência passou pelos modelos da segregação, integração até chegar no modelo atual da inclusão. Quanto ao modelo de segregação este está vinculado à institucionalização, período em que a ciência moderna é *“colocada a serviço da recuperação e normalização dos sujeitos”* (SANTIAGO, 2011, p. 170). Assim, a medicina é o caminho para a normalidade instituída. Mesmo a sociedade moderna direcionando um olhar para o segmento dos excluídos, segundo a autora, a institucionalização é uma nova fase na história da exclusão. Diz-nos que instituições como:

Os hospitais, manicômios, asilos, prisões, são algumas das mais importantes, demonstrando que a conformação dos valores modernos pelos indivíduos é o grande objetivo e que a partir da categoria; loucos, Surdos, paraplégicos, cegos, etc. é possível assistir socialmente e educativamente a estes sujeitos (SANTIAGO, 2011, p.170).

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos encontramos que todos têm direitos iguais a uma educação que seja acessível para todos. A partir desse documento, os caminhos percorridos na educação de pessoas com deficiência rumam em direção ao novo movimento. O modelo integracionista surge a partir dos movimentos organizados por grupos de pessoas com deficiência, e por vários estudiosos que discutiram sobre a eficácia da educação na vida das pessoas com deficiência. Diante desta organização, em que foi pensada a educação das pessoas com deficiência, entra em cena no Brasil a Educação Especial, fortalecida pela primeira vez na LDB 4.024, de 1961: a lei aponta que a educação dos “excepcionais” deveria, no que fosse possível, enquadrar-se no sistema geral de educação (NOGUEIRA, 2008).

As crescentes discussões no meio acadêmico chegam ao tema difundido e debatido até os dias atuais: a inclusão de estudantes Surdos na educação formal. Acreditando em uma proposta social e escolar como caminho para facilitar a inclusão deste sujeito na família, na sociedade e no campo profissional, sente-se a necessidade de planejamentos e esforços coletivos das instituições formais de ensino.

Nesse momento, surge, então, o movimento de inclusão, em meados da década de 1980, nos Estados Unidos, com ações de pais e pessoas com deficiências, lutando contra a ideia da condição de segregação que a educação especial imprimiu às pessoas com deficiência, através da política de integração proposta em vários países.

Sendo assim a Educação Superior necessita estar comprometida a ser um espaço de conhecimento que possibilite a relação entre as diferenças, conforme, Muller & Glat (1999, p.28) onde argumentam que:

A educação inclusiva só será efetivada se o sistema educacional for renovado e modernizado, abrangendo ações pedagógicas, porque a inclusão é desafiadora e os docentes, na universidade, devem fazer parte da mudança.

Freire (1996, p. 76), nos faz refletir acerca da relevância da ensino superior uma vez que todos tornam-se protagonistas do seu conhecimento, pois para ele:

A universidade não é, a universidade está sendo feita a cada década, a cada nova situação. Buscando a (re)leitura de valores e de poder que 'parece' estar dado socialmente, os sujeitos são relidos e reorganizados. Valores estes que permitem o processo ensino-aprendizagem dos sujeitos autores do processo, estes sendo estudantes, professores e o conhecimento.

Freire (1996) reforça ainda a importância de “debates plurais”, que envolvam valores éticos ligados a atitudes, articulando o conhecimento às necessidades específicas dos estudantes Surdos, bem como sua relação com as diversas formas de apropriação dos conteúdos. Tais reflexões permeiam uma nova proposta educacional. Afinal, a universidade apresenta um espaço de amplas discussões e de conhecimento que deverá articular os docentes e os discentes, havendo a necessidade de leituras do contexto histórico em que está situada naquele momento.

Com o acesso da pessoa surda na educação superior, garantida pela legislação brasileira, a garantia, na mesma proporção, quanto à formação de professores não ocorreu. Assim, a educação de pessoas com deficiência, e especificamente aqueles com surdez, intensifica o desafio que há no processo de ensino-aprendizagem dos envolvidos, sejam estes docentes ou estudantes. Durante esse processo, os acadêmicos, sejam estes com ou sem deficiência, ouvintes ou Surdos, têm a necessidade de se apropriar de novas informações e novos conhecimentos, bem como envolver-se socialmente com colegas, professores e o ambiente, portanto:

[...] ao assimilar as novas informações e os novos conhecimentos, eles precisam contornar falhas da trajetória escolar anterior, como deficiências de linguagem, inadequação das condições de estudo, falta de habilidades lógicas, problemas de compreensão em leitura e dificuldades de produção de textos [...]. A deficiência em capacidades cognitivas básicas, como a habilidade de compreender variáveis, fazer proposições, identificar lacunas de informação, distinguir entre observações e inferências, raciocinar hipoteticamente e exercitar a metacognição (SAMPAIO; SANTOS, 2002, p. 32).

Essa adaptação acadêmica dependerá das características pessoais dos estudantes, suas experiências, seu processo de escolarização até o momento, e o

nível de informações que possam acessar. Os discentes Surdos, como quaisquer outros, necessitam adaptar-se à nova realidade, criando possibilidades e habilidades que superem a perda auditiva para ser incluídos e incluir-se na Educação Superior.

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM SURDEZ NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Este subcapítulo apresenta ao leitor um breve panorama histórico da educação especial no Brasil, procurando discutir diferentes momentos, fatos e acontecimentos que tiveram alguma influência sobre as conquistas das pessoas com deficiência. Quando relatamos sobre a Educação Superior, esta deve ser pensada de modo a contemplar a todos, com reconhecimento das diferenças, na luta pela superação das desigualdades, levando em consideração o modo como a sociedade está constituída.

A Conferência Mundial de Educação para Todos (1990)¹¹ foi decisiva, ganhando respaldo em todo o mundo como elemento central para nos levar a pensar em novas possibilidades educacionais. A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), em seu artigo 3º, inciso V, já apresenta como um de seus objetivos fundamentais, “[...] promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” Também apresenta a definição de educação como um direito de todos (Artigo 205), garantindo pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206: “Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios do ensino. Já o artigo 208 dispõe sobre a integração escolar como preceito constitucional, preconizando o atendimento das pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

As políticas nacionais de inclusão estão baseadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), que define “Educação Especial como a

¹¹ Conferência que reuniu, em Jomtien, na Tailândia, os países em desenvolvimento, para traçarem metas acerca dos excluídos de seus sistemas de ensino, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, de gênero, etnia ou religião. (CARVALHO, 2004).

modalidade escolar para educandos portadores de necessidades especiais”, preferencialmente na rede regular de ensino (Capítulo V, Artigo 58). Nesse sentido, os representantes do governo, através de documentos oficiais, evocam a Declaração de Salamanca¹², de 1994. A partir da Declaração de Salamanca, toda educação é especial, porque deve atender com qualidade todos os estudantes, porém, é necessário o questionamento quanto ao andamento dos sistemas educacionais e, por consequência, as escolas, no que diz respeito a vários aspectos. A Declaração de Salamanca garante aos estudantes Surdos o direito de acesso ao conhecimento através da sua própria língua, ou seja, a Língua de Sinais - Libras. Pensar em uma política pelas diferenças exige um olhar mais atento às suas especificidades e às suas implicações.

Para que as mudanças possam acontecer torna-se premente a participação política das pessoas surdas apontando as diferenças que precisam ser trabalhadas e consideradas no currículo. Ao considerar que a experiência visual que é muito significativa para o Surdo, e muitas vezes é relegada, ou deixada em um segundo plano, devendo esta passar a ser o centro das atenções, pois é à base do pensamento e da língua visual. A visão é o meio que o Surdo utiliza para compreender o que se passa à sua volta, “essa língua baseada na visão, a língua de sinais, é a essência do 'mundos dos Surdos” (HOFFMEISTER, 1999, p.119).

Outro aspecto importante a se considerar é a forma de organização dos espaços de ensino, e as estratégias utilizadas deverão ser mediadas sob o ponto de vista reflexivo, sobre o que estes espaços determinam, tendo as políticas como organizadoras de questões de conhecimento e aperfeiçoamento cultural e, principalmente, de compromisso social. Na sequência temos a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que define:

Educação Especial como modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, tem como função disponibilizar recursos e serviços de acessibilidade e o atendimento educacional especializado, complementar a formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (BRASIL, 2013).

¹² Conferência Mundial para discutir especificamente questões da educação dos alunos com necessidades especiais, entre eles os portadores de deficiências, os países reuniram-se em Salamanca, Espanha, assumindo a seguinte posição. Cada país deveria: “[...] construir um sistema de qualidade para todos e adequar as escolas às características, interesses e necessidades de seus alunos, promovendo a inclusão escolar de todos no sistema educacional”. (UNESCO, 1994).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) representa um novo marco teórico e político da educação brasileira. Ela tem o intuito de assegurar a inclusão escolar das pessoas consideradas público-alvo desta política – pessoas que possuem deficiência (física, visual, auditiva, intelectual), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação – no sistema regular de ensino, afirmando o compromisso e o direito à educação no âmbito da educação inclusiva. Essa perspectiva é reforçada no documento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/15, artigo 28 (Brasil, 2015), que em conjunto com programas, políticas e ações acima mencionados, têm buscado nos últimos anos a democratização do acesso do público-alvo da educação especial na educação superior. Logo, estas instituições como os demais contextos educacionais são responsáveis pela promoção da cidadania, oportunizando e incentivando uma educação para todos.

No Brasil, mesmo que seja recente a discussão sobre políticas afirmativas e inclusivas na Educação Superior, é possível, segundo Moreira (2014), observarmos que, nas áreas das ciências sociais, da educação e do direito, essa temática vem recebendo destaque. A partir do ano de 2000, as IES vêm “apresentando políticas mais diretas por meio das ações afirmativas e inclusivas adotadas nas universidades federais e privadas” (MOREIRA, 2014, p. 108). Vários são os caminhos pelos quais as políticas públicas podem ser construídas para que o aluno com surdez possa ter acesso à Educação Superior. Um deles é através de aprovações de cotas ou vagas suplementares para candidatos que apresentem deficiência.

O Programa Universidade para Todos - PROUNI, institucionalizado pela Lei nº 11.096/2005, concede ao Ensino Superior privado a reserva de bolsas aos estudantes com deficiência, autodeclarados indígenas, pardos, negro, e egresso do Ensino Médio da rede pública ou rede particular, na condição de bolsista, em que o governo institui o programa de acesso (BRASIL, 2005b). Já o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2014) amplia, no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), de que tratam a Lei nº 10.260/2001 (BRASIL, 2001b) e o PROUNI, os benefícios destinados à concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores presenciais ou à distância com avaliação positiva. De acordo com regulamentação própria, nos

processos conduzidos pelo Ministério da Educação, estas normativas foram apresentadas, pois a Lei nº 10.172/2001 (BRASIL, 2001) “reconheceu a existência de um déficit na oferta de vagas e matrículas de estudantes com deficiência, principalmente na Educação Superior” (BRUNO, 2011).

O PNE (BRASIL, 2014) recomendou diretrizes curriculares que assegurassem flexibilidade e diversidade nos programas de estudos oferecidos pelas diferentes instituições de educação superior; a formação docente do professor; a acessibilidade física e o atendimento educacional especializado. As diretrizes recomendadas para o atendimento dos estudantes com deficiência buscam propiciar a eles uma educação de qualidade no Ensino Superior.

No Brasil, a formulação de uma política linguística é muito recente, como o Decreto nº 5.626/2005 (BRASIL, 2005), o qual reconhece a cultura surda e a educação bilíngue como formas de acesso e de permanência nos diferentes níveis de ensino. Assim, como já mencionamos anteriormente, a Libras passa a ser a primeira língua (L1) de instrução da pessoa surda, e a Língua Portuguesa (L2), concebida como segunda língua na modalidade escrita. O Decreto prevê ainda a presença do tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa em todos os níveis de ensino. Sem dúvida, os estudantes Surdos, hoje, podem acessar a Educação Superior, e sua inserção está assegurada por leis, decretos, ações afirmativas e inclusivas. Sobre essas questões, Klein e Thoma (2010, p.210) destacam que:

Apesar dessas conquistas, a Educação de Surdos no Brasil corre o risco de manter as práticas excludentes do passado. Embora ela não seja mais orientada pelas práticas de oralização, continuamos presenciando a imposição da língua e da cultura ouvinte através da Política de Inclusão, que, em seus textos, contempla a garantia de acesso à língua de sinais pelas crianças surdas, a presença dos professores Surdos na educação de alunos Surdos, a presença de tradutores-intérpretes em turmas de inclusão ou a fluência na língua de sinais dos professores ouvintes que trabalham com alunos Surdos. Porém, essas prerrogativas não são garantidas, uma vez que não são criadas condições efetivas pelos gestores da Educação.

Observando o cenário da educação do Surdo em Joinville (SC), identifica-se situação semelhante, tendo em vista que a maioria dos estudantes Surdos tem como opção educacional uma escola regular despreparada para atender às especificidades desses alunos, seja da educação infantil, ensino fundamental I e II e no ensino médio. Nesses espaços escolares há uma frágil formação dos

professores, indicada pela pouca fluência e/ou desconhecimento da língua de sinais para se comunicar com os alunos Surdos, bem como a carência de intérpretes de Libras. Ficam evidentes nos dados que conseguimos levantar nesta pesquisa, a escassez do profissional intérprete¹³ de língua de sinais, o instrutor Surdo¹⁴, o professor bilíngue¹⁵ nas escolas. Esses profissionais muitas vezes são substituídos por auxiliares de educador, ou por professores que fizeram algumas horas de curso sobre a Libras; esse profissional, com uma formação falha, não tem conhecimento adequado de técnicas e estratégias de tradução, tanto quanto da estrutura gramatical, como: fonologia, fonética, sintaxe, pragmática e semântica, impactando na realização de um trabalho falho, causando ao estudante ainda mais perdas. Refletir sobre a formação destes profissionais com vistas ao trabalho com o estudante Surdo nos impele a dizer que estes não estão preparados para exercer a função com pleno domínio, pois a formação de intérpretes de Libras é algo novo em nosso país. Destarte a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) por ser pioneira nessa formação, com o curso de Letras-Libras – Bacharel, tratando especificamente da formação do intérprete.

Alguns autores como Lacerda, Albres e Drago (2013), Pereira e Vieira (2009) e Skliar (1997; 2004), ao comentarem a respeito da educação dos alunos Surdos afirmam que crianças surdas devem crescer bilíngues, e defendem a implementação das escolas bilíngues. Como citado anteriormente, nessas escolas o conteúdo deve ser ministrado em Língua de Sinais, para alunos Surdos, e em língua oral, para alunos ouvintes, respeitando, dessa forma, as singularidades de cada estudante. Lacerda (2006. p.165) ao enfatizar a influência da linguagem no processo de escolarização afirma que:

¹³ A formação do intérprete de Libras pode-se dar de duas maneiras distintas: por meio de um curso superior de Tradução e Interpretação com habilitação em Língua Portuguesa – Libras, ou em nível médio, por meio de cursos de educação profissional, extensão universitária ou cursos de formação continuada fornecidos por instituições de ensino superior ou instituições de ensino credenciadas a secretarias de educação (BRASIL, 2005).

¹⁴ Formação do instrutor: De acordo com Brasil (2005), a formação do instrutor Surdo ocorrerá em nível médio de ensino, tendo experiência e proficiência em língua de sinais, no caso Libras. A sua formação pode também ser reconhecida pela comunidade surda, tendo de ser validado o certificado por uma instituição de ensino reconhecida.

¹⁵ Formação para os professores bilíngues que ministram aula nas séries finais do Ensino Fundamental, a formação acontece de forma diferente. Para os professores que ministram aula de português e/ou de Libras, a formação deve ser Licenciatura plena em Letras Libras ou em Licenciatura plena em português/Libras, segundo Brasil (2005).

Devido às dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, observa-se que as crianças surdas encontram-se defasadas no que diz respeito à escolarização, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado para sua idade. Disso advém a necessidade de elaboração de propostas educacionais que atendam às necessidades dos sujeitos Surdos, favorecendo o desenvolvimento efetivo de suas capacidades.

A questão das dificuldades de comunicação dos Surdos é bastante conhecida, nas escolas isso é uma realidade em âmbito nacional. Ainda não possuímos conhecimentos suficientes para proporcionar ao aluno Surdo, que frequenta uma escola de ouvintes, um desenvolvimento satisfatório. Algumas providências precisam ser aplicadas para que este aluno possa ser atendido e tenha evolução no seu processo escolar. Apontamos aqui algumas como: adequação curricular, aspectos didáticos e metodológicos, conhecimentos sobre a surdez e sobre a língua de sinais, estrutura da Libras.

No entanto a unidade escolar recebe o aluno Surdo, pois a lei é clara que a educação é para todos, toma as providências iniciais, discute o caso desse aluno, e acaba inserindo-o na rotina da escola. O tempo passa, e o aluno segue os demais nas atividades, sem maiores problemas de comportamento, dando a impressão de estar tudo bem, com seu desenvolvimento escolar. Lacerda (2006, p.176) nos faz refletir sobre alguns pontos:

- [...] a) a *escola* não se preocupa mais com a questão, porque se preocupar significaria buscar outras ajudas profissionais (intérprete, educador Surdo, professor de apoio etc.), e a escola pública brasileira, em geral, não conta nem com a equipe básica de educadores para atender as necessidades dos alunos ouvintes;
- b) os *professores*, que percebem que o aluno não evolui, mas não sabem o que devem fazer, por falta de conhecimento e preparo;
- c) os *alunos ouvintes*, que acolhem, como podem, a criança surda sem saber bem como se relacionar com ela;
- d) o *aluno Surdo*, que, apesar de não conseguir seguir a maior parte daquilo que é apresentado em aula, simula estar acompanhando as atividades escolares, pois afinal todas aquelas pessoas parecem acreditar que ele é capaz;
- e) a *família*, que sem ter outros recursos precisa achar que seu filho está bem naquela escola.

Quando esse aluno finaliza o seu ensino fundamental, recebe um certificado que lhe possibilita ingressar no ensino médio, sem ter alcançado minimamente os conhecimentos que teria potencial para avançar, sendo muito limitada sua evolução escolar. Isso é muito grave, e vem ocorrendo nas escolas. Ao chegar no ensino

médio à situação se repete, tornando ainda mais limitado o seu avanço, pois, infelizmente, este aluno continua inserido em um ambiente pensado e organizado para alunos ouvintes. Há uma longa distância entre o ambiente adequado a este estudante Surdo, e o que se encontra nas escolas atualmente.

Para Sawaia (2011, p.8), o conceito de inclusão tem um caráter ambíguo e pouco preciso, “A sociedade inclui para excluir e está transmutação é condição da ordem social desigual, o que implica em caráter ilusório da inclusão”. De acordo com a autora:

[...] a exclusão é processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionadas e subjetivas. É processo sutil e dialético, pois só existe em relação à inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros (SAWAIA, 2011, p. 9).

O conceito da dialética exclusão/inclusão seria mais apropriado para se referir a esse processo, uma vez que não existe inclusão sem exclusão, e vice-versa. Como expôs Martins (1997, p.26), excluir para incluir, “Vocês chamam de exclusão aquilo que constitui o conjunto das dificuldades, dos modos e dos problemas de uma inclusão precária e instável, marginal”.

Entretanto, neste complexo processo de exclusão/inclusão estão as pessoas com surdez e, dentre elas, os alunos do Ensino Médio da Rede Estadual de Joinville (SC). Para conhecer os percursos que têm sido construídos a partir das relações entre o estudante Surdo e seu ingresso na Educação Superior apresentamos, no próximo capítulo, a análise dos dados coletados com a pesquisa que realizamos no ano de 2017, com professores, intérpretes e estudantes Surdos, nas escolas da Rede Estadual de Ensino no município de Joinville (SC).

4 ANÁLISE E DISCUSÃO DE DADOS

Como sustentação teórica para a análise dos dados, sistematizamos nossos estudos em categorias, nesta pesquisa de mestrado, para analisar os dados coletados no campo empírico e que atendessem as particularidades da abordagem qualitativa, optou-se pela análise de conteúdo. Os autores que embasaram esse método de análise foram Bardin (1977), (2016), Franco (2012). Esses autores convergem na definição da análise de conteúdo como um método para analisar mensagens, comunicações, ou de maneira mais ampla, a linguagem.

De posse do material de coletado iniciamos, a análise dos questionários, sendo utilizado o método de Análise de Conteúdo. Segundo Bardin (1977, p. 42):

[...] a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores quantitativos ou não que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção dessas mensagens.

A análise de conteúdo foi utilizada para organizar os dados de forma a se chegar a categorias de análise. Esta técnica visa alcançar o *sentido* ou os *sentidos* de um texto, tendo como ponto de partida “[...] a mensagem, seja ela verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou indiretamente provocada” (FRANCO, 2012, p. 12).

Conforme Franco (2012, p. 53), essa análise inicial é “a fase de organização [dos dados] propriamente dita. Corresponde a um conjunto de buscas iniciais, de intuições, de primeiros contatos com os materiais [...] com vistas à elaboração de um plano de análise”. Então, partiu-se para a categorização dos dados, com o objetivo responder às questões de pesquisa. A criação das categorias foi realizada *a priori* (FRANCO, 2005), ou seja, essas categorias já estavam determinadas na organização do roteiro do questionário, isto é, as questões de pesquisa previamente elaboradas foram tomadas como base para categorizar as respostas obtidas. Sobre esse processo de criação de categorias de análise, Franco (2012, p.63) menciona que este é o ponto crucial da análise de conteúdo, “[...] a categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por

diferenciação seguida de reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos”.

Assim foram criadas três categorias de análise: 1) Trabalho e formação dos professores e dos intérprete na construção da perspectiva do estudante Surdo em ingressar na educação superior; 2) A perspectiva de ingresso na educação superior do estudante Surdo do ensino médio da Rede Estadual de Joinville - SC; 3) Desafios e possibilidades encontradas pelo estudante Surdo para seu ingresso na educação superior. Essas categorias foram organizadas visando responder aos objetivos deste estudo, as perguntas do questionário podem ser verificadas no Quadro 7 a seguir:

Quadro 7 – Apresentação das categorias de análise.

| Categorias de análise | Questões de pesquisa relacionadas | Pergunta (s) do instrumento |
|---|--|--|
| Trabalho e formação dos professores e intérprete na construção da perspectiva do estudante surdo em ingressar na educação superior. | Quais ações os professores do ensino médio proporcionam ao aluno surdo durante o seu processo de escolarização visando estimulá-lo a ingressar na educação superior? | Perguntas para os professores: Eixo dois 1,2; Eixo três 1, 3; Eixo quatro 5,6 |
| | | Perguntas para os intérpretes: Eixo três 3,5 |
| A perspectiva de ingresso na educação superior do estudante surdo do ensino médio da Rede Estadual de Joinville - SC. | O aluno com surdez, matriculado no ensino médio, na cidade de Joinville, Santa Catarina, tem perspectiva de ingressar na educação superior? | Perguntas para os professores: Eixo três 2; Eixo quatro 5,6 |
| | | Pergunta para os intérpretes: Eixo quatro 5 |
| | | Perguntas para os alunos: 3 |
| Desafios e possibilidades encontradas pelo estudante surdo para seu ingresso na educação superior. | Neste processo ele encontra incentivo e/ou apoio dos professores, dos intérpretes e de seus pares? | Perguntas para os professores: Eixo quatro 1, 2,5 |
| | | Pergunta para os intérpretes: Eixo quatro 2, 4,5 |
| | | Perguntas para os alunos: 4,5,6 |

Fonte: Primária

Na análise, além da busca por indicadores de contradições, recorrências, complementaridades e comparações, buscamos o aporte teórico em estudiosos da temática desta pesquisa. É importante destacar que no processo de análise dos dados empíricos baseado na análise de conteúdo ocorrem várias etapas, tais como a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos dados, a inferência e interpretação. Sendo assim, a etapa da pré-análise “[...] corresponde a um período de intuições, mas tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias

iniciais, de maneira a conduzir a um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas” (BARDIN, 2016, p. 126).

Passaremos a seguir à apresentação da caracterização do perfil dos professores participantes da pesquisa, bem como às análises realizadas em cada categoria.

4.1 TRABALHO E FORMAÇÃO DOS PROFESSORES NA CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DO ESTUDANTE SURDO EM INGRESSAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Neste subcapítulo de análise dos dados inicia com a apresentação dos 26 professores participantes da pesquisa, caracterizando-os no primeiro eixo do questionário – Perfil do Docente: quanto ao sexo, ano de nascimento, formação acadêmica, e alguns aspectos que se relacionam com as questões do trabalho docente, como: tempo de docência com aluno Surdo na Rede Estadual de Joinville – SC; na sequência apresentam-se as discussões da primeira categoria de análise desta pesquisa.

Para uma melhor compreensão das respostas que serão analisadas, será feita a apresentação dos docentes participantes da pesquisa e alguns aspectos de seus perfis.

Considerando que cada professor entrevistado fala a partir do seu contexto, e que cada um possui uma história de vida ao longo da qual desenvolveram crenças e valores específicos, ao lançar luz sobre algumas de suas características pode ocorrer uma melhor compreensão do lugar de fala e das respostas emitidas por esse grupo. Conhecer e entender o perfil de cada participante é de extrema relevância para esta pesquisa, visto que não considerar esses dados seria ignorar a relação entre as dimensões pessoal e profissional da sua formação.

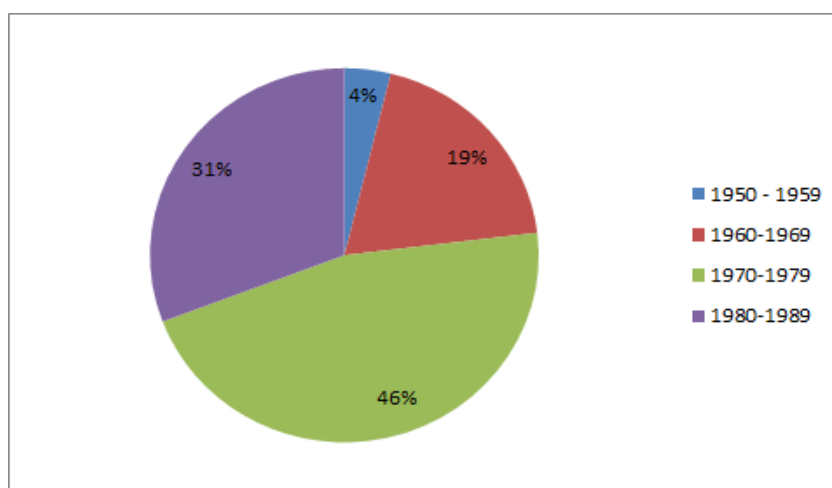
Como primeiro aspecto analisado tem-se que, dos 26 participantes respondentes da pesquisa, 17 (65%) identificaram-se como sendo do sexo feminino e 9 (35%) do sexo masculino. A prevalência feminina na profissão docente é um dado que já foi discutido extensivamente em estudos e pesquisas educacionais (VIANNA, 2002; TAMBARA, 1998; CARVALHO 1998). De acordo com as pesquisas

citadas, pode-se apreender que, essa feminização, trata-se, segundo Tambara (1998, p. 39), de:

[...] um processo de construção ideológica no qual foram relegados à mulher alguns espaços públicos, entre os quais se destacam a atividade em obras de benemerência, vinculadas principalmente às irmandades religiosas, e, de modo especial, à docência no ensino elementar.

Com relação ao ano de nascimento dos participantes, pode-se observar no Gráfico 1, que dois grupos se sobressaíram: 12 docentes (46%) dos entrevistados nasceram entre os anos de 1970 a 1979; o grupo seguinte, com 8 docentes (31%) dos entrevistados, nasceram entre os anos de 1980 a 1989, variando entre 29 e 48 anos de idade, apontando professores relativamente jovens.

Gráfico 1- Faixa etária dos professores.



Fonte: primária.

Se voltarmos nosso olhar para a idade dos professores, observamos que um número considerável deles realizou sua formação inicial durante o movimento de inclusão, que surgiu no Brasil no final da década de 80 sendo incrementada na década de 90 e vem desde então acompanhando o movimento a nível mundial, que proclama a necessidade de uma educação para todos, visando desenvolver em cada cidadão, o respeito e valorização das diferenças.

A qualificação do professor tem influência no êxito do ensino de alunos com surdez, mas que suscita muitas questões. A formação inicial destes foi constituída em algum momento por essa temática, portanto não é algo novo para esses

profissionais. Mas insuficientes para que estes possam desenvolver um trabalho que venha atender às necessidades educacionais de todos os alunos no ensino regular, como é proposto pelo movimento de inclusão, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).

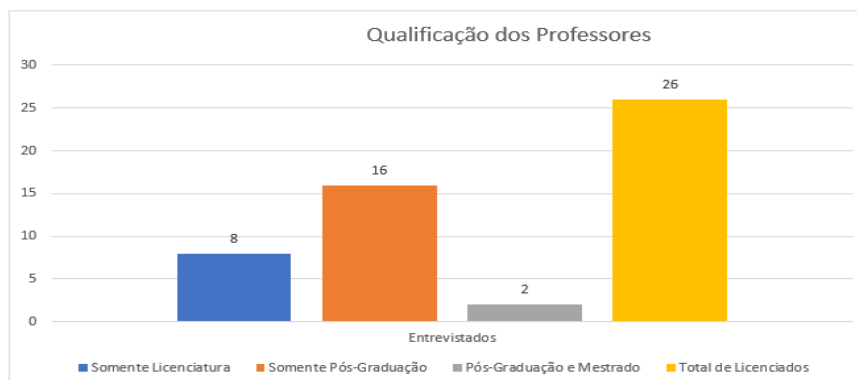
Portanto a formação e a aquisição de conhecimentos sobre a educação inclusiva são imprescindíveis para fundamentar a prática pedagógica dos professores. Autores como José Geraldo Silveira Bueno, Maria Teresa Mantoan, destacam a necessidade de rever os cursos de formação continuada aos educadores, pois possibilita ao professor a atualização e a transformação de sua prática profissional. O acesso ao conhecimento e o exercício da reflexão permitem a ressignificação dos princípios e a possibilidade de mudar os paradigmas já construídos.

Destarte a educação escolar na perspectiva da inclusiva requer a revisão de concepções e paradigmas, pois se trata de uma (re) organização de toda a sociedade, o que inclui também a formação de professores inclusive os professores participantes desta pesquisa, o processo de inclusão deve ser capaz de atender a todos, indistintamente, incorporando as diferenças no contexto da escola, o que exigirá a transformação do seu cotidiano e o surgimento de "novas formas de organização escolar, audaciosas e comprometidas com uma nova forma de pensar e fazer educação" (CARVALHO, 2004, p.109).

Nesse sentido, o discurso da inclusão do aluno Surdo é parte resultante deste processo, portanto incluir não é somente estar em sala fisicamente, mas participar ativamente do processo de ensino e aprendizagem.

Os docentes participantes da pesquisa, no aspecto que tange à formação acadêmica, todos concluíram o ensino superior, sendo que 100% dos entrevistados são licenciados: 1 em Língua Inglesa, 2 em Matemática, 4 em Educação Física, 3 em Arte, 2 em Sociologia, 2 em Língua Portuguesa – Literatura, 1 em Física, 3 em Ciências e Biologia, 2 em Língua Portuguesa, 2 em Geografia, 1 em Filosofia, 1 em História, 2 em Química. Dos 26 professores participantes desta pesquisa (Quadro 2), 16 professores (69%) possuem Especialização, 8 (31%) dos entrevistados não possuem Pós-Graduação em nível de Especialização ou Mestrado; quando questionados sobre a titulação de Mestrado, 2 (8%) dos entrevistados informaram ter essa titulação.

Gráfico 2- Qualificação dos professores



Fonte: primária.

Diante do exposto, uma informação significativa é que desses professores com Pós-graduação, somente um relata ter realizado formação na área de Educação Especial. Observa-se que os cursos de pós-graduação têm como foco, o público-alvo da educação especial, mas nada específico ao aluno com surdez, ao invés de voltar-se para um trabalho que possibilitasse ao Surdo seu desenvolvimento pedagógico, centrava-se no estudo das deficiências de forma geral.

A formação profissional ocorre na formação inicial e continuada, a qual envolve cursos de capacitação e de pós-graduação, bem como no trabalho (em serviço). Pensar na formação do professor que atua com o aluno Surdo, é reconhecer que para além das experiências vividas em sala de aula, o docente necessitará da formação específica em Libras, para que possa tornar o conhecimento acessível ao estudante. Sabendo que “[...] a formação é como um pequeno quadro dentro de um quadro maior, isto é, insere-se na vida da pessoa, articula-se em profundidade com a sua problemática existencial” (CHENÉ, 2014, p. 122).

Nessa mesma linha de pensamento, consideramos que o professor, que possibilita uma maior interação entre o que é aprendido pelo estudante e o que é ensinado por ele, facilita as trocas e o desenvolvimento durante o processo, tornando-o mais significativo para todos os estudantes. Assim, os alunos com surdez podem se tornar parte integrante no processo vivenciado dentro da escola.

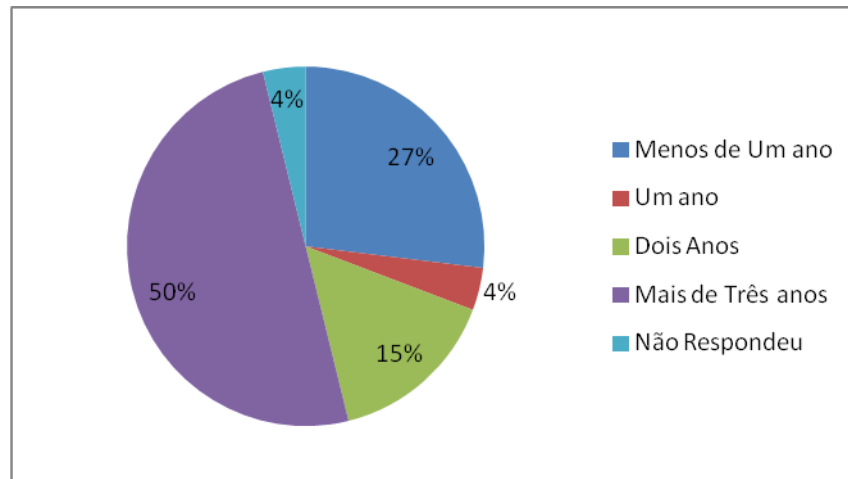
Pode-se dizer que os participantes da pesquisa são, em sua maioria, do sexo feminino 17 (65%), e estão na faixa etária entre 29 e 48 anos. Todos concluíram o

ensino superior. Com relação à pós-graduação, 18 (69%) dos docentes possui especialização, 2 (8%) com mestrado.

Os dados obtidos sobre o perfil dos docentes, juntamente com as demais respostas, após a compilação, possibilitaram maior compreensão sobre os seus relatos no processo de análise e organização das categorias dessa pesquisa.

Ainda como última característica do perfil dos docentes, constata-se que 13 participantes da pesquisa possuem mais de três anos de experiência com estudantes com deficiência auditiva e/ou surdez, conforme demonstrado no gráfico 3:

Gráfico 3 - Tempo de experiência como docente de estudante com deficiência auditiva e/ou surdez.



Fonte: primária.

A formação como processo de aprendizagem requer compreender as múltiplas relações dos diversos conhecimentos nas dimensões ideológicas, políticas, sociais, epistemológicas, filosóficas e/ou da área específica do conhecimento que se pretende aprender, bem como das experiências cotidianas que influenciam na formação. Concorda-se com Tardif (2014, p. 53), ao relacionar os saberes docentes com os saberes experienciais:

A experiência provoca, assim, um efeito de retomada crítica dos saberes adquiridos antes ou fora da prática profissional. Ela filtra e seleciona os outros saberes, permitindo assim aos professores reverem seus saberes, julgá-los e avaliá-los e, portanto, objetivar um saber formado de todos os saberes retraduzidos e submetidos ao processo de validação constituído pela prática cotidiana.

Portanto formar-se é um processo de toda a vida, enquanto seres humanos, temos a possibilidade de aprender, mediante as relações e interações que acontecem nos diversos ambientes culturais nos quais temos relações. Os docentes em exercício constroem novos conhecimentos, pensamentos e práticas, pois é a partir daquilo que já possuem e sabem é que continuarão seu desenvolvimento. A formação continuada deve incentivar a apropriação dos saberes pelos professores, rumo à autonomia, e levar a uma prática crítico-reflexiva, abrangendo a vida cotidiana da escola e os saberes derivados da experiência docente.

Fernandes enfoca a importância do professor em sua formação continuada, disponibilizar novas formas de mediação no que diz respeito a sua prática em sala de aula com “diferenças e deficiências, em um movimento que não dissocie teorias e práticas”. (2011, p.215).

Nota-se a importância da formação docente de forma específica, na prática pedagógica dos professores de ensino médio, participantes da pesquisa, pois ao relatar os conhecimentos que possuem sobre a comunicação com o aluno Surdo e a surdez, é nítida a necessidade do aprendizado da Libras (Grifo da autora):

*P-3: **A comunicação é o grande desafio**, algumas situações não são vivenciadas pela aluna.*

*P-7: **Não saber libras.***

*P-4: [...] **dificuldade de comunicação.** (grifo da autora)*

*P-6: [...] **me sinto impotente**, pois não tenho me dedicado com mais afinco (por falta de tempo e condições) na causa.*

*P-10: [...] principalmente o fato de **desconhecer totalmente a libras**, o que priva uma melhor comunicação como aluno.*

*P-2: [...] **a comunicação é o maior desafio.***

Com esses dados analisados, percebe-se que os professores que trabalham no ensino médio, e recebem em suas classes estudantes com deficiência, normalmente sentem-se despreparados para estabelecer a comunicação com os alunos, aspecto fundamental para o ensino e aprendizagem, visto que eles são usuários de uma língua sinalizada (Libras) e diferenciada. Neste caso, é necessário

um conhecimento específico da língua utilizada pelos estudantes, a Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Quando nos referimos ao estudante Surdo, ainda há muito que ser feito, para melhorar as condições de comunicação entre aluno e professor, observa-se que há uma barreira na comunicação, o direito ao acesso à comunicação é um fator destacado na legislação, que trata da educação de Surdos no Brasil.

Conforme apontam alguns autores, Damázio (2005), Segala (2009), Skliar, (2003), há lacunas existentes para uma efetiva inclusão escolar dos alunos Surdos, que estão relacionadas à falta de intérpretes, à falta de informação e desconhecimento dos professores a respeito da surdez e de como se deve proceder junto ao aluno Surdo.

Embora a legislação preveja mecanismos de acessibilidade às pessoas surdas, o que se tem alcançado é o mínimo em relação ao necessário. De acordo com Tavares e Carvalho (2010, p.3-4):

Há lei para acessibilidade que garante intérprete de Língua de Sinais/Língua Portuguesa durante as aulas, flexibilidade na correção das provas escritas, materiais de informação aos professores sobre as especificidades do aluno Surdo etc. Mas, na prática, o que se percebe, é o aluno Surdo mais excluído do que incluído nas salas de aula regulares [...]. Por outro lado, professores, em sua maioria, sem conhecimento mínimo da Libras e, algumas vezes, subsumido por uma carga horária de trabalho exaustiva, não têm tempo para buscar uma formação continuada na área.

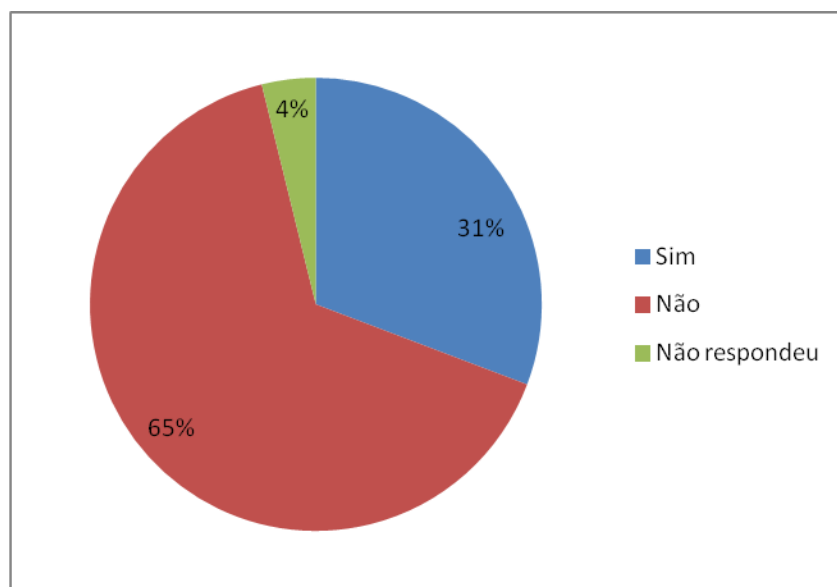
Percebe-se que a educação dos Surdos acontece de forma complexa, pois demanda ajustes linguísticos, percebe-se a necessidade modalizar pois nem todos fazem uso da Libras. Ao longo dos anos, a escolarização do aluno Surdo tem demandado estudos e pesquisas, já que a sua aprendizagem apresenta muitos desafios, entende-se que é por meio da linguagem que o ser humano se desenvolve, constrói relações com seus familiares, amigos e colegas, enfim, com seus pares, tornando-se, assim, componente de uma sociedade. Diante disso, Vygotsky (1998, p. 104) aponta que: “[...] O desenvolvimento dos conceitos, ou dos significados das palavras, pressupõe o desenvolvimento de muitas funções intelectuais: atenção deliberada, memória lógica, abstração, capacidade para comparar e diferenciar,” logo, este processo envolve aprendizagem contínua, durante todo o curso do desenvolvimento e aprendizagem.

Portanto, a formação do professor participante da pesquisa, no que concerne à sua função, deveria proporcionar condições para estimular a busca para aperfeiçoar o seu trabalho na perspectiva de mudanças significativas com referência ao estudante com surdez. Na mesma linha, Daling-Hammond (2000) viria a afirmar que a aprendizagem dos alunos “depende principalmente do que os professores sabem e do que podem fazer”.

Todos os professores participantes da pesquisa são licenciados, quando questionados sobre o recebimento, ou não, de informações sobre o trabalho com alunos Surdos, observamos que um número significativo de professores não recebeu orientações sobre a prática docente, bem como não tiveram oportunidade de fazer um curso de Libras, o que deixou uma lacuna na formação desses profissionais quanto ao desenvolvimento do trabalho com os alunos com surdez.

Os que responderam afirmativamente, 8 (31%) professores (Gráfico 4), mencionaram que os conteúdos abordados foram sobre as deficiências, ou informações gerais sobre o público alvo da educação especial, inserido na matriz curricular, conforme relata P-13: [...] *Na faculdade disciplina de inclusão*, P-26: [...] *Na faculdade / disciplina adaptada* e P-25: [...] *Na Univille- matéria da grade inclusão*.

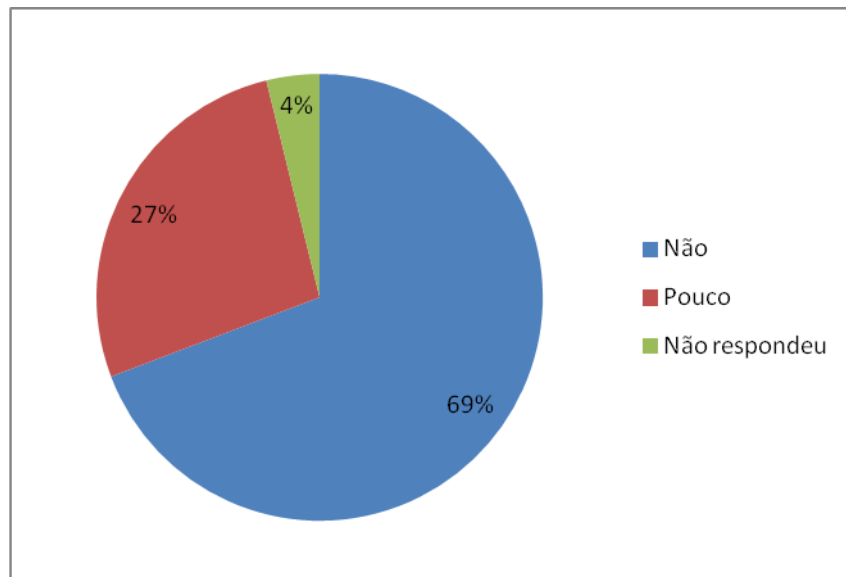
Gráfico 4 – Na sua formação inicial (graduação), você recebeu informações e orientações sobre o ensino para o estudantes com deficiência auditiva e/ou surdez?



Fonte: primária

Em relação à formação específica em Libras ou Prática Pedagógicas com alunos Surdos, nenhum dos professores afirmou possuir tais formações, porém 7 (27%) (Gráfico 5) destes professores apontaram ter algum conhecimento específico por buscarem a formação de forma individual, sem o encaminhamento da gestão escolar ou secretaria de educação. Os espaços em que buscaram a formação variam desde cursinhos, igrejas, na internet e reuniões, bem como na sala de aula, em contato com o aluno Surdo: P-6:[...] *Na escola, em reuniões e aulas (com a intérprete)*

Gráfico 5 – Você possui conhecimentos sobre surdez e ou Libras?



Fonte: primária.

Para Figueiredo (2002) trabalhar com os alunos com surdez requer mais o aprimoramento do professor no ensino e na aprendizagem para que ele seja capaz de identificar as dificuldades de seus alunos, visando eliminar as barreiras próprias de suas relações na escola, observa-se que a formação do professor é uma das condições fundamentais para o sucesso da inclusão do discente Surdo.

Ao analisar o gráfico 5 vê-se que poucos professores possuem conhecimento sobre surdez ou Libras para realização do seu trabalho com estudantes com deficiência auditiva e/ou surdez, cerca de (23%) 6 dos entrevistados, informaram ter procurado formações específicas para trabalhar com os alunos com surdez, porém, 18(69%) relatam nunca ter buscado essa formação.

Diante da escolarização do aluno Surdo é importante que o professor esteja aberto às inovações, tais como a valorização e o reconhecimento da diversidade do processo de ensino-aprendizagem, sempre buscando estar em contato com novas ideias, ampliando seus conhecimentos além da formação acadêmica, para poder acolher bem os alunos e agir de maneira competente diante das situações que surgirão na sala de aula. (FIGUEREDO, 2002).

Um dos desafios do professor é desenvolver competências e habilidades nos estudantes; na educação da pessoa com surdez não é diferente. Cada estudante é único em suas diferenças, inclusive a linguística para o aluno Surdo, cabendo ao professor evidenciar essas possibilidades, conforme as palavras de Quadros (2014, p. 39):

[...] os Surdos e os ouvintes precisam ser sensíveis e compreender o grau de dificuldade que envolve a aprendizagem, a tradução de uma língua de uma modalidade oral-auditiva (Língua Oral) para uma visual-espacial (Língua de Sinais) pode provocar bloqueios irreversíveis na interação do professor e/ou intérprete com o Surdo.

É possível observar, nas respostas dos professores que trabalham em classes que têm alunos Surdos, o quanto eles se sentem despreparados para lidar com esta diversidade. Diante do exposto, percebe-se que ainda se fazem necessários muitos investimentos na formação do professor, seja ela inicial ou continuada, com vistas à inclusão na educação, em específico o que trabalha com estudante Surdo.

Identifica-se que essas dificuldades são resultado de uma insuficiência na formação e capacitação dos docentes. Os professores precisam de constante aprimoramento de seus saberes docentes, para compreender as dificuldades desse estudante Surdo, pois conforme Libâneo (2004, p. 227), “[...] não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas”.

A barreira comunicativa tem evidenciado esse distanciamento entre os professores e os estudantes Surdos, dificultando sua interação e sua comunicação por desconhecimento da Libras, fato apontado anteriormente pelos próprios professores, com essa barreira fica difícil ao professor proporcionar ações que estimule o seu aluno Surdo a ingressar na Educação superior.

A mediação, geralmente, é realizada por uma terceira pessoa que conheça a língua de sinais, tornando indispensável à presença de um profissional intérprete durante as aulas, para servir de ponte entre a mediação e a comunicação, para favorecer o desenvolvimento da aprendizagem desse aluno e não apenas uma inclusão física, a presença do intérprete de Libras na sala de aula visa uma melhor comunicação do aluno Surdo com os demais, e se constitui em um trabalho colaborativo entre ele e o professor, promovendo uma interação significativa. Sobre a atuação do intérprete, Lacerda (2014, p.207) diz que este profissional:

[...] Muitas vezes, acaba colaborando com o professor na sugestão de atividades, indicando os momentos de sala de aula que foram mais complicados para trabalhar, além de levar informações e observações para o professor, auxiliando a uma visão ampla sobre a surdez e os modos de abordar diversos temas.

As respostas dadas pelos professores participantes da pesquisa quanto à atuação dos intérpretes são de suma importância no contexto escolar, como nos dizem: *P-15: Em algumas situações o **intérprete é fundamental**, P-1: **É necessário o auxílio do intérprete*** (grifo da autora). O intérprete participa das atividades, procurando dar acesso aos conhecimentos e isso se faz com tradução, mas também com sugestões, exemplos e muitas outras formas de interação inerentes ao contato cotidiano com o aluno Surdo em sala de aula.

Todavia, se este papel não estiver claro para os próprios professores, e alunos Surdos, o trabalho torna-se improdutivo, pois se desenvolve de forma insegura, com desconfiança, desconforto e superposições, sua presença em sala de aula tem como objetivo tornar os conteúdos acadêmicos acessíveis ao aluno Surdo.

No próximo subcapítulo vamos refletir sobre a atuação do intérprete educacional um profissional por muitos desconhecido nas escolas, mas com um delineamento mais adequado, respeitando os (direitos e deveres do intérprete, os limites da interpretação, e a clara compressão da sua função como intérprete e da função do professor em sala) proporcionará um melhor aproveitamento deste profissional no espaço escolar.

4.2 TRABALHO E FORMAÇÃO DOS INTÉRPRETES NA CONSTRUÇÃO DA PERSPECTIVA DO ESTUDANTE SURDO EM INGRESSAR NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Dando continuidade as discussões, passaremos a apresentar o perfil dos profissionais intérpretes. Mas quem é esse profissional?

Professor ouvinte, com fluência em Libras, que possa ser comprovada por proficiência, que disponha de capacitação em tradução e interpretação de Libras/português/Libras, sua função é interpretar as atividades escolares, em turmas mistas, ou seja, alunos ouvintes e Surdos, do ensino fundamental ao superior.

Nessa categoria, serão abordados aspectos da formação inicial e continuada dos intérpretes educacionais¹⁶, no que se refere ao trabalho dos intérpretes na construção do desejo do estudante Surdo em ingressar na educação superior, como se dá essa escolarização. Buscou-se uma interpretação dos dados coletados por meio das respostas dos participantes. Referente à formação acadêmica dos intérpretes, temos: No total de 4 (100%) intérpretes, 2(50%) já concluíram a graduação em pedagogia, os outros 2(50%) ainda estão cursando. Sendo que os intérpretes com graduação em pedagogia já ingressaram na especialização, um em Educação Bilíngue Libras- português e o outro em Libras Tradução e Interpretação.

Nota-se que há necessidade de investimento na formação desse profissional, ou seja, uma formação continuada em serviço, pois a necessidade de constante aprimoramento linguístico (atualização/ aquisição de novos sinais e termos referentes a Libras), formação na área de Estudos de Tradução, bem como encontros entre os intérpretes para troca de experiências, informações e estratégias que possam favorecer uma reflexão sobre sua atuação e interpretação no ambiente escolar, e também estimular o companheirismo entre esses profissionais. Todos os intérpretes que atuam na rede estadual são contratados, por ser uma função¹⁷ relativamente nova no estado de Santa Catarina. Por não haver ainda concurso para

¹⁶ "Intérprete educacional" - Essa nomenclatura apenas situa o espaço de atuação desse profissional, podendo ser também chamado de intérprete jurídico, medicinal, entre outros, mas ele continua tendo a função de intérprete (FCEE,2013. p.26).

¹⁷ A profissão de Tradutor e Intérprete de LIBRAS foi reconhecida no dia 1º de setembro de 2010, pela Lei nº 12.319. O recente ato vem suscitando novas discussões acerca dos parâmetros para o exercício de tal função, como a formação, atuação, sindicalização e valorização dessa atividade (BRASIL, 2010).

esse cargo, justifica-se o número elevado de contratados na Rede Estadual de Santa Catarina.

Segundo o Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SIGGESC), há 198 Intérpretes da Libras atuando nas escolas. A contratação desse profissional, na rede estadual de ensino em Joinville (SC), dar-se-á por processo seletivo em Caráter Temporário (ACT) para atuação na educação básica: nos níveis de Ensino Fundamental e Ensino Médio, esse processo é bianual (SIGGESC JUNHO/2018).

A figura do profissional tradutor e intérprete de Libras está ganhando mais espaço no cenário educacional brasileiro, principalmente depois da Lei nº 10.436 de 24 de Abril de 2002 e do Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005, que regularizou a Língua Brasileira de Sinais, impulsionando assim as políticas de inclusão de Surdos e o uso e difusão da Libras em todas as esferas sociais, no âmbito da educação em todos os níveis e modalidades de ensino.

Existem ainda muitos desafios para o sujeito intérprete e o sujeito Surdo, que são as barreiras encontradas nos discursos a serem interpretados.

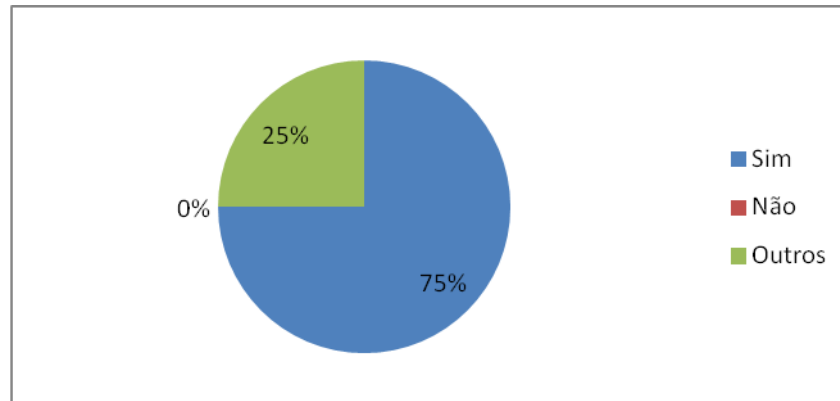
Segundo Quadros (2004 p. 27, 28), o:

Intérprete de Língua de Sinais é o profissional que domina a língua de sinais e a língua falada do país e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete [...] precisa ter qualificação específica para atuar como tal. Isso significa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação.

A inclusão é por muitas vezes uma “inclusão perversa” e pouco responsável com o aprendizado. Assim, discutir sobre inclusão significa ir além do ingresso de alunos Surdos na escola, mas sim estar atento para promover movimentos pedagógico-curriculares, que possam envolver todos os alunos na escola não como uma massa homogênea, mas como possuidores de histórias próprias, percepções particulares, enfim com peculiaridades que os fazem únicos.

A formação do intérprete é essencial para o desenvolvimento do aluno com surdez, pois a ausência deste profissional capacitado nas escolas causa uma defasagem na base escolar do aluno, tornando-o frágil, inseguro e com uma base escolar deficitária, como observa-se no gráfico 6 a seguir:

Gráfico 6 – Durante a interpretação dos conteúdos você percebe que há a compreensão por parte o aluno com deficiência auditiva e/ou surdez



Fonte: primária.

A presença de um intérprete de língua de sinais em sala de aula pode minimizar alguns aspectos deste problema, em geral, favorecendo uma melhor aprendizagem dos conteúdos acadêmicos pelo aluno Surdo, que teria ao menos acesso (se conhecesse a língua de sinais, ou pudesse adquiri-la) aos conteúdos trabalhados. Ao analisar o gráfico 6 percebe-se que para 75% dos intérpretes, os alunos tem a compreensão da Libras, mas quando os mesmos são questionados sobre a autonomia na realização das atividades pelos alunos Surdos estes relatam o seguinte: I-1: [...] *Esse aluno está em fase de letramento é oralizado e **usa sinais caseiros***; I- 2: *A aluna não entende quando é **interpretado conteúdos técnicos, pois possui falta de base escolar***; I-4: *interpreto para um casal, uma menina que compreende e domina Libras e um menino que **não tem Libras e nem português***. (grifo da autora).

Através das falas dos intérpretes observa-se uma predominância quanto ao desconhecimento da Libras e uma fragilidade no domínio do conteúdo escolar, deixando bem claro que alguns deles não possui domínio nem em Libras tampouco estão alfabetizados em português; observa-se essa informação quando o intérprete 2 nos relata: I-2: *Na maioria das disciplinas é necessário trabalhar dentro das dificuldades da aluna*, nos revelando que esse discente do ensino médio não tem formação acadêmica necessária para almejar a educação superior, pois o mesmo chega à escola sem o domínio da Libras. Entende-se que isso é um problema social que deve ser resolvido com o ensino da Língua de sinais desde a tenra infância. Quando isso não ocorre a criança chega na escola sem domínio de qualquer língua,

e infelizmente esse aluno Surdo continua inserido em um ambiente pensado e organizado para alunos ouvintes, esquecendo que o estudante Surdo tem o direito a uma escolarização de forma bilíngue, pois subentende-se que vai ao encontro com as práticas pedagógicas adequadas diminuindo assim, as dificuldades vivenciadas pelos alunos Surdos na escola, segundo Fernandes, 2011, p.104.

[...] O direito a ser diferente, sem diminuir a categoria bilíngue dos Surdos, estabelece ao sistema educacional o desafio de transformações em suas estruturas e práticas na maioria das vezes habituadas às necessidades da maioria, que tem no português a língua oficial e materna.

Retomando Skliar (2012), destacamos uma questão importante quanto ao bilinguismo. Segundo o autor ainda observa-se o fracasso escolar do Surdo, mesmo com o reconhecimento da língua de sinais, pois o mesmo questiona que os projetos políticos, os direitos linguísticos e o processo de reorganização das unidades escolares que ainda não conseguem se aproximar da visão que são apresentados pelos estudos culturais, onde trata-se a da questão da surdez no âmbito da visão sócio-antropológica e cultural¹⁸.

Em relação ao estudante Surdo do ensino médio lembra-se que o intérprete não substitui a figura do professor em relação à função de mediação do processo de ensino aprendizagem, pois sua atuação será a de mais um elemento na interação entre professor/ aluno e vice-versa, e com os demais envolvidos em sala de aula e em outras relações sociais, sua função no ambiente escolar não é pedagógica, pois não preparam aulas, não dão nota aos alunos Surdos nem aos demais, mas cabe ressaltar aqui que há estudos sobre o intérprete educacional onde demonstram responsabilidade pedagógica desse profissional.

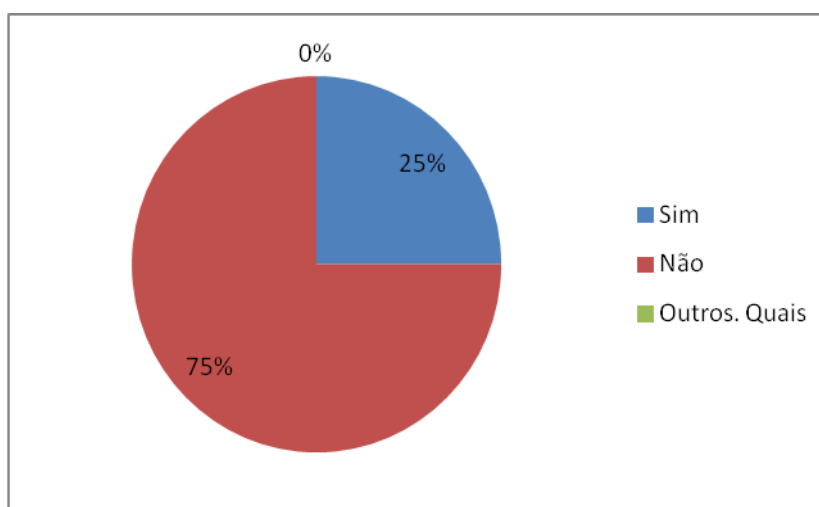
Cabe lembrar que a diferenciação de papéis de cada profissional, envolvido no processo de ensino aprendizagem desse discente Surdo é importante no aspecto relacional quanto educacional, portanto o objetivo último do trabalho escolar é a aprendizagem do aluno Surdo e seu desenvolvimento em conteúdos acadêmicos, de língua e sociais, dentre outros para promover seu avanço escolar, lembrando que “a inclusão do aluno com surdez deve acontecer desde a educação infantil até a

¹⁸A visão sócio-antropológica da surdez, que tem em SKLIAR (1992, 1997, 1998, 1999) o seu principal difusor, apresenta uma ideologia diferente da visão clínica, pois aborda o paradigma social, cultural e antropológico da surdez e aprofunda os conceitos de Bilíngue e Bicultural.

educação superior, garantindo-lhe, desde cedo, utilizar os recursos de que necessita para superar as barreiras no processo educacional usufruindo seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os princípios constitucionais do nosso país” (BRASIL, 2007, p. 14).

Na sequência questionamos os intérpretes sobre se eles percebem algum incentivo ao estudante com deficiência auditiva e/ou surdez por professores, gestores e colegas que o estimulem para o seu ingresso na educação superior, visando dar continuidade na sua escolarização, observa-se conforme o gráfico 7, não percebe esse incentivo, somente um intérprete fez um comentário sobre as falas de incentivo dos professores, *1-4: Professores reforçam a importância dos estudos e pesquisas*, dando a entender que, nesta fala o professor referia-se ao aluno ingressar na Educação Superior para torna-se um pesquisador.

Gráfico 7 - Há algum incentivo ao estudante com deficiência auditiva e/ou surdez por professores, gestores e colegas que o estimulem para seu ingresso na educação superior.



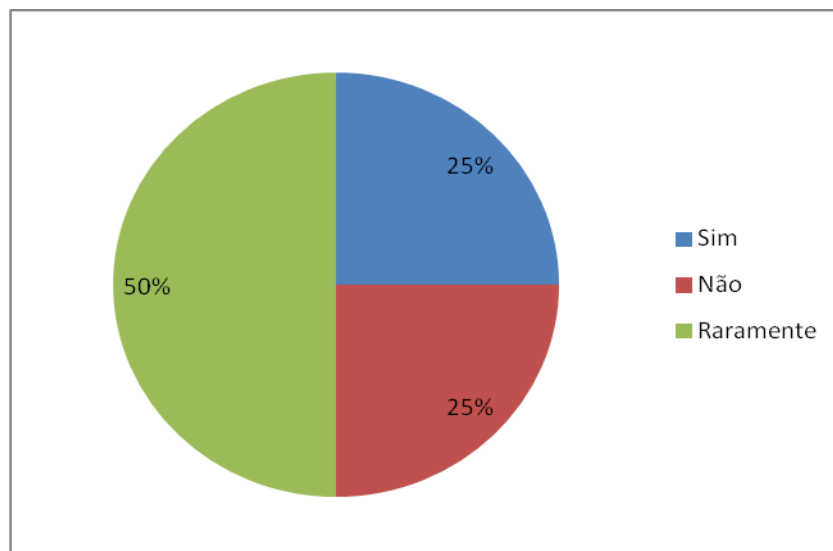
Fonte: primária.

Neste sentido, o papel da escola como espaço do saber, inclui-se: informar, problematizar, debater os diferentes questionamentos sociais e preconceitos; contribuir para eliminar a seletividade social; agir rumo à transformação da sociedade, ou pelo menos, instrumentalizar o Surdo para competir em iguais condições com os ouvintes.

Na sequência, quando questionados sobre acreditarem que este estudante tem possibilidades de ingressar com êxito na Educação Superior, fazendo relação aos Surdos matriculados no Ensino Médio, participantes desta pesquisa, observa-se

no gráfico 8 que quatro (50%) relatam que raramente esse estudante irá acessar a educação superior, mesmo com acompanhamento de um profissional intérprete de Libras, eles apresentam limitações, não tendo condições para dar continuidade dos estudos em nível superior. Os intérpretes consideraram que sua forma de comunicação precisa ser considerada e garantida, tanto nas escolas de Ensino Médio da Rede Estadual, quanto nas Instituições Universitárias proporcionando ações, e investimentos nesta área, para que a presença do Surdo na educação superior se efetive, mesmo que em longo prazo.

Gráfico 8 – Você acredita que este estudante tem possibilidades de ingressar com êxito na Educação Superior.



Fonte: primária.

A educação ofertada aos Surdos em nosso contexto educacional tem como concepção o ensino de uma única língua, ou seja, da Língua Portuguesa, a partir do ensino da sua gramática. Já a Libras, infelizmente, é pouco valorizada nas escolas e em nossa sociedade, desfavorecendo o Surdo em seu desenvolvimento social e desempenho acadêmico. Atrelado a isso, a falta de conhecimento e domínio de sua língua dificulta a interação nos mais variados contextos sociais (SKLIAR, 2013).

No decorrer do instrumento quando os intérpretes foram questionados sobre quais serão os desafios que o estudante com surdez encontrará para seu ingresso na Educação Superior, a condição linguística do aluno Surdo é retomada como nos diz o I-4: *O menino Surdo **terá muitos desafios de comunicação**, I-2: Falta de*

base escolar a aluna não é alfabetizada (grifo da autora), não possui domínio nem da língua portuguesa, na modalidade escrita, quanto da Libras.

O intérprete 1 reforça que os professores necessitam de formação específica sobre a condição linguística do aluno Surdo, observamos o que nos dizem: *I-10s professores precisam entender a condição linguística do aluno* (grifo da autora), *não esquecer que há um aluno Surdo na sala*, quando questionado sobre os desafios encontrados pelo aluno com surdez na Educação Superior o intérprete 3 observa também que as instituições não estão adaptadas para recebê-los: *I-3: Falta de profissionais intérpretes para atendê-los, falta de conhecimento linguístico por parte de professores, diretores entre outros envolvidos neste ambiente não adaptado* (grifo da autora).

Harrison & Nakasato (2004, p.72) nos alertam sobre a necessidade de haver mais estudos por parte das instituições, professores, intérpretes e outros profissionais, a inclusão do discente Surdo na Educação Superior, assim como a realização de discussões sobre as implicações da inclusão do estudante com surdez:

A universidade como um dos centros privilegiados de saber, deveria estar atenta às questões da diversidade e à necessidade de se tornar as diferentes práticas sociais como fundamentais para o processo de construção de novas práticas educacionais.

É importante lembrar que os docentes e as instituições de Educação Superior devem ser preparados para receber o aluno com surdez, tendo formação de qualidade, conhecimentos especializados e uma mudança de visão quanto à aceitação das diferenças, “sendo esse incluir entendido como a presença e participação plena de cada um conforme suas características” (THOMA, 2006, p.16).

Reafirmando aqui a importância da presença do intérprete educacional, que deve estar inserido no processo de integração no meio institucional, destacamos o seguinte trecho do Art. 23, do Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (p. 8):

As instituições federais de ensino, de educação básica e superior, devem proporcionar aos alunos Surdos os serviços de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa em sala de aula e em outros espaços educacionais, bem como equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação.

Por certo que o ingresso do estudante com surdez na Educação Superior tem se mostrado como um desafio, no próximo subcapítulo vamos discutir a perspectiva de ingresso na Educação Superior do estudante Surdo do ensino médio da Rede Estadual de Joinville, e como ele percebe esses desafios e possibilidades para esse ingresso.

4.3 A PERSPECTIVA DE INGRESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO ESTUDANTE SURDO DO ENSINO MÉDIO DA REDE ESTADUAL DE JOINVILLE – SC: DESAFIOS E POSSIBILIDADES ENCONTRADAS

Finalizando as categorias de análise refletiremos sobre a educação dos Surdos, que ainda acontece de maneira complexa, pois demanda ajustes linguísticos, já que a maioria não faz uso da língua oral, é importante modalizar, pois nem todos sabem Libras. Ao longo dos anos, a escolarização desses alunos tem demandado estudos, já que os processos de ensino/ aprendizagem apresenta muitos desafios. Os resultados a seguir se referem à análise das sete entrevistas realizadas em Libras com alunos Surdos do Ensino Médio da Rede Estadual de Joinville - SC, identificando e descrevendo os desafios, barreiras e as possibilidades reconhecidas por eles para o seu acesso na Educação Superior.

Para dar início, apresentamos a caracterização dos sujeitos participantes da pesquisa, com uma síntese das informações coletadas nas entrevistas, usamos somente a letra “S” para identificar os participantes da pesquisa, garantindo o sigilo e anonimato dos alunos, bem como das instituições a que eles se referem.

Dos sete alunos participantes, quatro são do sexo feminino e três do sexo masculino. A idade média dos participantes é de 18 anos, dois matriculados no 2º ano, e os demais cinco, no 1º ano, sendo que somente um dos participantes da pesquisa está trabalhando no momento. Todos os participantes relatam a presença do intérprete e do professor bilíngue¹⁹ em sala de aula, e mencionaram receber seu apoio para a continuidade dos estudos.

¹⁹ O professor bilíngue acompanha o aluno que ainda não possui um desenvolvimento linguístico com possibilidade de acompanhar os conteúdos na sua língua materna (Libras); o professor bilíngue é quem realiza o acompanhamento desse aluno dando a ele todo o suporte linguístico tanto na Libras quanto na língua portuguesa.

Na análise dos relatos dos estudantes a totalidade se comunica pela Libras, uns com mais fluência, outros menos. Libras esta que é considerada pela linguística como uma língua natural e legítima, atendendo a todos os critérios de uma língua genuína (QUADROS; KARNOPP, 2004).

Nos depoimentos dos alunos participantes, destacamos que os entrevistados ao longo de sua trajetória escolar frequentaram o ensino comum, o ensino bilíngue e o AEE (Atendimento Educacional Especializado), nos diferentes níveis de ensino²⁰. Para uma compreensão maior sobre a escolarização dos entrevistados, a pesquisadora solicitou que falassem como foi a sua escolarização desde a educação infantil até o momento. Ficou evidente nas suas falas o que discutimos até o momento nesta análise: a fragilidade que há no processo de ensino-aprendizagem destes estudantes, constituindo-se como barreira de comunicação a falta de formação específica para os professores que atuam com o estudante Surdo, bem como um número insuficiente de intérpretes para suprir a demanda. Os depoimentos dos alunos Surdos evidenciam o seguinte:

S-2: [...] Comecei no CEI (Centro de Educação Infantil); depois fui estudar na escola Rui Barbosa, lá tinha intérprete, [...] depois fechou e mudei de escola; fui para município; não tinha intérprete no 4º ano; quando fechou o Rui Barbosa eu fiquei sem intérprete no município; fiquei esperando a intérprete...(pensando) meio do ano, a intérprete veio; depois até o 8º ano tinha intérprete; no 9º ano fiquei sozinha; muito difícil.

S-7 Relata: [...] as pessoas me ajudam quando eu não sei, e as atividades não são adaptadas para mim, às vezes a disciplina tem palavras ou textos grandes muito difícil que não conseguimos entender e fazer a interpretação. (grifo da autora)

S-7 continua e nos demonstra a falta de formação continuada dos professores, que tentam transmitir o conteúdo para os alunos Surdos: [...] **A**

²⁰ De acordo com a LDB (Lei nº 9.394/96), a educação escolar está organizada em educação básica e educação superior. I - A educação básica compreende os níveis: Educação Infantil (crianças de 0 a 6 anos); Ensino Fundamental (duração mínima de 8 anos); Ensino Médio (duração mínima de 3 anos, ou 2.400 horas de trabalho escolar); II – Ensino Superior que se concretiza através do ensino, da pesquisa e da extensão.

professora de física, ela faz certa adaptação para eu entender, ela retira os dados do texto e me dá a fórmula, eu coloco na fórmula e consigo fazer a atividade, em outras disciplinas, eu não consigo, o professor não consegue adaptar e então é mais difícil fazer as atividades.

Para S-6 *Existe pouca relação com os professores; a comunicação é bem difícil, poucos sabem libras; o que tem é uma expressão facial, só uma tentativa de comunicação.* (grifo da autora)

Conforme demonstrado no estudo de Lopes (2010), a comunicação favorecida pela utilização da mesma língua (Libras) proporciona o desenvolvimento da linguagem e de sua subjetividade enquanto Surdo. Conforme a proposta de educação inclusiva, o aluno com surdez tem direito ao intérprete de Libras, a uma educação bilíngue, a usar sua língua materna como forma de comunicação. De acordo com a perspectiva da educação inclusiva, que visa valorizar a diversidade através de ações que acolham os alunos em suas especificidades, promovendo modificações nas práticas e ambientes escolares, a fim de eliminar as barreiras que dificultam ou impeçam o acesso ao conhecimento, no caso do estudante com surdez faz-se necessária à acessibilidade linguística, para que este tenha sucesso na escolarização. Conforme Moura (2016, p.70):

Compreendendo a linguagem como atividade constitutiva do sujeito, Lacerda e Lodi (2014b) consideram-na papel central no processo de interação e construção cultural, o que faz da Libras, para o Surdo, ponto de referência e significação do mundo. É por meio dela que o Surdo se comunica, se expressa, se define enquanto sujeito Surdo com suas particularidades, interpreta e dá sentido ao seu conhecimento e relações.

Não tendo uma educação que atenda suas especificidades linguísticas, numa escola que trata a aprendizagem da língua desvinculada do uso social, centrando-se apenas nas funções gramaticais, não oportunizando ao estudante com surdez o seu pleno desenvolvimento, são assim desvirtuadas as questões que envolvem o uso da língua, que não são apenas questões linguísticas, mas também questões políticas, históricas e culturais.

Percebe-se durante as análises que os estudantes Surdos entrevistados também apresentam esse déficit linguístico, pois em suas falas deixam claro a dificuldade de compreensão da língua portuguesa, que deveria ser ensinada com metodologia de L2 para os Surdos, como podemos perceber nas falas:

S-5: [...] o português o mais difícil de entender.

S-7: [...] Acho que é difícil os textos da língua portuguesa.

Dessa forma, observa-se que as pessoas com surdez estão frequentando as escolas regulares, mas esse fato acarreta um grande desafio devido às lacunas existentes nas políticas públicas e na organização de uma educação inclusiva de qualidade. Moreira (2004) alerta que isso leva a uma formação de baixa qualidade dos alunos com surdez ao longo de toda a sua escolaridade até a Educação Superior, gerando grandes conflitos e tensões para esse alunado.

Para que esse aluno tenha perspectiva de ingressar na Educação Superior, ele necessita de incentivos e orientação da escola, ou seja, de professores e equipe pedagógica; espera-se que essa equipe promova ações que incentivem e orientem os alunos sobre as possibilidades de acesso à Educação Superior. Os participantes desta pesquisa estão inseridos neste contexto, e dos sete entrevistados que estão no Ensino Médio da Rede Estadual de Joinville - SC, quatro relataram que não tiveram nenhuma orientação sobre o acesso ou funcionamento da Educação Superior. Quando questionados sobre se há incentivo por parte dos professores, retornam as mesmas falas, deixando perceptível mais uma vez as barreiras linguísticas:

S-2: *Não há nenhuma orientação de ninguém;*

S-1: *Não há comunicação não tem incentivo;*

S-5: *Não nunca aconteceu;*

S-6: *Não acontece isso, nunca falaram sobre isso;*

Nota-se a falta de disposição da escola em incentivar o acesso do Surdo à Educação Superior. Se as informações relevantes a essa questão chegam até os alunos ouvintes, por que não chegam até os alunos Surdos? O potencial deste aluno como universitário será que é considerado pelo sistema de ensino? Ou, os Surdos só podem ir até o Ensino Médio, visto que as discussões sobre seu acesso à Educação Superior não é promovida no ambiente escolar, nem tampouco entre eles e seus familiares, como podemos observar a seguir:

S-1: *Não tem incentivo, não tem comunicação com a família; a mãe sabe bem pouco libras, então eu falo para mãe que quero fazer faculdade, mas a mãe não entende;*

S-2: *[...] não tenho apoio da família, minha família não sabe libras;*

S-6: *Não há essa cobrança, nem incentivo por parte da família;*

Observa-se que não há incentivo por parte das famílias pela falta de comunicação; assim, dos sete entrevistados, somente dois citam o apoio e incentivo da família. Muitos desses jovens Surdos chegam até a escola sem possuir língua, pois a maioria deles são proveniente de famílias ouvintes, tendo contato somente com a língua oral dentro de casa e nos ambientes em que convive com seus familiares. O ideal seria que esse aluno chegasse na escola pelo menos com o básico da Libras adquirida. Mas infelizmente não é isso que acontece, e em muitos casos, cabe à escola ensinar a língua de sinais aos alunos, quando sua real função seria proporcionar o acesso para a aquisição, e não o ensino dela.

Percebe-se que os jovens Surdos necessitam de uma língua que os inclua nas relações em que são expostos, podendo opinar e compreender as experiências que vivem diariamente, e não apenas serem obrigados a aprender e repetir certo número restrito de palavras, que são pensadas e escolhidas por ouvintes (professores, intérpretes...), que na verdade para ele não faz nenhum sentido, e não englobam as situações e também as relações ocorridas em seu entorno, seja na escola ou no ambiente familiar.

Dos sete participantes da pesquisa, três declararam intenção em ingressar na Educação Superior. Quatro não demonstraram interesse por motivos diferentes.

S-2 relata: *Quero muito ir para a faculdade; quero fazer o Enem, vou fazer o Enem, quero fazer a prova, quero fazer a faculdade sim.*

S-4: *Sim eu quero fazer faculdade.*

Já o próximo participante, apesar do sim, demonstra uma certa dúvida, e nos relata que tem vontade de vir para a faculdade, mas está pensando em fazer um curso antes:

S-3: *Sim, acho que sim; [...] eu quero fazer curso de mecânico para aprender mecânica.*

Para os entrevistados que não têm interesse em ingressar na Educação Superior, os motivos são diversos, como, por exemplo, não conseguir passar no vestibular, entre outros.

S-5: *É bem complicado as provas (vestibular) acho que é bem difícil não vou conseguir passar;*

S-6: *Não quero acho muito difícil (português), não tenho vontade;*

Outra justificativa dada pelos Surdos para a falta de interesse na Educação Superior é pelo fato de não considerarem haver intérpretes nas faculdades:

S-1: *Acho muito difícil. Terá intérprete? Não sabe se vai ter ou não.*

S-2: *Eu acho que vai ser difícil sim, porque acho difícil, eu acho que não tem intérprete, por isso que vai ser muito difícil, **ter intérprete é muito importante** (grifo da autora).*

Outros preferem trabalhar ao invés de ir para a faculdade, dessa forma, não têm a Educação Superior como prioridade.

S-6: *Só quero trabalhar, esse é meu pensamento; eu vou escolher o que for melhor. Só terminar o ensino médio e acabou.*

Refletindo sobre a importância da presença do intérprete em sala de aula, conforme mencionado pelos entrevistados, surge uma questão: será que a existência do profissional intérprete por si só garantiria a presença do Surdo na Educação Superior?

Em seus estudos, Moura (2016, p. 82) menciona Bisol, Valentini, Simioni e Zanchin (2010), com a pesquisa “Estudantes Surdos no Ensino Superior: Reflexões sobre a inclusão”, na qual afirmam que:

Mesmo com o acompanhamento do intérprete de Libras, o ambiente universitário é regido por normas do mundo ouvinte e, por isso, exige grande esforço de adaptação para o Surdo. Entre elas, está a diferença linguística e sensorial, importante no estabelecimento das relações sociais.

O mundo das universidades é amplo, e as faculdades têm aumentado nitidamente nos últimos anos, porém, os participantes dessa pesquisa demonstram ter pouco contato com esse contexto universitário. Dos sete participantes, todos declaram não conhecer como é o funcionamento de uma faculdade, somente conhecem pelo nome as mais antigas da cidade. Um tem conhecimento de escolas técnicas de cursos profissionalizantes; inclusive aparece na sua fala o sonho de fazer um curso técnico:

S-3: Eu tenho um sonho, fazer curso de elétrica, mecânica automobilística ou mecânica industrial;

Mesmo sem o conhecimento sobre a Educação Superior, todos os entrevistados têm a certeza que fazer um curso superior é, sim, uma ascensão profissional, que traria melhorias no salário e um bom emprego. É importante ressaltar que a relevância é para os bens materiais, não para o acadêmico.

Mesmo reconhecendo a importância e a possibilidade de um futuro melhor, os participantes da pesquisa acabam por nos apontar caminhos alternativos, como curso técnico buscando uma profissionalização para atuar no mercado do trabalho, considerando-os ser mais acessível para o Surdo; diante dos desafios a serem enfrentados, as perspectivas de ingressar na Educação Superior vão sendo perdidas durante sua escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS²¹

Neste momento, iniciam-se as considerações que resultam em responder o objetivo geral desta pesquisa: compreender o processo de escolarização do estudante Surdo do ensino médio da Rede Estadual de Joinville (SC) e sua percepção para ingressar na Educação Superior. Para a estruturação do trabalho duas questões norteadoras foram elaboradas: *Quais perspectivas tem o aluno com surdez, matriculado no ensino médio da Rede Estadual da cidade de Joinville, para ingressar na Educação Superior? E Quais ações os professores do ensino médio proporcionam ao aluno Surdo durante o seu processo de escolarização visando estimulá-lo a ingressar na Educação Superior?* A partir do objetivo geral e das questões norteadoras desta pesquisa, os seguintes objetivos específicos foram elaborados: *Traçar as contribuições do processo de escolarização e desenvolvimento do estudante Surdo; Identificar como o estudante Surdo, que frequenta o ensino médio, percebe a possibilidade de ingresso na Educação Superior; Investigar o que dizem professores, intérpretes na construção do desejo do estudante Surdo em ingressar na Educação Superior; Conhecer os desafios encontrados pelo estudante Surdo na educação básica diante da possibilidade de ingressar na Educação Superior.*

Diante dos objetivos e das perguntas relacionadas a essa pesquisa, foram encontrados resultados pertinentes à educação da pessoa com surdez, que foi a temática de investigação.

Iniciei as buscas pelo balanço de produções, observando que muitas pesquisas estão sendo realizadas com a temática sobre o estudante com surdez. A ciência brasileira vem trilhando um caminho promissor nas pesquisas sobre a pessoa com surdez, sendo que estão presentes em diversas pesquisas envolvendo pessoas com deficiência. Porém, os trabalhos que fazem relação com o estudante Surdo no Ensino Médio que é o foco da pesquisa, ainda encontra-se em pouca quantidade. Diante do número de trabalhos encontrados, incitaram-se reflexões, discussões e problematizações acerca das perspectivas, possibilidades e desafios

²¹ Para a escrita das considerações finais, adotou-se o tempo verbal em primeira pessoa, por se tratar de análises da pesquisadora, bem como repercussões da pesquisa na sua formação pessoal e acadêmica.

no que tange ao ingresso do estudante Surdo na Educação Superior, possibilitando, inclusive, formular questionamentos para trabalhos futuros.

Diante das produções encontradas, compreendi como a inclusão de estudantes com surdez na Educação superior ainda é um grande desafio do trabalho docente. Neste caso a questão da língua para os professores ainda é uma barreira na comunicação. A não acessibilidade linguística para o estudante Surdo torna visível a falha das políticas públicas sobre inclusão.

Para participar dessa pesquisa foram selecionados professores, intérpretes e alunos Surdos, da Rede Estadual de Ensino de Joinville (SC), no que se refere ao profissional intérprete, adotamos o seguinte critério: ser intérprete de Libras, contratado ou efetivo, da Rede Estadual de Joinville (SC) no ano de 2017, como esses alunos com surdez estavam matriculados em quatro escolas diferentes tivemos como participantes, quatro intérpretes que atuam com esses estudantes.

Quanto aos estudantes com surdez estes deveriam estar matriculado e frequentando o ensino médio da Rede Estadual de Joinville (SC) no ano de 2017, e ter um laudo indicando algum grau de surdez, já os critérios para os docentes convidados a participar deste estudo deveriam, ser professor efetivo ou contratado lecionar ou ter lecionado para estudantes Surdos no ano de 2017, totalizando trinta e seis docentes, que ministram disciplinas no 1º e 2º ano do ensino médio. Vale destacar que os professores e intérpretes participaram da pesquisa respondendo um questionário com perguntas semiestruturadas, já os estudantes com surdez participaram de uma entrevista.

Durante o processo de análise do conteúdo das entrevistas e questionários, busquei pelo sentidos(s) implícitos ou explícitos nos textos que se dá a partir de indícios como recorrência, complementaridade e contradição que, conforme forem observados, poderão constituir indicadores que poderão fundamentar o processo de criação de categorias. Dentro dessa perspectiva, a análise de conteúdo mostra-se como um método que valoriza a comunicação humana. Para uma melhor compreensão das questões norteadoras da pesquisa três categorias foram organizadas.

A primeira categoria é, *Que ações os professores do ensino médio proporcionam ao aluno Surdo durante o seu processo de escolarização visando estimulá-lo a ingressar na educação superior.*

Os docentes participantes da pesquisa, no aspecto do que tangem à formação acadêmica, todos concluíram o ensino superior, sendo que 100% dos entrevistados são licenciados, dos 26 professores participantes desta pesquisa, 16 professores (69%) possuem Especialização, 8 (31%) dos entrevistados não possuem Pós-Graduação em nível de Especialização ou Mestrado; quando questionados sobre a titulação de Mestrado, 2 (8%) dos entrevistados informaram ter essa titulação. De acordo com as informações fornecidas pelos professores, a formação em nível de especialização visa o público-alvo da educação especial, mas nada específico ao aluno com surdez, como por exemplo o aprendizado da Libras.

Para refletir sobre as ações que os professores do Ensino Médio participantes dessa pesquisa promovem aos estudantes Surdos para estimular seu ingresso na Educação Superior, notou-se que necessita de uma formação continuada de forma específica em Libras, pois ao relatar os conhecimentos que possuem sobre a comunicação com o aluno Surdo e a surdez, é nítida a necessidade do aprendizado da Libras, para estabelecer a comunicação com seu aluno, como podemos observar a seguir nas falas dos professores, *P-3: **A comunicação é o grande desafio, algumas situações não são vivenciadas pela aluna. P-7: Não saber libras. P-4: [...] dificuldade de comunicação.** (grifo da autora)*. Nota-se a importância da formação docente de forma específica, na prática pedagógica dos professores de ensino médio, participantes da pesquisa.

Os professores precisam de constante aprimoramento de seus saberes docentes, para compreender as dificuldades desse estudante Surdo, pois conforme Libâneo (2004, p. 227), “[...] não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas”.

Com a segunda categoria buscou-se saber se, *Neste processo o estudante com surdez encontra incentivo e/ou apoio dos professores, dos intérpretes e de seus pares?* Percebe-se que não há incentivos e/ou orientação da escola, ou seja, de professores e equipe pedagógica; o que se espera é que essa equipe promova ações que incentivem e orientem os alunos sobre as possibilidades de acesso à Educação Superior. Os participantes desta pesquisa estão inseridos neste contexto, e dos sete entrevistados que estão no Ensino Médio da Rede Estadual de Joinville -

SC, quatro relataram que não tiveram nenhuma orientação sobre o acesso ou funcionamento da Educação Superior.

Quando questionados sobre se há incentivo por parte dos professores, retornam as mesmas falas, deixando perceptível mais uma vez as barreiras linguísticas: S-2: *Não há nenhuma orientação de ninguém*; S-1: *Não há comunicação não tem incentivo*; S-6: *Não acontece isso, nunca falaram sobre isso*;

Conforme apontam alguns autores, como Damázio (2005), Segala (2009) e Skliar, (2003), há lacunas existentes para uma efetiva inclusão escolar dos alunos Surdos, que estão relacionadas à falta de intérpretes, a falta de informação e desconhecimento dos professores a respeito da surdez e de como se deve proceder junto a esse aluno. Por conseguinte, a inclusão é por muitas vezes uma “inclusão perversa” e pouco responsável com o aprendizado, nesta situação pelo aluno com surdez. Assim, discutir sobre inclusão significa ir além do ingresso de alunos Surdos na escola, mas sim estar atento para promover movimentos pedagógico-curriculares, que possam envolver todos os alunos na escola não como uma massa homogênea, mas como possuidores de histórias próprias, percepções particulares, com uma forma específica de comunicação, enfim com peculiaridades que os fazem únicos.

Por isso a barreira comunicativa tem evidenciado esse distanciamento entre os professores e os estudantes Surdos, com dificuldade na sua interação e comunicação por desconhecimento da Libras, fato apontado pelos próprios professores e pelos estudantes Surdos como nos relata: P-2: [...] a **comunicação é o maior desafio** e também, S-6 *Existe pouca relação com os professores; a comunicação é bem difícil, poucos sabem libras; o que tem é uma expressão facial, só uma tentativa de comunicação.* (grifo da autora). Com essa barreira fica difícil para o professor proporcionar ações que estimule o seu aluno Surdo a ingressar na Educação superior.

Por fim, a terceira categoria visa responder se, *O aluno com surdez, matriculado no ensino médio, na cidade de Joinville, Santa Catarina, tem perspectiva de ingressar na educação superior?*

Concluindo as categorias de análise refletiremos sobre a educação dos Surdos, que ainda acontece de maneira complexa, pois demanda ajustes linguísticos, já que eles não fazem uso da língua oral, mas, sim, da Língua Brasileira de Sinais (Libras). Ao longo dos anos, a escolarização desses alunos tem

demandado estudos, já que a seus processos de ensino/aprendizagem apresenta muitos desafios.

Conforme a perspectiva da educação inclusiva deve-se valorizar a diversidade através de ações que acolham os alunos em suas especificidades, promovendo modificações nas práticas e ambientes escolares, para assim eliminar as barreiras que dificultam ou impeçam o acesso ao conhecimento, no caso do estudante com surdez faz-se necessário à acessibilidade linguística, para que este tenha sucesso na escolarização.

Mesmo diante da falta de acessibilidade linguística dos sete participantes da pesquisa, três declararam intenção em ingressar na Educação Superior. Quatro não demonstraram interesse por motivos diferentes, como não conseguir passar no vestibular, de não haver intérpretes nas faculdades mesmo sendo um direito ter o intérprete em sala, outros preferem trabalhar ao invés de ir para a universidade, dessa forma, não têm a Educação Superior como prioridade. Todos os participantes dessa pesquisa demonstram ter pouco contato com esse contexto universitário. Dos sete participantes, todos declaram não conhecer como é o funcionamento de uma faculdade, somente conhecem pelo nome a mais antiga da cidade.

Mesmo sem o conhecimento sobre a Educação Superior, todos os entrevistados têm a certeza que fazer um curso superior é, sim, uma ascensão profissional, que traria melhorias no salário e um bom emprego. É importante ressaltar que a relevância é para os bens materiais, não para o acadêmico.

Reconhecendo a importância e a possibilidade de um futuro melhor, os participantes da pesquisa acabam por nos apontar caminhos alternativos, como cursos em geral e curso técnico, considerando-os ser mais acessível para o Surdo; diante dos desafios a serem enfrentados, as perspectivas de ingressar na Educação Superior são perdidas durante sua escolarização.

Assim, os achados desta pesquisa possibilitarão novos caminhos, ou seja, subsídios para a ampliação das discussões em relação à educação dos estudantes com surdez e, a pesquisa em questão pode servir como base de novas pesquisas, ou mesmo aprofundar os estudos realizados em novas pesquisas, com focos diferentes. Por fim, num futuro próximo, espero que, para o Surdo, como para qualquer outro sujeito com ou sem deficiência, a opção de querer ou não ingressar

na Educação Superior esteja baseada em sua vontade e não em condições que lhe impeçam de exercer essa escolha.

REFERÊNCIAS

A NOTÍCIA. **Educação**. Reportagem publicada em 03 mar. 2013a. Disponível em: < <http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/noticia/2013/03/pais-de-alunos-da-escola-rui-barbosa-em-joinville-nao-concordam-com-transferencia-dos-estudantes-4062265.html> >. Acesso em: 26 jul. 2017.

A NOTÍCIA. **Educação**. Reportagem publicada em 20 dez. 2013b. Disponível em: < <https://ndonline.com.br/joinville/noticias/escola-estadual-rui-barbosa-sera-sede-da-companhia-de-patrolhamento-tatico-da-pm-em-joinville> >. Acesso em: 26 jul. 2017.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 7. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Etnografia da prática escolar**. 18. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70. Lisboa: Portugal, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Ed. 70, 2016. 279 p. BIAP. **Bureau International d'AudioPhonologie**. 1996. Disponível em: < <http://www.biap.org/biapanglais/rec021eng.htm> >. Acesso em: 10 nov. 2017.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatriz; SIMIONI, Janaína Lazzarotto.; ZANCHIN, Jaqueline. **Estudantes Surdos no Ensino Superior: Reflexões sobre a inclusão**. Caxias do Sul: Cadernos de Pesquisa, 40, 147-172, jan./abr., 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988**. Brasília, 1998. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: < http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf >. Acesso em: 03 mar. 2018.

BRASIL. **Formação Continuada a Distância de Professores para o Atendimento Educacional Especializado: pessoa com surdez**. Brasília, SEESP/SEED/MEC, 2007. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_da.pdf >. Acesso em 10 abr. 2019.

BRASIL. Lei n. 939, de 26 de setembro de 1857. **Fixa a despesa e orça a receita para o exercício de 1858-1859**. Senado Federal. Secretária-geral da Mesa. Secretaria de Informação Legislativa. Publicação original [Coleção das leis do Império do Brasil de 31/12/1857 – vol. 001], p. 37, col. 1. Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/legislacao/PublicacaoSigen.action?id=542530&tipoDocumento=LEI-n&tipoTexto=PUB> >. Acesso em: 31 ago. 2018.

BRASIL. Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais Libras e dá outras providências.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l10436.htm >. Acesso em: 31 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, que institui as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN.** Brasília, 2016. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm >. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial.** Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm >. Acesso em: 03 mar. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010. **Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.** Brasília, 2010. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm >. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Políticas afirmativas para a inclusão do Surdo no ensino superior: algumas reflexões sobre o acesso, a permanência e a cultura universitária.** Brasília: Revista Brasileira Estudos Pedagógicos. 92, 542-556, set./dez. 2011.

CAMPOS, Mariana de Lima Isaac Leandro. **Educação Inclusiva para Surdos e as Políticas Vigentes.** In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). **Tenho um aluno Surdo, e agora? Introdução a LIBRAS e educação de Surdos.** São Carlos: EDUFSCar, 2014. p. 37-61.

CARVALHO, Marília Pinto de. **Vozes masculinas numa profissão feminina: o que têm a dizer os professores.** Trabalho apresentado em reunião da LASA – *Latin American Studies Association.* Chicago, IL: set. 1998. Disponível em: < <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/PintodeCarvalho.pdf> >. Acesso em: 10 abr. 2017.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva.** Porto Alegre: Mediação. 2010.

CHENÉ, Adèle. **A narrativa de formação e a formação de formadores.** In: NÓVOA, Antônio; FINGER, Matthias. (org.) **O método (auto)biográfico e a formação.** Trad. Maria Nóvoa - 2. ed. Natal, RN: EDUFRRN, 2014, p. 121-132.

DAMÁZIO, Mirlene F. M. **Educação Escolar de Pessoa com Surdez: uma proposta inclusiva.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005. p. 117.

DARLING-HAMMOND, Linda. **Teacher Quality and Student Achievement: A Review of State Policy Evidence**. Educational Policy Analysis Archives, 8, 2000. 44 p.

FERNANDES, Sueli. **Educação de Surdos**. 2. ed. Curitiba: Ibpex, 2011.
FIGUEIREDO, Rita Vieira de. **Políticas públicas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade**. In: ROSA, D. E. G. e SOUZA, V. C. (Orgs.). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de Conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2005. 79 p.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

FRANCO, Monique Mendes; CRUZ, Maurício Rocha. **Surdez e educação superior: que espaço é esse?** - GT-15: Educação Especial. Anped, 2008. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt15-4625-int.pdf> >. Acesso em: 10 abr. 2019.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1996.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. 4. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 47. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção; RAMOS, Bruna Sola (Orgs.) **Fazer pesquisa na abordagem histórico-cultural: metodologias em construção**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2010. Coleção Caminhos da Pesquisa Educacional. 4.

GATTI, Bernadete Angelina. **A construção da Pesquisa em Educação no Brasil**. Brasília: Plano Editora, 2002. Série pesquisa em Educação.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GLAT, Rosana.; FREITAS, Rute Cândida. **Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema**. São Paulo: Letras, 2009.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Rio de Janeiro, 1975.

GOLDFELD, Marcia. **A criança surda. Linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista**. São Paulo: Plexus, 1997.

HARRISON, Kathryn Marie Pacheco. NAKASATO, Ricardo Quiotaca. **Educação universitária: reflexões sobre uma inclusão possível**. In: LODI, A.C.B. et al.(Orgs.). Letramento e Minorias. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2004.

HARRISON, K. M. P. NAKASATO, R. **Educação universitária: reflexões sobre uma inclusão possível**. In: LODI, A.C.B. et al.(Orgs.). Letramento e Minorias. Porto Alegre: Ed. Mediação, 2004.

HOFFMEISTER, Robert. **Famílias, Crianças Surdas, O mundo dos Surdos e os profissionais da audiologia**. In: SKLIAR, Carlos. (Org.). Atualidade da Educação Bilíngüe para Surdos. Porto Alegre: Editora Mediação, 1999.

HUBERMAN, Michael. **O Ciclo de vida profissional dos professores**. In: NÓVOA, A. org.). Vidas de professores. 2. ed. Portugal: Porto Editora, 1992.

KOTAKI, Cristiane Satiko; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O Intérprete de Libras no contexto da escola inclusiva: focalizando sua atuação na segunda etapa do ensino fundamental**. In: LACERDA, C.B.F.; SANTOS, L.F. (Org.). Tenho um aluno Surdo, e agora? Introdução a Libras e educação de Surdos. São Carlos: EdUFSCar, 2013, p. 201-218.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A Inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência**. Cad. Cedes, Campinas, 26, 163-184, maio/ago. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n69/a04v2669.pdf> >. Acesso em: 10 abr. 2019.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; ALBRES, Neiva de Aquino; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. **Política para uma educação bilíngüe e inclusiva a alunos Surdos no município de São Paulo**. *Educação e Pesquisa*, 39, 65-80, 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; SANTOS, Lara Ferreira dos. **Tenho um aluno Surdo, e agora?** Introdução a Libras e educação de Surdos. São Paulo: EdUFSCar, 2014. 254 p.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 6. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **A inclusão escolar de alunos Surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Letras libras: ontem, hoje e amanhã**. Ronice Muller de Quadros (Org.). Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: Teoria e Prática**. 5. Ed. Revista e ampliada, Goiânia: Ed. Alternativa, 2004.

LUDKE Menga, ANDRÉ, Marli Eliza D. A. de. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU. 1986.

MANZINI, Eduardo José. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, 26/27, 149-158, 1990/1991.

MARTINS, José de Souza. **O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal**. In: Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. **Verbetes deficiência auditiva**. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: < <http://www.educabrazil.com.br/deficiencia-auditiva/> >. Acesso em: 29 mar. 2018.

MILLER, Ademar Junior. **A inclusão do aluno Surdo no ensino médio**. 2013. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo. 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Hucitec, 1996. 269 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Porto Alegre: Revista Educação, 22, 7-32, 1999.

MOREIRA, Laura Ceretta; **Políticas inclusivas no Ensino Superior: da implantação à concretização**. In: Educação, Inclusão e Acessibilidade: diferentes contextos. Chapecó, 2014. Anais. Chapecó: Argos, 2014. p. 103-128.

MOREIRA, Laura Ceretta; BAUMEL, Roseli Cecilia Rocha de Carvalho. **Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOURA, Adelson Fidelis. **Acesso ao ensino superior: A expectativa do aluno Surdo do ensino médio**. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. 2016.

MOURA, Maria Cecília de. **Libras: Surdez e Linguagem**. In: LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L. F. (Orgs.). *Tenho um aluno Surdo, e agora? Introdução a LIBRAS e educação de Surdos*. São Carlos: EDUFSCar, 2014. p. 13-26.

MOURA, Maria Cecília de. **O Surdo: caminhos para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

MULLER, Tânia Mara P.; GLAT, Rosana. **Uma professora muito especial: questões atuais de educação especial**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro, 1999.

NOGUEIRA, Carolina de Matos. **A história da deficiência: tecendo a história da assistência a criança deficiente no Brasil**. 2008. 14 f. Trabalho de Conclusão de Disciplina (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NÓVOA, Antônio. **A formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A. (Coord.) *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

NÓVOA, Antônio (Coord.). **Os professores e a sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; VIEIRA, Maria Inês da Silva. **Bilinguismo e educação de Surdos**, São Paulo: LAEL/PUC-SP. *Revista Intercâmbio*, XIX, 62-67, 2009.

PERLIN, Gladis. **Identidades surdas**. In: SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez – um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2005. p. 51-73.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: aquisição da linguagem**. Artes Médicas. Porto Alegre, 1997.

QUADROS, Ronice Muller de. **Inclusão de Surdos no Ensino Superior por meio do uso da Tecnologia**. In: *Estudos Surdos III*, Arara Azul, 2008. p. 30-35.

QUADROS, Ronice Muller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf> >. Acesso em: 03 set. 2017.

QUADROS, Ronice Muller de. **Avaliação da língua de sinais em crianças surdas na escola**. Porto Alegre: Letras de Hoje, 39, 297-309, 2004.

QUADROS, Ronice Muller de; PERLIN, Gladis. **Estudos Surdos II**. Petrópolis: Arara Azul, 2007.

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de Sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre. Artmed, 2004.

ROCHA, Solange Maria da. **O Ines e a educação de Surdos no Brasil: aspectos da trajetória do** Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Rio de Janeiro: INES, 2007.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos Surdos.** Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SAMPAIO, Isabel S.; SANTOS, Acácia A. Angeli dos. **Leitura e redação entre universitários: avaliação de um programa de intervenção.** Maringá: Psicologia em Estudo, 7, 31-38, jan./jun. 2002.

SANTA CATARINA (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Programa Pedagógico.** São José – SC: FCEE, 2009. 20 p. Disponível em: < <http://www.fcee.sc.gov.br/index.php/downloads/legislacao/programa-pedagogico-em-educacao-especial/445-programa-pedagogico/file> > Acesso em: 10 abr. 2019.

SANTA CATARINA (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina.** Coordenador: Sérgio Otavio Bassetti. São José – SC: FCEE, 2006. 52 p. Disponível em: < <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/educacao-especial-legislacao/5695-politica-de-educacao-especial>. > Acesso em: 10 abr. 2019.

SANTA CATARINA (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Avaliação do processo integração de alunos com necessidades especiais na rede estadual de ensino de Santa Catarina no período de 1988 a 1997.** Fundação Catarinense de Educação Especial, Gerência de Pesquisa e Recursos Tecnológicos. São José: FCEE, 2002.

SANTA CATARINA (ESTADO). Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Política para Educação de Surdos no Estado de Santa Catarina.** São José - SC: FCEE, 2004. 33 p. Disponível em: < <http://www.fcee.sc.gov.br/index.php/downloads/biblioteca-virtual/educacao-especial/cas/92-politica-dos-surdos>.> Acesso em: 11 abr. 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Intérprete educacionais de Libras: orientações para prática profissional.** João Paulo Ampessan, Juliana Souza Perreira Guimarães e Marcos Luchi (Orgs.). Florianópolis: DIOESC, 2013. 96 p. Disponível em: < http://www.fcee.sc.gov.br/images/stories/Publica%20fcee/manual_intrprete_web.pdf > Acesso em: 11 abr. 2019.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. **Implementação e acompanhamento do desenvolvimento da educação bilíngue no estado de Santa Catarina.** São José - SC: FCEE. 2011. 116.p. Disponível em: < <http://www.fcee.sc.gov.br/index.php/downloads/biblioteca-virtual/educacao-especial/cas/514-implementacao-e-acompanhamento-do-desenvolvimento-pesquisa-bilingue>. > Acesso em: 11 abr. 2019.

SANTIAGO, Sandra Alves da Silva. **A história da exclusão da pessoa com deficiência: aspectos sócio-econômicos religiosos e educacionais**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2011.

SANTOS, Valdiceia Tavares dos. **Subjetividade e processos de comunicação de dois jovens Surdos estudantes da SEDF**. 2016. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, UnB, Brasília, DF: 2016.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 11ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SCHMIDT, Jelson Budal. **A Pessoa Surda na Educação Superior: Compreensões em Torno do Trabalho Docente**. 2018. 109 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Programas de Pós-graduação em Psicologia da Educação, Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), Joinville. 2018.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008a. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>> Acesso em: 09 abr. 2019.

SEGALA, Sueli Ramalho; REIS, Benedicta A. Costa Dos. **ABC em Libras**. São Paulo: Panda Books, 2009.

SILVA, Flávia Gonçalves da. **O professor e a educação: entre o prazer, o sofrimento e o adoecimento**. 2007. 419 f. Tese (Doutorado em Psicologia), Programas de Pós-graduação em Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2007.

SKLIAR, Carlos Bernardo. **A localização política da educação bilíngue para Surdos**. In: SKLIAR, C. (Org.). *Atualidade da educação bilíngue para Surdos: interfaces entre pedagogia e linguística*. Porto Alegre: Mediação, 1999. Vol. 2.

SKLIAR, Carlos Bernardo. **Os estudos Surdos em Educação: problematizando a normalidade**. In:(Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 6. Ed. Porto Alegre: Mediação, 2013, p. 7-32.

SKLIAR, Carlos Bernardo. **Educação e exclusão: abordagem sócio-antropológica em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.

SKLIAR, Carlos Bernardo. **Pedagogia (improvável) da diferença. E se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2009.

STROBEL, Karin. **Surdos: vestígios culturais não registrados na história**. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2008.

SUZANA, Elisama Rode Boeira. **Professor ou intérprete? reflexões sobre a atuação do tils na educação de surdos da escola regular**. Anais do X ANPED SUL, Florianópolis - SC, Outubro de 2014. 6 p. Disponível em: < http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/614-0.pdf >. Acesso em 10 abr. 2019.

SZYMANSKI, H. (Org.). **A entrevista na pesquisa em educação: a prática reflexiva**. Brasília: Editora Plano, 2002.

TAMBARA, Elomar. **Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-rio-grandense de instrução pública do século XIX**. Pelotas: ASPHE/FaE/UFPel, Revista História da Educação, 2, 35-58, abr. 1998.

TAVARES, Ilda Maria S; CARVALHO, Tereza S. Santos de. **Inclusão escolar e a formação de professores para o ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais): do texto oficial ao contexto**. In: Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, ética e responsabilidade social, 5., 2010, Maceió. Anais... Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2010.

THOMA, Adriana da Silva. **A inclusão no ensino superior: ” ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial...”**. In: Anais da 29ª. *Reunião Anual da ANPED*, 2006. Educação Especial / n. 15. Disponível em: < <http://29reuniao.anped.org.br/trabalhos/trabalho/GT15-2552--Int.pdf> >. Acesso em 10 abr. 2019.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. **Experiências educacionais, movimentos e lutas surdas como condições de possibilidade para uma educação de surdos no Brasil**. Pelotas: FaEPPGE/UFPel. Cadernos de Educação, 36, 107-131, maio/agosto 2010.

VIANNA, Cláudia Pereira. **O sexo e o gênero da docência**. Campinas: Cad. Pag., n. 17-18, 81-103, 2002.

VYGOTSKI, Lev Semyonovich. **Pensamento e linguagem**. SP: Martins Fontes, 1996.

VYGOTSKY, Lev Semyonovich **Pensamento e linguagem**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes. 1998.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. (org.) **Identidade e diferença** : a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 7-72.

APÊNDICE I**DECLARAÇÃO DE INSTITUIÇÃO CO-PARTICIPANTE**

Joinville, _____ de _____ de 2017.

Declaramos para os devidos fins que concordamos com os itens citados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que será assinado pelos sujeitos de pesquisa de cada uma das cinco escolas da Rede Estadual de Joinville – Santa Catarina que estamos possibilitando a anuência. Assim, autorizamos a Prof. Sônia Márcia Marcilio Fambomel, mestranda em Educação da Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE, a realizar a pesquisa com o título “ O ingresso do estudante Surdo na educação superior: Desafios e possibilidades” tendo como participantes estudantes com deficiência auditiva/surdez, matriculados no ano de 2017 nas escolas da rede estadual de ensino, na cidade de Joinville – Santa Catarina, professores e intérpretes. O instrumento aplicado a estes estudantes será entrevista semiestruturada e envolverá estudantes do ensino médio de 1º, 2º e 3º anos, aos professores e intérpretes será aplicado questionários.

Cumpriremos o que determina a Resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS nº 466/2012 e contribuiremos com a pesquisa mencionada sempre que necessário, fornecendo informações.

Também foi, pela pesquisadora acima mencionado, garantido o sigilo e assegurada à privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Concordamos que os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos e/ou revistas científicas, de maneira totalmente anônima.

Colocamo-nos à disposição para qualquer dúvida que se faça necessária.

Atenciosamente,

Gerência Regional de Educação (Gered) de Joinville (SC)
Governo de Santa Catarina | Secretaria de Estado da Educação
Edifício Manchester, rua do Príncipe, 330 – Centro

APÊNDICE II

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), de uma pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa Trabalho e Formação Docente do Programa de Mestrado em Educação da UNIVILLE, desenvolvida pela mestrandia Sônia Márcia Marcilio Fambomel. As respostas dadas por você ao instrumento de coleta de dados, neste caso a entrevista, serão fundamentais para a construção da dissertação “ O ingresso do estudante surdo na educação superior: Desafios e possibilidades”, que está sob orientação da Professora Doutora Sonia Maria Ribeiro. Com o objetivo compreender a percepção do estudante surdo do ensino médio da rede estadual de Joinville (SC), e os seus processos de escolarização para ingressar na educação superior. Sua participação implicará em fornecer respostas às indagações feitas na (o) entrevista/questionário. Existe a possibilidade da realização de uma segunda etapa da pesquisa, mas você terá também livre escolha em participar ou não desta segunda etapa. Do mesmo modo, terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas, que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza e também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, caso seja de seu interesse e, mencionado ao pesquisador, terá livre acesso aos resultados do estudo. Destacamos que a sua participação nesta pesquisa é opcional e representa riscos ou desconfortos mínimos. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. A sua participação constituirá de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa e os benefícios serão de âmbito acadêmico e profissional para o campo da Formação de Professores e da Educação Inclusiva. Ressaltamos que sua participação na pesquisa não implicará em nenhuma forma de pagamento. Você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e trataremos da sua identidade com padrões profissionais de sigilo, ficando a sua identificação restrita ao grupo pesquisado, ou seja, sem identificação nominal. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos, periódicos científicos e eventos promovidos na área de ciências humanas. Em caso de dúvida, você poderá procurar a pesquisadora Sônia Márcia Marcilio Fambomel pelo telefone (47) 3278-6606 e (47) 98435-3562 ,e no e-mail fambomelsonia@gmail.com. No caso de dúvida sobre a ética da pesquisa procurar o comitê de ética no seguinte endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Rua Paulo Malschitzki, 10 - Zona Industrial, Campus Universitário - Joinville/SC, CEP 89219-710, pelo e-mail comitetica@univille.br, telefone (47) 3461-9235. Após ser esclarecido sobre a pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final do documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, acredito ter sido suficientemente informado (a) e concordo em participar como voluntário (a) da pesquisa descrita acima.

Participante

Sônia Márcia Marcilio Fambomel

Pesquisador responsável

Joinville, _____ de _____ de 2017

APÊNDICE III – CARTA DE APRESENTAÇÃO E QUESTIONÁRIO AOS DOCENTES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), de uma pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa Trabalho e Formação Docente do Programa de Mestrado em Educação da UNIVILLE, desenvolvida pela mestrandia Sônia Márcia Marcilio Fambomel. As respostas dadas por você ao instrumento de coleta de dados, neste caso o questionário, serão fundamentais para a construção da dissertação “ O ingresso do estudante surdo na educação superior: Desafios e possibilidades”, que está sob orientação da Professora Doutora Sonia Maria Ribeiro. Com o objetivo compreender a percepção do estudante surdo do ensino médio da rede estadual de Joinville, e os seus processos de escolarização para ingressar na educação superior. Sua participação implicará em fornecer respostas às indagações feitas na (o) entrevista/questionário no caso do estudante surdo às entrevistas serão filmadas e gravadas. Existe a possibilidade da realização de uma segunda etapa da pesquisa, mas você terá também livre escolha em participar ou não desta segunda etapa. Do mesmo modo, terá a liberdade de se recusar a responder às perguntas, que lhe ocasionem constrangimento de alguma natureza e também poderá desistir da pesquisa a qualquer momento, sem que a recusa ou a desistência lhe acarrete qualquer prejuízo, bem como, caso seja de seu interesse e, mencionado ao pesquisador, terá livre acesso aos resultados do estudo. Destacamos que a sua participação nesta pesquisa é opcional e representa riscos ou desconfortos mínimos. Em caso de recusa ou de desistência em qualquer fase da pesquisa, você não será penalizado (a) de forma alguma. A sua participação constituirá de suma importância para o cumprimento do objetivo da pesquisa e os benefícios serão de âmbito acadêmico e profissional para o campo da Formação de Professores e da Educação Inclusiva. Ressaltamos que sua participação na pesquisa não implicará em nenhuma forma de pagamento. Você será esclarecido sobre a pesquisa em qualquer aspecto que desejar e trataremos da sua identidade com padrões profissionais de sigilo, ficando a sua identificação restrita ao grupo pesquisado, ou seja, sem identificação nominal. Os resultados deste estudo poderão ser apresentados por escrito ou oralmente em congressos, periódicos científicos e eventos promovidos na área de ciências humanas. Em caso de dúvida, você poderá procurar a pesquisadora Sônia Márcia Marcilio Fambomel pelo telefone (47) 3278-6606 e (47) 98435-3562 ,e no e-mail fambomelsonia@gmail.com. No caso de dúvida sobre a ética da pesquisa procurar o comitê de ética no seguinte endereço: Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, Rua Paulo Malschitzki, 10 - Zona Industrial, Campus Universitário - Joinville/SC, CEP 89219-710, pelo e-mail comitetica@univille.br, telefone (47) 3461-9235. Após ser esclarecido sobre a pesquisa, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final do documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

CONSENTIMENTO

Eu, _____, acredito ter sido suficientemente informado (a) e concordo em participar como voluntário (a) da pesquisa descrita acima.

Participante

Sônia Márcia Marcilio Fambomel

Pesquisador responsável

Joinville, ____ de _____ de 2017

APÊNDICE IV - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA DOCENTES**CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA DOCENTES**

Prezado (a) docente

Convidamos você a participar, como voluntário (a) anônimo (a), da pesquisa desenvolvida pela mestrandia Sônia Márcia Marcilio Fambomel, com tema “O ingresso do estudante Surdo na educação superior: Desafios e possibilidade”, vinculada à linha de pesquisa “Trabalho e Formação Docente” do Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Você tem liberdade de aceitar ou não o convite, tendo garantida a desistência da participação durante todo o processo, enfatizando que os dados e informações coletados serão sigilosos e preservarão o anonimato de todos os participantes.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a percepção do estudante Surdo do ensino médio da rede estadual de Joinville, e os seus processos de escolarização para ingressar na educação superior.

A pesquisa acontecerá na forma de questionário e as respostas serão fundamentais para a escrita da dissertação, que está sob orientação da Professora Doutora Sonia Maria Ribeiro.

Destacamos que a sua participação será de grande importância para o cumprimento dos objetivos da pesquisa e repercutirá em benefícios no âmbito acadêmico e profissional para o campo do trabalho e da formação docente.

Solicitamos que após o preenchimento do questionário, você o armazene dentro do envelope, lacre-o com o adesivo e devolva na secretaria de sua unidade escolar. Caso deseje mais informações, seguem abaixo dados para contato:

Telefone: (47) 3278-6606/ (47) 98435-3562

E-mail: fambomelsonia@gmail.com

Agradecemos muito pelo tempo dispendido para com esta pesquisa.

Cordialmente,

Sônia Márcia Marcilio Fambomel – Pesquisadora

Sonia Maria Ribeiro – Orientadora

Joinville, ____ de _____ de 2017

APÊNDICE V²²

| ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO COM OS PROFESSORES | | |
|--|------------------|---------------------|
| Eixo 1 : Identificação | | |
| 1- Ano de nascimento _____ | Professor () | Professora () |
| 2 - Titulação acadêmica (indique quantas alternativas forem necessárias) | | |
| () Graduação | Área _____ | Ano conclusão _____ |
| () Especialização | Área _____ | Ano conclusão _____ |
| () Mestrado | Área _____ | Ano conclusão _____ |
| () Doutorado | Área _____ | Ano conclusão _____ |
| () Pós-Doutorado | Área _____ | Ano conclusão _____ |
| Eixo 2: Trabalho docente | | |
| 1. Qual é sua experiência em trabalhar com um estudante com surdez? | | |
| _____ | | |
| _____ | | |
| 2. Quando iniciou o ano letivo, você recebeu orientações ou foi informado sobre a presença do estudante Surdo na sala? Teve contato ou conversou, com a família? | | |
| _____ | | |
| _____ | | |
| 3. Você recebe apoio da sua unidade escolar na realização deste trabalho com o estudante com surdez? | | |
| () sim () não () Às vezes | | |
| Exemplifique: _____ | | |
| _____ | | |
| 4. Há necessidades de adaptações no processo ensino aprendizagem junto a este estudante com surdez (Forma de avaliação, trabalhos em grupo, metodologias específicas...) | | |
| _____ | | |
| _____ | | |
| 5-Você disponibiliza o conteúdo da aula antecipadamente à (ao) intérprete? | | |
| () sim () não | | |
| Esta atitude foi orientada pela instituição, ou é iniciativa sua? | | |
| _____ | | |
| 6- Em algum momento durante o ano letivo, foi solicitado pela instituição ou pela (o) própria (a) intérprete que este conteúdo fosse disponibilizado antecipadamente? | | |
| () sim () não | | |

²² Questionário aplicado no mês de outubro de 2017.

7- O trabalho do intérprete junto ao estudante com deficiência auditiva e surdez na sua opinião é visto como?

Eixo 3: Formação profissional

1-Você em algum momento de sua formação (inicial ou continuada) recebeu informações e orientações sobre o ensino para o estudantes com surdez?

() sim () não

Em caso de afirmativo, onde e quando recebeu?

2- Você possui conhecimentos sobre surdez e ou LIBRAS?

() sim () não () pouco conhecimento

3- Na sua opinião quais as contribuições que os professores oportunizam para que o aluno com surdez seja estimulado a ingressar no ensino superior?

Eixo 4: Aspectos de relacionamento/aprendizagem

1-Descreva como é o seu relacionamento com o aluno com surdez.

2-Como você percebe a relação entre os demais estudante com esse (a) aluno com surdez?

3- O estudante estava sempre presente e participando das atividades?

() sim () não () raramente

4-Em relação à aprendizagem do estudante com surdez, na sua disciplina? Ele consegue acompanhar as atividades? Apresenta dificuldades? Se sim, Quais?

5- Há incentivo por parte dos professores para este estudante com surdez para seu ingresso no ensino superior?

() sim () não () raramente

6 – Na sua opinião quais são as contribuições do processo de escolarização do estudante Surdo, objetivando o seu no ingresso no ensino superior?

Obrigada por sua atenção! Cordialmente as pesquisadoras.

APÊNDICE VI - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA INTÉRPRETES**CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA INTÉRPRETES**

Prezado (a) intérprete

Convidamos você a participar, como voluntário (a) anônimo (a), da pesquisa desenvolvida pela mestrandia Sônia Márcia Marcilio Fambomel, com tema “O ingresso do estudante Surdo na educação superior: Desafios e possibilidade”, vinculada à linha de pesquisa “Trabalho e Formação Docente” do Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Você tem liberdade de aceitar ou não o convite, tendo garantida a desistência da participação durante todo o processo, enfatizando que os dados e informações coletados serão sigilosos e preservarão o anonimato de todos os participantes.

A presente pesquisa tem como objetivo compreender a percepção do estudante Surdo do ensino médio da rede estadual de Joinville, e os seus processos de escolarização para ingressar na educação superior.

A pesquisa acontecerá na forma de questionário e as respostas serão fundamentais para a escrita da dissertação, que está sob orientação da Professora Doutora Sonia Maria Ribeiro.

Destacamos que a sua participação será de grande importância para o cumprimento dos objetivos da pesquisa e repercutirá em benefícios no âmbito acadêmico e profissional para o campo do trabalho e da formação docente.

Solicitamos que após o preenchimento do questionário, você o armazene dentro do envelope, lacre-o com o adesivo e devolva na secretaria da sua unidade escolar.

Caso deseje mais informações, seguem abaixo dados para contato:

Telefone: (47) 3278-6606/ (47) 98435-3562

E-mail: fambomelsonia@gmail.com

Agradecemos muito pelo tempo dispendido para com esta pesquisa.

Cordialmente,

Sônia Márcia Marcilio Fambomel – Pesquisadora

Sonia Maria Ribeiro – Orientadora

Joinville, ____ de _____ de 2017

APÊNDICE VII²³

| ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO COM OS INTÉRPRETES | | |
|--|------------|---------------------|
| Eixo 1: Identificação | | |
| 1 - () Masculino () Feminino | | |
| 2 - Titulação acadêmica (indique quantas alternativas forem necessárias) | | |
| () Graduação | Área _____ | Ano conclusão _____ |
| () Especialização | Área _____ | Ano conclusão _____ |
| () Mestrado | Área _____ | Ano conclusão _____ |
| () Doutorado | Área _____ | Ano conclusão _____ |
| () Pós-Doutorado | Área _____ | Ano conclusão _____ |
| () Prolibras | Área _____ | Ano conclusão _____ |
| Eixo 2: Trabalho docente | | |
| 1 – O professor de cada disciplina disponibiliza o conteúdo antecipadamente? | | |
| () sim () não () somente quando solicitado | | |
| 2 – Você atua como intérprete em uma ou mais instituições de ensino? | | |
| () Uma unidade escolar | | |
| () Duas ou mais | | |
| 3 - Além de ser intérprete você atua tem outra atividade profissional? Quais? | | |
| _____ | | |
| _____ | | |
| Eixo 3: Formação profissional | | |
| 1 – Para exercer a função de intérprete você é: | | |
| () contratado (ACT) () Efetivo () outros | | |
| 2 – Você já havia tido experiência em interpretar no ensino médio? | | |
| () sim () não | | |
| Eixo 4: Aspectos de relacionamento/aprendizagem | | |
| 1 - Você percebe se há entendimento pelo estudante em relação a sua interpretação, ou ele tem dificuldades com a língua de sinais? | | |
| _____ | | |
| _____ | | |

²³ Questionário aplicado no mês de outubro de 2017.

2 - Descreva como você vê o relacionamento entre o estudante com surdez e os colegas.

3- O estudante estava sempre presente e participando das atividades realizadas em sala?

() sim () não

4- Na sua opinião quais serão os desafios que este estudante encontrará para seu ingresso na Educação Superior?

5- Você percebe algum incentivo por professores, familiares ou amigos que estimulem o interesse pela educação superior?

() sim

() não

() Em caso de afirmativo quais _____

Obrigada por sua atenção! Cordialmente as pesquisadoras.

APÊNDICE VIII – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESTUDANTE SURDO**CARTA DE APRESENTAÇÃO PARA O (A) ESTUDANTE**

Prezado (a) estudante

Convidamos você a participar, como voluntário (a) anônimo (a), da pesquisa desenvolvida pela mestrandia Sônia Márcia Marcilio Fambomel, com tema “O ingresso do estudante Surdo na educação superior: Desafios e possibilidade”, vinculada à linha de pesquisa “Trabalho e Formação Docente” do Programa de Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Você tem liberdade de aceitar ou não o convite, tendo garantida a desistência da participação durante todo o processo, enfatizando que os dados e informações coletados serão sigilosos e preservarão o anonimato de todos os participantes.

A presente pesquisa tem como compreender a percepção do estudante Surdo do ensino médio da rede estadual de Joinville, e os seus processos de escolarização para ingressar na educação superior. A pesquisa acontecerá na forma de entrevista e as respostas serão fundamentais para a escrita da dissertação, que está sob orientação da Professora Doutora Sonia Maria Ribeiro. Destacamos que a sua participação será de grande importância para o cumprimento dos objetivos da pesquisa e repercutirá em benefícios no âmbito acadêmico e profissional para o campo do trabalho e da formação docente. Solicitamos o agendamento de dia e horário para realização da entrevista, a mesma será filmada e a interpretação da intérprete será gravada, para em um segundo momento fazer a transcrição para a língua portuguesa na modalidade escrita.

Caso deseje mais informações, seguem abaixo dados para contato:

Telefone: Telefone: (47) 3278-6606/ (47) 98435-3562

E-mail: fambomelsonia@gmail.com

Agradecemos muito pelo tempo dispendido para com esta pesquisa.

Cordialmente,

Sônia Márcia Marcilio Fambomel - Pesquisadora

Sonia Maria Ribeiro – Orientadora

Joinville, ____ de _____ de 2017

APÊNDICE IX²⁴**Perguntas para a entrevista com estudante Surdo**

Ano de nascimento: _____

Série: _____

1- Como é a sua socialização com os alunos da sua turma?

2- E seu relacionamento com os professores do ensino médio? (proximidade)

3 – Você tem vontade de ingressar na educação superior? Qual curso quer fazer?

4- Quais os desafios que você pensa que vai encontrar no dia a dia no ensino superior?

5- Você tem apoio e incentivo da sua família para ingressar na educação superior?

6- Os seus professores do ensino médio, lhe incentivam para fazer educação superior?

²⁴ As entrevistas foram realizadas com os estudantes do ensino médio da Rede Estadual de Joinville – SC, no mês de novembro de 2017.

APÊNDICE X**DECLARAÇÃO SOBRE O USO E DESTINAÇÃO DO MATERIAL E/OU DADOS COLETADOS**

Todos os dados coletados serão utilizados exclusivamente dentro dos propósitos da presente pesquisa, conforme a orientação da Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), respondendo o pesquisador por qualquer dano (material e moral) causado aos pesquisados, na forma da legislação pátria.

As entrevistas ficarão sob a guarda e posse da pesquisadora responsável (Sônia Márcia Marcilio Fambomel), por um período de cinco anos e depois serão apagadas/descartadas, sendo o material em papel picotado e enviado para reciclagem e o que foi produzido por recursos tecnológicos será deletado e excluído permanentemente.

APÊNDICE XI

TERMO DE ASSENTIMENTO

Você está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar de uma pesquisa vinculada ao Grupo de Pesquisa Trabalho e Formação Docente do Programa de Mestrado em Educação da UNIVILLE, desenvolvida pela mestrandia Sônia Márcia Marcilio Fambomel. As respostas dadas por você ao instrumento de coleta de dados, neste caso a entrevista/questionário, serão fundamentais para a construção da dissertação “O ingresso do estudante Surdo na educação superior: Desafios e possibilidade”, que está sob orientação da Professora Doutora Sonia Maria Ribeiro. Com o objetivo de compreender a percepção do estudante Surdo do ensino médio da rede estadual de Joinville, e os seus processos de escolarização para ingressar na educação superior. A pesquisa acontecerá na forma de entrevista e as respostas serão fundamentais para a escrita da dissertação, que está sob orientação da Professora Doutora Sonia Maria Ribeiro. Destacamos que a sua participação será de grande importância para o cumprimento dos objetivos da pesquisa e repercutirá em benefícios no âmbito acadêmico e profissional para o campo do trabalho e da formação docente. Para participar deste estudo, o seu responsável já deverá ter autorizado sua participação por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido (a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do seu responsável legal. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 05 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Joinville, ____ de _____ de 2017

Assinatura do(a) menor

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar:

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS/COEP – UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
JOINVILLE/SC - CEP: 89219-710
FONE: (47) 3461-9235 / E-MAIL: comitetica@univille.br
PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: SÔNIA MÁRCIA MARCILIO FAMBOMEL
JOINVILLE (SC) - CEP: 89228-720
FONE: (XX)3278-6606 / E-MAIL: FAMBOMELSONIA@GMAIL.COM



UNIVERSIDADE DA REGIÃO
DE JOINVILLE - UNIVILLE



ANEXO A- Parecer de Aprovação do Projeto de Pesquisa pelo Comitê de Ética

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O ingresso do estudante Surdo na educação superior: desafios e possibilidades

Pesquisador: Sônia Marcia Marcilio Fambomel

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70084817.0.0000.5366

Instituição Proponente: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE

Patrocinador Principal: Coordenação do Programa de Bolsas UNIEDU/FUMDES

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.172.145

Considerações Finais a critério do CEP:

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade da Região de Joinville - Univille, de acordo com as atribuições definidas na Res. CNS 466/12, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa proposto.

Situação do Parecer: Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP: Não

JOINVILLE, 13 de Julho de 2017.

Assinado por:

Marcia Luciane Lange Silveira

(Coordenador)

Endereço: Rua Paulo Malschitzki, nº 10. Bloco B, Sala 117. campus Bom Retiro

Bairro: Zona Industrial **CEP:** 89.219-710

UF: SC **Município:** JOINVILLE

Telefone: (47)3461-9235

E-mail: comitetica@univille.br

AUTORIZAÇÃO

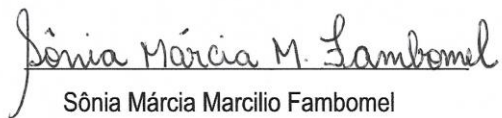
Nome do autor: Sônia Márcia Marcilio Fambomel

RG:7072279

Título da Dissertação: "O INGRESSO DO ESTUDANTE SURDO NA
EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES".

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da
Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 18 de abril de 2019.


Sônia Márcia Marcilio Fambomel

Nome